



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - ESPECIAL - OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00

Viva a Revolução Russa!

97 anos da Revolução Proletária

Superar a crise de direção

Reconstruir a IV Internacional

Oposição revolucionária a Dilma



Apresentação

O POR dedica, pela primeira vez, um número especial do jornal Massas aos 97 anos da Revolução Russa. Sempre demos particular atenção à revolução proletária de Outubro de 1917.

A primeira demonstração da capacidade do proletariado de derrubar o poder da burguesia foi a Comuna de Paris de 1871. Mas a Revolução Russa se distingue por algumas características fundamentais: por sua direção marxista, estabelecer a ditadura do proletariado, consolidar a vitória, expropriar a grande propriedade e introduzir relações socialistas de produção.

De conjunto, o processo revolucionário que culminou com a constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas confirmou plenamente os fundamentos científicos do marxismo. As demais revoluções posteriores seguiram o caminho aberto pelo proletariado parisiense e russo. Nenhuma delas, porém, contou com uma direção tão solidamente fundamentada no programa e na teoria elaborados por Marx e Engels.

Em todas as revoluções, observa-se a ação das massas, o papel decisivo do proletariado, o surgimento de organizações de base, os levantes, as insurreições e o heroísmo. Sem enfrentar a ditadura de classe da burguesia com a guerra civil, o proletariado, apoiado na maioria oprimida, não tem como vencer. Essa condição está presente em todas as revoluções. Pode-se dizer que constitui a base comum da revolução na Rússia, Hungria, China, Cuba, etc.

A distinção da Revolução de Outubro está na natureza marxista do Partido Bolchevique. Os seus fundamentos leninistas correspondem à aplicação e projeção do marxismo na fase imperialista do capitalismo.

Lênin, sem dúvida, liderou uma luta sem igual pela construção do partido comunista no seio do proletariado. O leninismo elevou o marxismo ao seu ponto mais alto. A unidade entre a teoria e a prática transformadora conferiu uma gigantesca força social ao bolchevismo.

Trotsky faz uma justa apreciação, contrapondo-se às falsificações do estalinismo: *“Um fator importantíssimo do amadurecimento do proletariado russo, em fevereiro e março de 1917, foi Lênin. E Lênin não caiu do céu. Personificava a tradição revolucionária da classe operária. Para que os postulados de Lênin abrissem caminho para as massas, necessitavam de quadros, ainda que inicialmente fossem numericamente limitados; necessitavam de confiança dos quadros em sua direção, uma confiança baseada em toda a experiência passada.”*

O autor dessas linhas, extraídas do texto *Bolchevismo e Estalinismo*, está habilitado a sustentá-las, uma vez que se ligou indissolivelmente a Lênin e protagonizou um papel de primeira grandeza no levante operário, camponês e de soldados. Suas contribuições, por sua vez, fortaleceram o marxismo-leninismo.

As revoluções de fevereiro e outubro testaram a teoria da revolução permanente, dando-lhe substrato material. Posteriormente, se levantou como uma muralha ao revisionismo estalinista e ao processo de restauração capitalista. É inseparável a teoria da revolução permanente do internacionalismo proletário.

Não se pode constituir o partido revolucionário – o pro-

grama – desconhecendo ou marginalizando as formulações de Trotsky. Essas considerações são suficientes para os marxistas tomarem a Revolução Russa como o laboratório mais completo onde se forjou o programa, a teoria, os métodos e a tática. No entanto, não devemos limitar-nos aos acontecimentos revolucionários como base da experiência. Fazem parte dela os acontecimentos contrarrevolucionários. Referimo-nos à vitória da fração de Stálin contra a Oposição de Esquerda Russa liderada por Trotsky.

A luta do trotskismo em defesa do marxismo-leninismo constituiu-se como o prolongamento do processo revolucionário que culminou na tomada do poder pelo proletariado russo. Expressou a sua continuidade e sua interrupção.

Trotsky, que esteve separado do bolchevismo (não por fundamentos programáticos, como os fatos demonstram), soldou-se definitivamente ao leninismo e se pôs à altura de Lênin combatendo o estalinismo contrarrevolucionário. Suas posições corretas e precisas o colocaram na condição não apenas de continuador de Lênin, mas também herdeiro direto de Marx e Engels.

Os leitores poderão verificar nosso empenho em pôr a luz até onde alcança nossa compreensão e até que ponto consideramos decisivas as contribuições do leninismo-trotskismo para o desenvolvimento do Partido Operário Revolucionário. Notamos que um dos sintomas que se manifestam nas várias correntes revisionistas do trotskismo é o de se afastarem cada vez mais do legado programático do bolchevismo e das experiências da Revolução Russa. Comemoram os acontecimentos revolucionários que abalaram o mundo capitalista e que despertaram esperanças na classe operária internacional como algo do passado distante e intangível. Não precisam incorporá-los como parte da construção do partido revolucionário porque não se constituem em programa.

A defesa do marxismo assumiu novas feições com a restauração capitalista, mas suas raízes estão na Revolução de Outubro. O estalinismo e a consequente volta ao capitalismo na ex-União Soviética provocaram um incomensurável retrocesso na luta ideológica contra a classe capitalista mundial e em particular ao imperialismo. Mas o capitalismo se decompõe e o proletariado se vê obrigado a se levantar contra a opressão burguesa. O marxismo-leninismo-trotskismo comparece como o guia seguro dos explorados. Trata-se de materializá-lo na constituição e desenvolvimento dos partidos revolucionários, na reconstrução da IV Internacional.

Não poderíamos deixar de reconhecer perante os leitores desse número especial do jornal Massas nossas dificuldades de elaboração. A observação diz respeito principalmente às repetições. Acreditamos que não prejudicam a clareza das ideias e posições. O POR é um partido em formação. Luta por elevar a capacidade de seus quadros. Tarefa essa que exige a elaboração coletiva e o método da crítica. Com essa publicação, damos mais um passo em direção ao proletariado e à vanguarda que vem se destacando na luta de classes em nosso país.

16 de outubro de 2014

97 anos da Revolução Russa

Nossa tarefa – superar a crise de direção revolucionária

“Épocas reacionárias como a atual não apenas debilitam e desintegram a classe operária isolando-a de sua vanguarda, como também rebaixam o nível ideológico geral do movimento, retrocedendo o pensamento político a etapas já superadas há muito tempo. Nestas condições, a tarefa da vanguarda consiste, antes de tudo, em não se deixar impressionar pelo refluxo geral: é necessário avançar na contracorrente. Se as relações de forças desfavoráveis não permitem conservar as antigas posições políticas, pelo menos há que se conservar as posições ideológicas, pois a experiência tão cara do passado nelas se concentra”.

Trotsky, Bolchevismo e Estalinismo



A construção do partido marxista impõe aos seus quadros a assimilação mais completa possível das experiências da Revolução Russa. Exige que sejam divulgadas sistematicamente para a classe operária, de acordo com suas lutas e necessidades.

Com o processo de restauração capitalista e desintegração da União Soviética, potenciaram-se as posições revisionistas, democratizantes, oportunistas e, na essência, antimarxistas. A burguesia mundial teve um campo aberto para proliferar a premissa da imortalidade do capitalismo. Espalharam-se as teses sobre a inviabilidade do comunismo. Os estalinistas se fartaram da conclusão de que as transformações virão pela via pacífica. As insurreições dos explorados passaram a ser tidas como acontecimentos do passado. “O proletariado já não é a classe revolucionária”. Os movimentos se tornaram “populares e democráticos”. O partido leninista, por sua vez, “perdeu a vigência”. O partido de esquerda deve estar “em sintonia com os novos tempos”. Seu lugar é de “partido de massa democrático”. Deve responder às “diferenças sociais e opressões com avanços culturais, transformação das mentalidades arcaicas, implantação de valores que promovem a cidadania, adoção de leis que protegem os mais fracos, as minorias, os excluídos”. As classes sociais não foram extintas, mas tendem a “reduzir suas distâncias”. A luta de classes também é inegável, mas “mudou sua natureza”. Passou de antagonismo para “convergência de interesses entre explorados e exploradores”. Os sindicatos mudaram sua função – agora servem de “instrumento de negociação para se chegar à convergência de interesses”. O parlamento sempre foi o reino da democracia, mas “melhorou

em suas possibilidades de expressar os anseios populares”.

Não há, de fato, novidade nessas ideias reformistas. São apenas reformulações do velho oportunismo em circunstâncias históricas distintas. A Revolução Russa e a III Internacional dos Quatro Primeiros Congressos havia posto abaixo o edifício de Bernstein, Kautsky, Martov e companhia. O reformismo se desmoronou como um dos principais pilares de sustentação da burguesia no seio do proletariado. Certamente, somente poderia desaparecer com o avanço da revolução mundial e com o triunfo definitivo da sociedade sem classes. Referimo-nos à derrota ideológica do reformismo burguês e pequeno-burguês diante da confirmação das teses do marxismo na Revolução Russa. Evidenciou-se definitivamente na prática o que o marxismo havia afirmado sobre o reformismo. Diante da falência da monarquia, da superioridade revolucionária do proletariado perante a burguesia liberal e das tarefas que colocava a revolução burguesa, o reformismo revelou completamente sua natureza contrarrevolucionária. Os mencheviques e socialistas-revolucionários serviram de instrumentos à burguesia liberal e ao imperialismo em seu combate ao proletariado revolucionário e ao seu partido bolchevique. A insurreição, a tomada do poder pela classe operária em armas, unida aos camponeses, e a constituição da ditadura do proletariado, baseada na democracia dos soviets (conselhos de operários, de camponeses e de soldados) não teriam sido possíveis sem que houvesse a derrota ideológica da burguesia e com ela a do reformismo contrarrevolucionário.

A revisão estalinista do internacionalismo e da teoria da revolução proletária do bolchevismo pela burocracia soviética

abriu um conduto de respiro ao reformismo mundial. O desmoronamento da União Soviética nos anos 90 foi apresentado pelo imperialismo como a tumba do comunismo e, portanto, do marxismo. O processo de restauração em cadeia que chegou até a revolução cubana provocou um dos maiores retrocessos que se conhecem na história. A liquidação dos partidos comunistas estalinizados em todos os rincões se converteu em uma glória para a reação mundial. A III Internacional já havia sido destruída programática e organizativamente pelo ditador Josef Stalin. O reformismo corroeu os partidos comunistas sem exceção, de forma que passaram a servir francamente às burguesias nacionais das semicolônias e capitularam diante da burguesia imperialista.

Não se trata de desconhecer ou contornar a vitória do imperialismo contra o comunismo. A derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi uma interrupção no processo de transição do capitalismo para o socialismo, o que igualmente ocorreu em outros países e ainda vem ocorrendo. Não foi a derrota definitiva do comunismo. Não foi a demonstração da imortalidade do capitalismo. Não foi a comprovação da inviabilidade do marxismo. E não foi a consagração do reformismo. Não se pode compreender o fenômeno da derrocada do Estado Operário e da recomposição da propriedade privada dos meios de produção sem se encontrarem as contradições e os elos causais do período de transição do capitalismo para o socialismo nas fronteiras nacionais de um país.

A decomposição do Partido Comunista Russo faz parte do processo histórico da luta de classes interna e externa à ex-União Soviética. Trotsky em seu combate de morte à revisão estalinista evidenciou, desde o início da burocratização do partido, do alijamento da classe operária do poder soviético e da degeneração da ditadura do proletariado em ditadura burocrática, a possibilidade de as forças burguesas restauracionistas triunfarem. Lênin nos primeiros passos da implantação do socialismo reconheceu a dependência das conquistas dos explorados russos da revolução internacional, que se firmaria com a revolução na Alemanha. Não há nada de misterioso, estranho ou definitivo no fato da burguesia internacional potenciar as forças internas da contrarrevolução na ex-União Soviética, no Leste Europeu, na Hungria, na China e em Cuba. Não há nada de imprevisível sobre a possibilidade de um partido revolucionário que chegue ao poder sofrer influências da burguesia e da pequena-burguesia e acabar se degenerando.

Lênin não teve tempo para travar o combate contra a emer-

são do estalinismo no seio do partido e do Estado Operário. A sua morte em janeiro de 1924 criou um vácuo na direção do partido, que permitiu a Stalin e seus asseclas ditar um curso oposto ao do internacionalismo marxista-leninista. Mas Lênin ainda teve tempo de assinalar sua desconformidade com os usurpadores em seus últimos escritos e orientação final. Os estalinistas tudo fizeram para ocultar que Lênin não apenas divergiu sobre várias questões essenciais (monopólio do comércio exterior, questão nacional, composição da direção do partido, etc.), mas também rompeu relações pessoais com Stálin no final de sua vida.

A burocratização do Partido Comunista Russo, sem dúvida, trouxe um novo problema para o marxismo. Pela primeira vez, o proletariado tomou o poder sob a direção do partido marxista, estabeleceu sua ditadura de classe, organizou o Estado e pôs em marcha a transição do capitalismo para o socialismo. A degeneração burocrática cuja essência se encontra no afastamento do proletariado do controle do Estado e da eco-

nomia, porém, foi submetida à análise marxista da Oposição de Esquerda Russa e depois pela Oposição de Esquerda Internacional. A derrota da fração dirigida por Trotsky abriu caminho para o livre desenvolvimento do revisionismo contrarrevolucionário. O imperialismo, os restos da burguesia russa, bem como da vigorosa pequena burguesia, puderam potenciar as forças econômicas e sociais capitalistas. Lembremos que a primeira revolução proletária se deu na França de 1871, com a Comuna de Paris. Foi sufocada a sangue pela burguesia franco-prussiana. Trouxe inestimáveis experiências e lições para a luta do proletariado mundial. O partido bolchevique as aproveitou para se constituir como direção marxista da revolução, o que não houve na Comuna de



Paris.

Os avanços e retrocessos, as revoluções e contrarrevoluções fazem parte das grandes transformações. A passagem do feudalismo para o capitalismo permitiu extrair importantes premissas e conclusões nesse sentido. Marx e Engels, criadores do materialismo histórico, demonstraram o movimento contraditório das transformações nos modos de produção. Analisaram a contrarrevolução (o Termidor) no interior da revolução vitoriosa em todo o transcurso da revolução burguesa na França. As rupturas nos elos da cadeia capitalista distinguem, porém, a revolução socialista de todas as que ocorreram no passado das sociedades de classe. O capitalismo é o último modo de produção baseado na propriedade privada e na exploração do trabalho. Em sua etapa última de desenvolvimento - o imperialismo -, amadureceu todas as premissas para seu declínio

e para a sua transformação. A Revolução Russa abriu um período histórico de superação da opressão do homem sobre o homem. Foi seguida em uma série de países com a derrubada da burguesia e a transformação de sua base econômica. O imperialismo se viu diante de rachadura em seu domínio mundial. Guiado pelos Estados Unidos, colocou toda sua potencialidade para cercar econômico e militarmente os países em transição para o socialismo, em particular a União Soviética. As burocracias, sob o comando dos partidos comunistas estalinizados, mergulharam as revoluções no socialismo nacional, isolaram o processo de transição uns dos outros e acabaram servindo de canais de pressão da burguesia imperialista. Novas revoluções foram derrotadas no nascedouro, sempre marcadas pela política contrarrevolucionária do estalinismo. Estancou-se o avanço da revolução mundial. O imperialismo equilibrou suas forças e passou à contra-ofensiva. As fronteiras nacionais entre as forças produtivas baseadas na propriedade privada dos meios de produção e as baseadas na propriedade social não podiam manter-se encarceradas. A contradição teria de ser resolvida. Ou a revolução mundial avançava rompendo as fronteiras capitalistas e libertando as forças produtivas da camisa de força dos monopólios, ou a contrarrevolução restauracionista se imporá e varrerá as transformações socialistas.

O estalinismo foi ao seu ponto mais alto de colaboracionismo com a contrarrevolução quando passou à defesa da coexistência pacífica dos dois sistemas e da evolução gradual do capitalismo para o socialismo. A política de acomodação dos países em transição, desenvolvida pelo Kremlin, ao cerco das potências, principalmente no pós-guerra, expressou o estágio último em que as forças produtivas socializadas podiam chegar. A transição do capitalismo para o socialismo já não podia seguir seu curso enclausurada nas fronteiras nacionais. A União Soviética, sem dúvida, foi fortalecida pelas revoluções no Leste Europeu e na China. Assumiu uma posição de destaque na derrota da Alemanha nazista. No entanto, se tratava de um fortalecimento conjuntural. As alavancas da revolução mundial continuaram travadas pelo programa do socialismo nacional e da política nacionalista das frações burocráticas (russa, polonesa, húngara, iugoslava, chinesa, etc.). O confronto sino-soviético e a ruptura da Iugoslávia com a União Soviética indicou a que ponto chegou o socialismo nacional (socialismo em um só país). As burocracias passaram a ter interesses próprios, assentados nas primitivas relações de produção socialistas. As forças produtivas nacionais, porém, não permitiam que se prolongasse a clausura. A forma de transição nascida das revoluções (de traços distintos), ao mesmo tempo em que rompia as forças produtivas mundiais quanto às relações de produção, mantinham-se como parte dela enquanto componente do mercado mundial. A tese do "socialismo em um só país" e, em seguida, a da "coexistência pacífica" – ambas se entrelaçam



–, postas em prática, ao invés de fortalecerem o processo de transição, superando os obstáculos de classe, elevaram as suas contradições, impulsionando as forças econômicas e sociais restauracionistas.

Marx e Engels demonstraram que as revoluções e as transformações se tornam necessárias e historicamente inevitáveis nas condições em que as forças produtivas já não conseguem prosseguir seu desenvolvimento, submetidas que estão a arcaicas relações de produção. Uma nova classe revolucionária encarna as forças produtivas em choque com a velha sociedade. No feudalismo, a burguesia contra a nobreza; no capitalismo, o proletariado contra a burguesia. Distintamente da passagem de uma sociedade de classe para outra mais evoluída, promovida por uma nova classe proprietária dos meios de produção, cabe ao proletariado como classe despojada de qualquer tipo de propriedade e mantida sob a severa disciplina dos exploradores destruir o poder da burguesia e edificar a sociedade comunista, infinitamente mais avançada. Apoiado nessa premissa do socialismo científico, o leninismo – e sua continuidade no trotskismo –, caracterizou a Revolução Russa como prólogo da revolução mundial.

Todos os esforços do Estado soviético deveriam estar voltados a potenciar o proletariado internacional e a apoiar o movimento revolucionário. Pouco antes da vitória de outubro, o bolchevismo travou inflexível combate à degeneração nacionalista (chauvinismo) da II Internacional e reconheceu a necessidade de pôr em pé a III Internacional. Imediatamente após a revolução, em 1919, realizava-se o Primeiro Congresso de sua fundação. Os funda-

mentos marxistas da revolução mundial ganharam uma projeção programática e organizativa que não puderam alcançar com I Internacional e a Comuna de Paris.

A liquidação da III Internacional em 15 de março de 1943 pôs fim ao processo de constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista. Diz o informe que houve um acordo entre as seções para "autodissolver-se". Não havia mais necessidade da Internacional, que havia "caducado" e se tornado em "um obstáculo ao posterior fortalecimento dos partidos operários nacionais". O que de fato ocorreu foi que Stalin mandou que se fechassem as portas da III Internacional. As seções não tinham voz ativa. A democracia operária havia sido suprimida. Bastava a burocracia do Kremlin para orientar as seções. E estas acataavam sem contestar. Aboliu-se a crítica. A autocritica passou a ser uma ordem. A justificativa para a "autodissolução" indicou que o estalinismo opunha os "partidos operários nacionais" ao Partido Mundial que caracterizava a III Internacional, regida por fundamentos, princípios, teoria e programa revolucionários. Desde o Kremlin se decretou a caducidade não somente da III Internacional, mas de qualquer Internacional. Bastava o Partido Comunista Russo para centralizar a ação de todos os "partidos operários nacionais" e traçar-lhes a linha mundial.

Stalin, com sua corja (Dimitrov, Manuilski, Togliatti e Pieck) precisava mostrar ao imperialismo com exemplos que a União Soviética havia abandonado o combate pela revolução mundial e que aderira decididamente à democracia e à paz das potências.

A destruição da III Internacional foi um reflexo da decomposição nacionalista do Partido Comunista Russo e das pressões burguesas restauradoras. Em meados de 1933, a Oposição de Esquerda Internacional chegou à conclusão de que a vigorosa organização mundial do proletariado não podia ser recuperada, estava definitivamente transformada em um aparato da ditadura burocrática de Stálin. Mostrou-se incapaz de organizar o combate revolucionário ao hitlerismo. Na Alemanha, levou o partido comunista a erros esquerdistas irreparáveis. A sua dissolução em 1943, em plena guerra mundial, não passou de um ato formal. A III Internacional já não tinha existência real. Não expressava em nada a classe operária. A vitória do estalinismo contra o trotskismo na União Soviética abriu

um curso de liquidação da política operária da época do imperialismo que deu origem à III Internacional. Em síntese, abriu uma época de crise revolucionária de direção. A Oposição de Esquerda Internacional estabeleceu as bases políticas e programáticas de resistência ao desmoronamento do movimento revolucionário que ascendeu desde os inícios do século XX. Mas a IV Internacional emergiu na contracorrente dos acontecimentos. Não havia como edificar seções profundamente vinculadas ao proletariado e que encarnassem o Programa de Transição da IV. A renhida luta de Trotsky por restabelecer o vínculo do proletariado com sua vanguarda permitiu que se conservassem e avançassem posições programáticas e ideológicas do comunismo. As corretas e poderosas posições históricas da Oposição de Esquerda não puderam se transformar em poderosas forças organizativas, mas assentaram as bases para a superação da crise de direção. O controle definitivo da fração de Stalin sobre o partido comunista determinou o curso da restauração capitalista, diante do qual a III Internacional passou a ser um estorvo. Os acontecimentos mostram que as previsões iniciais de Lênin de que sem a revolução na Alemanha a transição socialista na União Soviética poderia ser interrompida foram precisas. E que a previsão de Trotsky de que o seu isolamento pela política do "socialismo em um só país" e pela orientação contrarrevolucionária internacional do estalinismo poderiam concluir com a vitória das forças restauradoras expressaram-se como posições leninistas.

O profundo retrocesso nas transformações do capitalismo em socialismo não rejuvenesceu a sociedade burguesa. Não modificou a etapa imperialista do capitalismo como de transição para o socialismo. Ao contrário, potencializou suas contradições e seu declínio. O momento de euforia - promovida pelas potências - de que com o fim do "comunismo", da União Soviética, do Muro de Berlin, etc. erguiam-se as bandeiras da

paz, da unidade mundial dos povos, do desenvolvimento econômico de todas as nações, de um mundo globalizado, voltado à cooperação das economias mais fortes com as mais fracas, à erradicação da pobreza, das discriminações e outras bondades da ideologia imperialista, passou. O choque entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como com as fronteiras nacionais, que estiveram na base das duas grandes guerras e das revoluções, voltaram a precipitar o capitalismo mundial em uma crise de longa duração. Não há perspectiva de superação que não seja pelos métodos bárbaros do imperialismo e pela profunda regressão das relações de classe e nacionais constituídas depois da hecatombe de 39/45. O imperialismo se caracteriza por ser a época da crise estrutural do capitalismo. Ou as forças produtivas se libertam das relações monopolistas de produção, ou se convertem em instrumento da barbárie, da ruína e da destruição. A derrocada da União Soviética fechou passagem ao processo de transição do capitalismo para o socialismo e alargou a via da decomposição do capitalismo. A rota



de colisão dos Estados Unidos com a China e a crise da Ucrânia são sintomas visíveis dessa constatação. Agrega-se a situação convulsiva do Oriente Médio. O capitalismo não encontrou outra solução provisória para seus impasses a não ser a do aumento da opressão imperialista (de classe e nacional) e de destruição maciça de forças produtivas. Eis por que Lênin caracterizou o capitalismo da fase imperialista de decomposição, guerras, revoluções e contrarrevoluções.

A crise aberta em 2008 pode-se considerar como um marco que define um grande período de convulsões nacionais e internacionais. Assinala uma nova etapa da luta de classes mundial. A burguesia e o proletariado estão nos pólos opostos das contradições. Mas este não conta com sua vanguarda revolucionária. O momento não é tanto de conservar as posições ideológicas do proletariado, mas de construir os partidos revolucionários, soldados ao proletariado e de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Não faltam revisionistas, esquerdistas talhados no seio da pequena-burguesia e oportunistas procurando algum atalho com a bandeira de partido de trabalhadores, de massa, democrático, etc. Não temos dúvidas de que as condições atuais guardam diferenças significativas da Rússia revolucionária do começo do século XX e da situação em mundial em que emergiu a III Internacional, mas os fundamentos leninistas do partido revolucionário, da teoria da revolução proletária e do internacionalismo, bem como da estratégia programática da ditadura do proletariado e da tática insurrecional, permanecem intactos e atuais. A encarnizada luta de classes leva o proletariado a constituir sua vanguarda consciente. O objetivo de estudar, discutir, assimilar, defender e divulgar as conquistas da Revolução Russa se concentra na tarefa de superar a crise de direção revolucionária. Não há outra via que não seja a de construir o partido-programa, marxista-leninista-trotskista.

A Preparação da Revolução: o partido e as massas

Duas questões distintas, mas interdependentes, tiveram de ser equacionadas para que a Revolução de Outubro de 1917 tivesse o desfecho que teve: a questão do partido revolucionário, vanguarda consciente do proletariado, e a independência política das massas frente aos demais partidos políticos.

O partido revolucionário

A luta por um partido revolucionário na Rússia esboça-se ainda no século XIX, na disputa ideológica do grupo “A Emancipação do Trabalho”, cujo organizador era Plekhanov, contra as ideias e as tendências chamadas “populistas”, que difundiam as concepções do caráter “acidental” do capitalismo na Rússia, da força independente e emancipatória do campesinato, e da necessidade de combate terrorista ao czarismo.

Plekhanov, que tivera de emigrar para Genebra em função de perseguição política, organiza em 1883 o referido grupo e começa a traduzir e difundir para os círculos de intelectuais russos as principais obras do marxismo. Lênin reconheceu o papel de Plekhanov e do grupo “A Emancipação do Trabalho” por formar toda uma geração de marxistas russos.

A existência das sociedades populistas, no século XIX, explicava-se por duas condições: a força do campesinato miserável, que não se libertara do jugo dos latifundiários com a chamada “reforma camponesa” de 1861 (abolição da servidão) e a completa imaturidade da classe operária que nascera em alguns centros urbanos. A negação do marxismo pelos populistas (como a sociedade “Narodnaia Volia”, “Vontade do Povo”, que executou uma ação terrorista responsável pelo assassinato do czar Alexandre II, em 1881) explica-se então pelas condições materiais de uma Rússia que ingressava tardiamente nas modernas relações capitalistas, imperantes na Europa ocidental, e que trazia em seu ventre tarefas democráticas como a expropriação dos latifundiários e a eliminação da nobreza de traços ainda feudais. Os populistas, ainda que se apoiassem ideologicamente na vaga noção de “povo” e representassem interesses de frações dos camponeses pobres, expressavam um programa burguês, por isso negavam o papel revolucionário do proletariado e a luta pela revolução social.

Embora as ações terroristas ganhassem repercussão, os círculos populistas foram esmagados pelo czarismo, de modo que já no século XX sobravam apenas as ideias desses agrupamentos. A classe operária crescia em número e em importância política.

Apesar de ser um país atrasado diante das potências imperialistas, como Alemanha, Inglaterra e França, o desenvolvimento da indústria na Rússia criava centenas de milhares de operários em centros urbanos como São Petersburgo e Moscou. Os problemas econômicos e políticos oriundos das relações capitalistas se potenciavam e criavam as condições para o surgimento dos principais partidos que atuariam nos anos que precederam à Revolução de Outubro de 1917.

Com a difusão do marxismo, funda-se, em 1898, o Partido Operário Social-Democrata Russo, como expressão tanto das condições internas para existência de um partido genuinamen-

te operário quanto pela influência da II Internacional, expressa pelo então poderoso Partido Operário Social-Democrata Alemão. Os nove delegados que fundam o POSDR em Minsk são presos, mas, uma vez fundada a organização, a luta pelo partido revolucionário não mais cessaria e ganharia um conteúdo político mais preciso no decorrer dos próximos anos.

Em 1902, o jovem militante Lênin publica seu folheto “Que fazer?”, no qual expõe as tarefas e as formas organizativas que o POSDR deveria assumir. Como colaborador do jornal “Iskra”, órgão do partido, Lênin também defende suas posições quanto ao caráter da revolução social no país que deveria ter à frente o proletariado em aliança com o campesinato. Embora concebesse, nesse período, a revolução burguesa russa, pelas tarefas democráticas que executaria, não acreditava que a burguesia poderia levar à frente essa revolução e não supunha que tal revolução poderia se dar nos marcos pacíficos, de desenvolvimento gradual da economia.

Com esse programa, Lênin atuará no segundo congresso do POSDR, que ocorrerá na Bélgica em 1903. Configuram-se, no interior desse Congresso, quatro agrupamentos em torno das votações existentes, segundo avaliará Lênin na brochura “Um passo à frente, dois passos atrás”, publicada em 1904: a maioria iskrista, a minoria iskrista, o “centro” e os anti-iskristas.

As votações giraram em torno do estatuto do partido, das ligações com organizações internacionais e com a composição da direção (CC). Lênin demonstra que as votações, embora heterogêneas, expressavam a formação de duas alas: a revolucionária e a oportunista. A História confirmaria essa caracterização e as duas frações seriam conhecidas, depois da divisão definitiva, em janeiro de 1912, como a ala bolchevique e a ala menchevique, respectivamente. A primeira, liderada por Lênin; a segunda, por Martov.

A História também demonstrou que as diferenças entre os bolcheviques e os mencheviques do Congresso de 1903 não eram apenas de forma, mas de fundo programático. Mesmo a ala “menos” oportunista (a minoria iskrista), como classificaria Lênin na ocasião, na qual estava incluído Martov, comprovaria por sua prática uma ligação indissociável com as ideias do chamado “economicismo político”.

Já em 1902, em seu “Que fazer?”, Lênin não apenas consolida as ideias organizativas do partido revolucionário (centralismo democrático, independência política frente às outras organizações, a necessidade vital da imprensa partidária, etc.) como também desenvolve a crítica à ala “economista” da social-democracia, que se manifestava por meio da revista “Rabotcheie Dielo”, cujo programa baseava-se na luta exclusivamente sindicalista do proletariado e propunha o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, por meio da aliança com a burguesia liberal. No II Congresso, a ala dos “economicistas” representava a direita dos delegados e se opunha a todas questões dos “iskristas”. Por meio da separação da luta política (pelo poder) e da luta sindical (por reformas), os mencheviques, que se conformaram como um fração a partir desse Congresso, dariam cada vez mais força a esse programa, ganhando amplas cama-

das operárias nos períodos de maior reação czarista (entre 1908 e 1911), em que as greves econômicas sobrepujaram as greves políticas, segundo as informações coletadas por Trotsky, no livro "A História da Revolução Russa". Logo, as diferenças organizativas revelaram-se programáticas e colocaram os mencheviques no campo do "reformismo" e da colaboração de classe, como demonstrariam claramente os primeiros meses de 1917, com a queda do czarismo e a formação do governo provisório burguês.

Desse modo, o interesse por essa situação inicial de luta pelo partido revolucionário revela-se porque foram as bases programáticas (que incluem naturalmente os problemas organizativos) que permitiram a diferenciação e o fortalecimento do marxismo como força motriz da luta do proletariado e do campesinato em direção à revolução social. Não fossem essas disputas no campo ideológico, as grandes batalhas práticas para influenciar e dirigir as massas à revolução tornariam outro sentido. Não fosse o trabalho contra o populismo, ainda no século XIX, a teoria revolucionária não teria forjado os primeiros quadros da social-democracia russa. Não fosse a luta contra o economicismo e o espontaneísmo organizativo, não se teria forjado a divisão entre os reformistas oportunistas e os revolucionários bolcheviques.

Depois desse segundo Congresso, "duas táticas" para a social-democracia serão colocadas em todos os principais acontecimentos da luta de classes do país. Isso porque a essas "duas táticas", como qualificava Lênin, correspondiam a dois programas, o revolucionário e o reformista burguês.

Assim é que, nas grandes greves de 1904 e na Revolução de 1905, as respostas e as lições de mencheviques e bolcheviques serão opostas. 1905 foi um teste da luta de classes decisivo para a socialdemocracia russa. Para os mencheviques, representados na situação por Plekhanov, os insurgentes não deveriam ter saído nem por um momento da greve pacífica e das manifestações, portanto, não deveriam ter ensaiado as primeiras barricadas e as tentativas de ganhar as armas dos soldados. Para os bolcheviques, com Lênin à frente, foi justamente o caráter limitado da insurreição, a desorientação quanto a ganhar parte do exército, a não organização militar, que levaram essa primeira tentativa de revolução ao fracasso (quanto aos seus objetivos democratizantes). Enquanto Plekhanov murmurava - "os operários não devem pegar em armas"; Lênin bradava - "viva o proletariado insurreto!".

Em artigo de 25 de janeiro de 1905, "O Começo da Revolução na Rússia", Lênin prescreverá: "O armamento imediato dos operários e de todos os cidadãos em geral, a preparação e organização das forças revolucionárias para a liquidação das autoridades e instituições governamentais - esta é a base prática sobre a qual podem e devem unir-se todos os revolucionários sem distinções para o golpe comum."

Os bolcheviques, ainda que acreditassem, nesse momento, que frações burguesas pudessem atuar na queda do czarismo, propunham o armamento geral da população, dos operários e a independência de classe frente à burguesia (como se manifesta em outro trecho do artigo). Nada de pacifismo ou de meias medidas para abrandar o descontentamento das massas. O objetivo estratégico era a projeção das lutas até a queda do czarismo e a tomada do poder pelo proletariado e pelo cam-

pesinato.

Essa firme orientação será fundamental nos anos seguintes, de contínuo trabalho clandestino, pois servirá para ganhar a vanguarda do proletariado urbano e no transcorrer do período mais convulsivo da luta revolucionária (ano de 1917) cindir o partido dos Socialistas Revolucionários, partido de base camponesa com uma estratégia também democrático-burguesa.

Também de fundamental importância foi, desde o início, a orientação que os bolcheviques deram aos soviets (conselhos operários que se formaram desde 1905 e que se reconstituíram em 1917). Críticos do puro "espontaneísmo das massas", os bolcheviques enxergaram que a criação dos soviets ganhava uma transcendência na luta pelo poder, porque a partir deles a vanguarda do proletariado poderia dirigir amplas massas das cidades. Como um organismo de poder, de debate e de liberação, os soviets poderiam ser o gérmen da estrutura de poder da "ditadura democrática dos operários e camponeses". Era necessário, portanto, um trabalho para manter os soviets e ganhar a direção deles. Opondo-se assim à tática dos mencheviques que foi de esvaziar de poder esses organismos das massas.

Como demonstrou Lênin, em "O Estado e a Revolução", os mencheviques durante o período que tiveram à direção dos soviets operários (quando ressurgiram com força em fevereiro de 1917) buscaram torná-los "parlamentos ociosos", do tipo burgueses, ambientes de falatório vazio. A compreensão correta e a política revolucionária colocaram os soviets dos principais centros urbanos como a ponta de lança para a vitoriosa Revolução de Outubro. Ao ganhar a direção dos principais soviets, os bolcheviques puderam derrubar o governo provisório burguês, em que mencheviques, cadetes (partido dos liberais burgueses) e socialistas-revolucionários se irmanavam contra a revolução socialista.

O partido marxista, como expressão consciente do proletariado, como sua vanguarda, pôde atuar de 1903 a 1917, mantendo uma organização centralizada contra a repressão estatal e respondendo aos principais problemas da luta de classes que levavam à revolução.

A presença do partido revolucionário no seio do proletariado foi fundamental para o desfecho da Revolução de Outubro. A luta ideológica contra todas as correntes não-marxistas ou revisionistas do marxismo; a luta organizativa para forjar um partido de vanguarda, de quadros prontos a organizar e dirigir as massas para a tomada do poder; a luta programática para ajustar a tática à estratégia em cada situação da luta de classe - foram essenciais para o desenvolvimento do processo revolucionário, para a independência da classe operária e para a aliança operário e camponesa.

A independência política das massas

No movimento revolucionário russo, todos reconheciam o grau de desenvolvimento econômico da Rússia no início do século XX. Tratava-se de um país capitalista atrasado em relação aos países imperialistas e que exercia papel de sócia menor no controle de fontes de matérias-primas da região. A sua entrada na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, explica-se por esse caráter: manter-se uma "potência" regional (a Grã-Rússia) frente às verdadeiras potências imperialistas. Por isso, a

Inglaterra exigia o sangue russo na guerra interimperialista. A nobreza, tendo à frente o czar Nicolau II, ofereceu o sangue de camponeses e operários.

Entretanto, a entrada na Primeira Guerra, bem como suas consequências para a economia do país e a para a vida das massas, é apenas o apogeu da relação opressiva entre a classe dominante e as demais classes da sociedade russa.

O problema do campo opunha, desde o século XIX, organizações de luta contra os latifundiários e contra o czarismo. Durante séculos, a agricultura fora a base de desenvolvimento da economia do país. As grandes planícies e o clima rigoroso impunham uma lentidão no desenvolvimento das forças produtivas. Apenas no século XIX começam a se importar maquinários e a se implantar a indústria em alguns centros urbanos – mais por imposição externa (desenvolvimento do capitalismo em toda a Europa Ocidental) do que por empenho da nobreza. O desenvolvimento da burguesia e do proletariado industrial potencializará os choques contra as velhas classes.

O partido dos constitucionalistas-democratas (cadetes), de inspiração liberal burguesa, ganhará destaque a partir de 1905 quando a oposição ao regime czarista ganha as ruas depois do chamado “Domingo Sangrento” (assassinato de manifestantes pacíficos que marchavam para o Palácio de Inverno em São Petersburgo) no mês de janeiro.

Com a morte de algumas dezenas de manifestantes, os protestos contra a monarquia não vão cessar durante todo o ano. Segundo os dados de Trotsky, mais de 1 milhão e 800 mil operários participaram das chamadas greves políticas em 1905, isto é, aquelas em que se colocavam diretamente pela queda do regime.

Em todo território da Grã-Rússia, milhares de ocupações de terra, saques, incêndios ocorreram nas regiões do campo, onde pequenos proprietários exigiam terra ou aluguéis mais baixos (arrendatários). Houve forte intervenção militar para conter os “distúrbios” nessas regiões.

Nas cidades, as greves regionais se transformaram em greves gerais, como em São Petersburgo e em Moscou. Em centros industriais da Polônia, da Finlândia e da costa báltica, milhares de operários entraram em greve. De fevereiro a outubro, as instituições acadêmicas fecharam. Em outubro, mais de dois milhões estavam paralisados, assim como todas as estradas de ferro.

Em virtude desses acontecimentos, o czar é obrigado a lançar um manifesto no qual cria o Parlamento (a Duma) e permite que os partidos políticos atuem nele. O objetivo era dar um fim aos protestos e ganhar fôlego para a volta da repressão. Apenas em 1906 as eleições para a Duma são convocadas, mas antes disso o czar criou leis que o permitiam escolher os ministros e fechar o Parlamento, o qual tinha caráter consultivo. Ao longo dos anos seguintes, comprovar-se-á que a Duma não tinha poder algum, já que o czar fechou-a por quatro vezes, além de continuar perseguindo, prendendo e assassinando mi-

litantes dos diversos partidos.

Reconhece-se que a Revolução de 1905 foi de caráter burguês e ocorreu por expressar as profundas contradições entre uma superestrutura envelhecida e as transformações econômicas e sociais que o capitalismo projetava sobre as classes existentes. No entanto, foi essa Revolução, ainda que abortada em seus objetivos, fundamental para as massas proletárias e camponesas ganharem experiência com os métodos revolucionários de luta.

A independência das massas se reflete nas lutas ocorridas e no contato, também por meio dessa experiência prática, com as políticas e programas dos partidos. Em 1905, como já destacamos, os bolcheviques chamavam o proletariado a marchar para conquistar a República por meio do armamento geral da população. Ainda que reconhecessem o caráter da revolução como burguesa, eles não propunham que a burguesia assumisse o controle do poder de forma independente, nem se propunham apenas em fazer “avançar a consciência social-democrata” do proletariado, como defendiam os mencheviques.



Os anos de maior reação czarista (de 1908 a 1912) comprovaram a inutilidade do Parlamento criado e mostraram como o programa dos mencheviques e dos socialistas revolucionários era limitado e como estes agrupamentos estavam comprometidos com os interesses da burguesia. Nesse período, as massas em suas greves e manifestações tinham à frente os partidos pequeno-burgueses e burgueses. Os mencheviques chegam em 1914 como

a direção majoritária do proletariado russo, assim como no campo os socialistas revolucionários detêm a direção política. Entre a intelectualidade e a pequena-burguesia, avultava-se o papel dos cadetes.

Os anos da Guerra Mundial vão acelerar o processo de independência dos trabalhadores, porque centenas de milhares são convocados para o *front* de batalha; a economia começa a se esfalear, a Duma Estatal, além de apenas simbólica, estava dirigida por apoiadores da monarquia; o abastecimento das cidades era afetado. As greves econômicas e políticas voltavam a crescer. Mais de 1 milhão de grevistas envolvidos em “greves políticas” apenas em 1914, segundo Trotsky.

As reivindicações em torno da terra, da paz e contra a fome que se alastrava vão colocando as direções desses partidos contra a parede. Os bolcheviques são perseguidos por defenderem a queda do czar e a tomada do poder por operários e camponeses.

A agitação nos *fronts*, a deserção de milhares, as greves e as manifestações vão impulsionar a crescente oposição ao regime. O ano de 1917 aprofundaria esses conflitos e em poucos meses as massas da cidade e do campo caminhariam para a separação de suas necessidades da política burguesa e pequeno-burguesa. Abriam-se definitivamente as portas para a primeira Revolução Proletária vitoriosa na História: o levante das massas convergia com o programa revolucionário do bolchevismo.

A Revolução Russa de fevereiro a outubro

“A cadeia imperialista foi rompida em seu elo mais fraco”, assim apreciava Lênin perante o partido, em março de 1919, o significado da chegada dos bolcheviques ao poder num dos países mais atrasados da Europa. Havia transcorrido apenas nove meses desde a primeira revolução, em fevereiro de 1917, onde um governo provisório se formara ainda sobre as ruínas da velha monarquia dos Romanov, até a segunda, a de Outubro, que assegurou o poder aos soviets, sob a liderança bolchevique, liquidando a propriedade latifundiária e o impotente governo Kerensky. As contradições do capitalismo levadas ao limite do paroxismo, com a guerra imperialista de 1914-1918, fizeram saltar as engrenagens do domínio burguês nos países mais atrasados antes mesmo que nos mais adiantados. O arcaico Império dos czares encontrou o caos e a tempestade revolucionária com antecedência de um ano em relação às modernas Alemanha e Áustria-Hungria. A explicação deste importante acontecimento não pode encontrar resposta satisfatória apenas na análise das suas estruturas econômicas e na desigualdade de ritmos de seu desenvolvimento (aquí atua a lei do desenvolvimento desigual e combinado), mas especialmente no grau de avanço da luta de classes e no que ela engendra de mais aperfeiçoado: o partido revolucionário, capaz de compreender as leis históricas das transformações e agir conscientemente como liderança testada das massas.

A Revolução Russa foi o acontecimento mais importante do século XX, porque inaugurou a era da revolução proletária internacional, da qual o Outubro de 1917 não era senão seu primeiro elo. Que o estalinismo tenha, 76 anos depois, levado a URSS ao colapso e restaurado o capitalismo no Leste Europeu (ou seja, que o imperialismo tenha recuperado seus antigos elos) em nada modifica o caráter internacional da revolução nem sua imperiosa necessidade frente ao esgotamento histórico do regime da burguesia. O recuo momentâneo imposto pela colaboração de classe do socialismo nacional (socialismo em um só país) não encerra a marcha da história como pretenderam os intelectuais e sicofantas a serviço da burguesia. A luta de classes se recomporá e voltará a seu nível mais elevado. A classe operária se refará do choque colossal que foi a destruição das conquistas da revolução (especialmente do fim dos estados operários). A revolução proletária voltará à ordem do dia, não há outra saída progressiva para a sociedade. Mesmo o reformismo mais radical e o nacionalismo mais esquerdizante não podem apresentar quaisquer perspectivas. Por isso, a experiência da Revolução Russa, o estudo de suas fases e processos constitui uma fecunda fonte de aprendizagem

do à jovem geração do proletariado, que tem diante de si a hercúlea tarefa de sepultar o capitalismo e abrir as portas ao comunismo.

Trotsky, que foi um dos líderes da revolução ao lado de Lênin e seu historiador mais fecundo, enumerou alguns fatores sem os quais a vitória dos soviets teria sido impossível. Entre eles destacou: a) a questão agrária; b) a guerra; c) existência de um proletariado jovem e sem tradições parlamentares, d) a fraqueza da burguesia; e) o problema das nacionalidades e f) a presença do partido bolchevique. Tais são os elementos fundamentais, as condições objetivas e subjetivas que estiveram na raiz da insurreição. Sua articulação, suas etapas e a ação do partido em cada uma delas é o que veremos a seguir.

A guerra imperialista, resultante da aguda crise do capitalismo, da contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, opôs as coligações de nações burguesas umas contra as outras para ver que grupo de ‘aves de rapina’ dominaria o mercado mundial, e que nova partilha do globo resultaria dela.

A guerra era expressão da nova fase do capitalismo monopolista, que substituiria o capitalismo liberal do século XIX. Os poderosos monopólios e trusts, os bancos e o capital financeiro mudaram o panorama da economia burguesa na passagem do século. O regime da grande propriedade privada tornara-se mais voraz e violento. A luta pelas fontes de matérias-primas e



mercados não podia mais ser tratada como antes, quando as forças produtivas mundiais e o mercado global ainda podiam se expandir sem muitos sobressaltos. A Rússia Imperial, sob o mando do último czar, Nicolau Romanov, ligada por inúmeros laços econômicos à França e à Grã-Bretanha combateu ao lado destas contra as potências centrais: Alemanha e Império Austro-húngaro. Os pesados esforços da guerra, os ajustes draconianos da economia para manter a custosa máquina militar, as baixas do conflito e as privações insuportáveis das massas logo cobrariam a conta em ambos os lados da trincheira. Na Rússia, o furor patriótico inicial reverteu em desconfiança e mais tarde em revoltas por comida e aquecimento. O país mais atrasado do leste, de maioria camponesa e estruturas políticas arcaicas (monarquia absolutista), estava, no dizer de Trotsky, entre a modernidade europeia e o barbarismo asiático. As massas oprimidas já haviam experimentado o fracasso na guerra quando do conflito com o Japão, em 1905. Neste ano, a guerra seguiu a revolução que terminou derrotada. Para Lênin, serviu como um grande ‘ensaio geral’ que reforçava seu ponto de vista da impotência da burguesia em dirigir uma revolução

democrática. Para Martov e Plekhanov, ao contrário, ela ensinava que mais concessões (rejeição das consignas radicais e do apelo às armas) deveriam ser feitas à burguesia para evitar que esta, temerosa do movimento de massas, se mantivesse aliada da socialdemocracia e em oposição à autocracia. Os anos de 1905-1907 foram um divisor de águas entre as duas alas da socialdemocracia surgidas no exílio europeu, no congresso de Bruxelas-Londres de 1903. Para o bolchevismo, a revolução da Rússia seria dirigida por uma aliança operário-camponesa que liquidaria a propriedade da terra e o czarismo. Para o menchevismo, a transformação seria resultado de uma aliança operário-burguesa (na prática, apoio à burguesia) que alcançaria as mudanças de forma gradual por meio da pressão sobre o czarismo.

Em 1917, as duas estratégias da socialdemocracia se opuseram mortalmente. O menchevismo se transformava em social-chauvinismo, emblocando-se com a burguesia no apoio ao governo provisório, isto é, na submissão ao imperialismo anglo-francês. O bolchevismo que, por pressão de Lênin, superava sua posição inicial de apoio crítico ao governo (defendida por Stalin, Molotov, Zinoviev e Kamenev), colocava-se pela passagem do poder aos soviets, isto é, por uma nova revolução. León Trotsky, fora de ambas as frações, concluiu, desde 1905, que a próxima revolução colocaria o problema da sua passagem da etapa democrática à socialista (e de nacional a internacional) assim como a direção clara do proletariado na revolução apoiado pelo campesinato. Tais eram as apreciações no início de 1917.

A derrubada do czar Nicolau II, na revolução de fevereiro (março, no calendário atual), liquidaria a monarquia para sempre. A fome e os maus tratos destruíram a disciplina do exército. O front fora sacudido por grandes tensões e insubordinação das tropas. Os milhões de soldados exigiam a paz imediata. Os oficiais comandantes pressionavam pela continuação da guerra, única forma de manter a precária hierarquia. Os operários de Petrogrado, a capital, iniciaram uma greve geral que atingiu fábricas, gráficas, transportes, ferrovias. A Duma, o parlamento russo, dominado por burgueses industriais, financistas e latifundiários, montou um governo provisório sob a chefia do príncipe Lvov, logo após o anúncio da abdicação do czar. O governo Lvov, que expressa a passagem do poder para as mãos da burguesia, só fora possível pela colaboração vital dos soviets, controlados por mencheviques e o partido dos socialistas revolucionários. Os soviets foram restabelecidos logo após a vitória de fevereiro, de acordo com a tradição herdada doze anos antes nas jornadas revolucionárias de 1905.

O primeiro passo do bolchevismo, em meio à grave crise de fevereiro, foi armar-se taticamente. Lênin cumpriu um

papel insubstituível nesse processo. Travou uma dura batalha no interior do partido que arrastou-se por um mês inteiro. Lançou suas Teses de abril defendendo a preparação de uma nova etapa da revolução que levaria o proletariado ao poder apoiando-se numa guerra camponesa. As tarefas imediatas seriam: desmascarar o governo provisório de latifundiários e burgueses, lacerar o imperialismo franco-britânico; lutar contra mencheviques e socialistas revolucionários por meio da propaganda no interior dos soviets; defender as reivindicações de ruptura da coalizão dos socialistas com a burguesia; entregar as terras aos comitês de camponeses; estatizar todos os bancos; assegurar o direito à autodeterminação nacional para os povos oprimidos pela Rússia e alcançar a paz por meio da derrubada dos governos beligerantes, ou seja, transformar a guerra imperialista em guerra civil (derrotismo revolucionário). O partido agitou o lema de paz, pão e terra a serem conquistados com a passagem de todo o poder aos soviets.

As primeiras crises ministeriais expuseram os interesses pífios dos representantes da burguesia no governo (Kadetes) e seu objetivo em prosseguir a guerra a qualquer custo. A cada crise crescia a pressão capitalista sobre os mencheviques e esseristas para que assumissem as responsabilidades no governo e mantivessem os tratados secretos com as potências aliadas. A ascensão de Kerensky e a maior participação socialdemocrata nas pastas ministeriais não conseguiram estabilizar o gabinete. Em junho, a seguir ao primeiro congresso pan-russo dos soviets, onde os bolcheviques contavam com



apenas 13% dos delegados contra uma maioria esmagadora de esseristas e mencheviques, o partido de Lênin testaria sua força. Após a proibição, pelo Comitê Executivo dos Sovietes, da manifestação convocada pelos bolcheviques em São Petersburgo, os social-chauvinistas resolveram convocar sua própria manifestação, em nome do Congresso dos Sovietes para dar mostras do apoio popular ao governo. Para sua surpresa, as massas trabalhadoras saíram às ruas com consignas bolcheviques. A liderança leninista percebera que o proletariado da capital havia sido conquistado para a causa bolchevique. Falavam, porém as províncias, o que quer dizer o campesinato e o Exército.

As famosas jornadas de julho apareceram como um ponto de inflexão, onde o partido bolchevique foi lançado na semiclandestinidade e seus chefes presos e caluniados. A imprensa burguesa e oportunista acusava o bolchevismo de preparar uma insurreição na capital que por fim fora contida pela chegada de regimentos fiéis ao governo, vindos do front. Lênin foi acusado de ser um agente alemão a soldo do Kaiser. O bolchevismo, ao contrário, temia os resultados da perigosa aventura

que representava a manifestação armada de soldados e operários na capital. Conseguiu assumir o controle da insurreição espontânea (prematura a seu juízo) contra o governo na capital e transformá-la numa manifestação exigindo a passagem pacífica do poder aos soviets. Não por outra razão, conseguiu sair ileso, muito embora tivesse de pagar o preço da prisão de Kamenev e dos mandados de prisão contra Lênin e Zinoviev assim como a proibição de seus jornais.

As massas aprendem em poucos dias de revolução o que em tempos normais de vida política calma e parlamentar levariam anos, observava um dos líderes de 1917. Essa apreciação ajuda a explicar a ascensão irresistível do partido de Lênin em setembro e outubro, meses de tentativa da contrarrevolução. O General Kornilov e seu batalhão de 'selvagens' marcharam contra o impopular governo Kerensky no rescaldo da repressão aos bolcheviques. Representava os setores monárquicos conservadores que erguiam a cabeça. O governo Kerensky, para defender-se do golpe de seu ex-Comandante em Chefe, teve de recorrer à ajuda dos partidários de Lênin, levantando as proibições sobre o partido. A tentativa do General esfumou-se antes de chegar à capital, graças à propaganda bolchevique entre os soldados. A atmosfera da Petrogrado mudava completamente. A derrota da contrarrevolução infundia um ânimo revolucionário irresistível nos operários e soldados, que contaminava os regimentos mais alinhados ao governo. Os soviets, em todo império, foram caindo um após outro nas mãos bolcheviques, por meio de sucessivas reeleições de seus comitês executivos. O de Petrogrado finalmente se bolchevizava e elegia Trotsky como seu presidente. Sob sua chefia organizou-se o Comitê Militar Revolucionário, que rivalizava com o Estado Maior pelo comando dos regimentos na capital.

O II Congresso Pan-Russo dos soviets marcaria definitivamente a passagem destes órgãos para mãos revolucionárias. Os mencheviques e esserristas, que ainda controlavam o Comitê Executivo Central, travaram uma luta renhida para impedir sua convocação, finalmente marcada para 06 de novembro. Lênin, escondido na Finlândia, sentiu a crise amadurecer. Insistiu para que o partido preparasse a insurreição. O Comitê Central do partido, reunido a 10 de Outubro, decidiu pela insurreição não sem ter antes de vencer uma dura oposição. John Reed, o autor de *México Rebelde* e *Os dez dias que abalaram o mundo*, narra que na cúpula partidária, entre os membros não operários da direção, apenas Lênin e Trotsky acreditavam na possibilidade da tomada do poder e sua conservação. Zinoviev e Kamenev se colocariam contra a insurreição. A insurreição foi preparada pelo Comitê Militar Revolucionário na madrugada de 6 para 7 de novembro (segundo o nosso calendário) na abertura do II

Congresso dos Soviets.

A tomada do Palácio de Inverno só pode realizar-se no dia seguinte em meio a acalorados debates no Instituto Smolny, onde se instalara o congresso. Kerensky fugira pouco tempo antes, deixando alguns ministros e um batalhão mulheres despreparadas para a defesa do palácio. Enquanto os bolcheviques defendiam o direito histórico do proletariado ocupar o leme do estado e destituir o governo, os mencheviques acusavam os líderes da revolução de conspiração, assassinatos e uso da força contra a democracia soviética. Pouco depois dos bombardeiros do cruzador Aurora contra a antiga residência do Czar, chegara a notícia da queda do palácio e da prisão dos ministros burgueses. O governo provisório finalmente fora deposto e o poder passaria, de agora em diante, para as mãos dos soviets de deputados operários e soldados. Lênin apareceu aplaudido no Smolny e apresentou seus decretos propondo a paz democrática, sem anexações nem indenizações às potências imperialistas e o confisco da grande propriedade latifundiária em benefício dos camponeses pobres.

A revolução atravessaria ainda diversas fases que não con-



vém aqui desenvolver, tais como a guerra civil e a estalinização. Para nós, é suficiente concluir que a própria história da revolução foi uma das vítimas da burocratização no seio do Estado soviético. A obra bizarra do estalinismo, que destruiu as tradições revolucionárias do bolchevismo e substituiu o marxismo-leninismo, empreendeu uma grotesca falsificação dos fatos e personagens de Outubro. O nome de Trotsky, fundador do Exército Vermelho e organizador da insurreição

ao lado de Lênin, foi banido dos anais da revolução. O ditador do Kremlin e seus asseclas criaram o mito da luta de Vladimir Ilitch contra o trotskismo e a teoria da revolução permanente. A despeito de todas as monstruosas tentativas da burocracia de desvirtuar a verdade histórica, ao redor do mundo, recorrendo aos métodos mais vis, não foram capazes de enlamear a consciência dos explorados para quem o papel contrarrevolucionário desempenhado pelo estalinismo foi ficando mais claro a cada dia.

Em nossa época, os burocratas sindicais e reformistas de todos os matizes há muito arrancam da consciência do proletariado a experiência de sua própria luta internacional pela revolução. Os trabalhadores combativos e a juventude aguerrida superarão esse retrocesso político formando seus quadros marxistas e assimilando as ricas lições do proletariado em seus combates decisivos pelo poder, dentre os quais destaca-se, como o mais profícuo deles, a exitosa experiência da Revolução Russa.

A III Internacional expressa o programa da Revolução Russa

A III Internacional constituiu o Partido Mundial da Revolução Socialista. As duas Internacionais anteriores não puderam chegar a tal nível de organização do movimento mundial do proletariado. As condições históricas do capitalismo em decomposição, em sua fase última imperialista, abriram o caminho para uma avançada centralização programática e organizativa dos explorados em sua luta de classes contra a burguesia.

A 1ª Guerra Mundial colocou a II Internacional diante da revolução e da contrarrevolução. Sucumbiu submetendo-se às diretrizes contrarrevolucionárias da burguesia imperialista. Em seu seio se constituiu uma minoritária fração, sobretudo na Alemanha com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e na Rússia com Lênin. Essa fração, desde o início, concluiu que a II Internacional estava liquidada pelo socialchauvinismo.

Na Conferência de Zimmerwald de 1915, que reuniu os opositores à direção liquidacionista da II Internacional, Lênin se viu obrigado a continuar liderando uma nova fração minoritária, com o claro objetivo de definir a política revolucionária do proletariado diante da guerra imperialista e da necessidade de criar uma nova Internacional.

A Revolução Russa potenciou o marxismo-leninismo que pôde dar origem ao Partido Mundial da Revolução Socialista, a III Internacional. Há que assinalar que Trotsky esteve do lado de Lênin desde a Conferência de Zimmerwald, ainda que não tivesse a clareza de Lênin. Teve um papel decisivo na elaboração do programa da III Internacional e em sua organização.

Os Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista representam a III Internacional; a partir daí, Stálin e sua camarilha passaram a fazer uma revisão liquidacionista da III Internacional. Em 15 de maio de 1943, a burocracia estalinista decidiu pela "autodissolução da III Internacional". Em 9 de junho de 1943, é lançado um comunicado que declara a sua dissolução. Stálin, Dimitrov, Manuilski e mais alguns burocratas liquidaram a III Internacional sem que houvesse qualquer resistência dos partidos comunistas. No entanto, os traidores da Revolução Russa não tiveram um só momento de sossego diante do combate diuturno da Oposição de Esquerda Russa e Internacional, liderada por Trotsky.

Karl Liebknecht, assassinado juntamente com Rosa Luxemburgo pelos nazistas, em sua carta à Conferência de Zimmerwald a saudou com um chamado a construir a III Internacional. Conclamou: "A nova Internacional nascerá, pode nascer sobre as ruínas da velha, sobre novos fundamentos mais sólidos. Vocês, companheiros socialistas de todos os países, devem no dia de hoje colocar a primeira pedra do edifício do futuro. Julguem sem piedade os falsos socialistas! Expulsem sem piedade os vacilantes de todos os países, igualmente àqueles da Alemanha! A grandeza do objetivo os ajudará a passar pela estreiteza e pequenez do dia, pela miséria desses dias horríveis. Viva a paz dos povos do futuro! Viva o antimilitarismo! Viva o socialismo internacional, revolucionário, emancipador dos povos! Proletários de todos os países, uni-vos!"

O social chauvinismo destruiu a II Internacional, mas não o internacionalismo proletário. O nacionalismo estalinista destruiu a III Internacional, mas não o internacionalismo proletário.

A IV Internacional, dentre todas as internacionais, foi a que emergiu na mais poderosa contracorrente da história. O capitalismo mundial, auxiliado pelo estalinismo contrarrevolucionário, desfechou um golpe de proporções incalculáveis no movimento revolucionário do proletariado internacional. Reconstituiu e reconstituiu os elos do capitalismo rompido pelas revoluções socialistas. Destruiu as conquistas mais avançadas da humanidade, mas não destruiu uma só pedra do comunismo. O futuro dos povos, como alertou Liebknecht, continua a depender das revoluções proletárias e da construção de uma sociedade sem classes.

(resenha do texto de Guillermo Lora contido no livro "História da Quatro Internacionais")

A Terceira Internacional tem suas raízes na luta programática do grupo de Zimmerwald, liderado por Lênin, contra a falência da II Internacional diante da 1ª Guerra Mundial. A decisão dos partidos da II Internacional de apoiarem seus governos na guerra levou a que se tomassem iniciativas por uma nova Internacional, oposta ao nacionalismo que dominava a socialdemocracia. A mais importante delas foi a Conferência Socialista de Zimmerwald, realizada em setembro de 1915, onde Lenin encabeçou a luta que caracterizava falida a II Internacional e que era necessário constituir uma nova. Considerava que o ponto de partida era a criação de verdadeiros partidos marxistas nos países. Os 38 delegados de 11 países assumiram a tarefa de retomar a linha revolucionária rompida pela direção da II Internacional. No entanto, no interior da Conferência, Lênin se opôs à maioria vacilante de centro e de direita que resistia romper completamente as relações com a direção chauvinista da II Internacional. Foi obrigado a constituir uma fração no seio da Conferência de Zimmerwald cuja maioria se

negava a admitir a necessidade da III Internacional.

A Fundação da III Internacional – comunista – se apressou como consequência da Revolução Russa. Assim que tomou o poder, o partido bolchevique se colocou a tarefa de projetar a revolução no campo internacional. Em 24 de janeiro de 1919, como resultado da Conferência de Moscou, foi lançado um chamado às organizações marxistas a se colocarem pela fundação de uma nova Internacional. Lênin redigiu o Manifesto.

1º Congresso (2 de março de 1919, Moscou)

Em 2 de março de 1919 foi realizado o 1º Congresso dos Partidos Comunistas. Aprovou-se a criação da III Internacional, que seria definitivamente confirmada no 2º Congresso.

Elaborou-se um programa inicial, que se assentava na estratégia da ditadura do proletariado. Formulava o conteúdo socialista da expropriação da propriedade privada e socialização dos meios de produção. Afirmava que o método funda-

mental é a ação das massas pelas reivindicações – e que a ação direta tinha continuidade elevada na insurreição, na luta armada da população assalariada. Denunciava toda democracia burguesa como ditadura de classe. Caracterizava a época da revolução mundial. Defendia a luta anti-imperialista nos países atrasados e a autodeterminação. Levantava a necessidade dos soviets como organismos de duplo poder e sobre os quais se assentaria o poder dos explorados. Retomava a nomenclatura de Marx e Engels para os partidos, que deveriam se chamar comunistas.

O “Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo todo” foi redigido por Trotsky e assenta a premissa de que a luta se entronca com a tradição herdada de Marx e Engels. A tarefa do momento: *“generalizar a experiência revolucionária da classe operária, depurar o movimento dos setores oportunistas e social-patriotas, unir as forças de todos os partidos verdadeiramente revolucionários do proletariado mundial e, deste modo, facilitar e acelerar a vitória da revolução comunista no mundo inteiro...”*

“O estado nacional, depois de ter dado um forte impulso ao desenvolvimento capitalista, tornou-se muito estreito para a expansão das forças produtivas. Este fenômeno tornou mais difícil a situação dos pequenos Estados aninhados em meio às grandes potências da Europa e do mundo... Só a revolução proletária pode garantir aos povos uma existência livre, pois libertará as forças produtivas dos apertados marcos dos Estados nacionais, unindo esses povos em estreita cooperação econômica, de acordo com um plano econômico comum...”

“Daí, uma série de revoltas ou de movimentos revolucionários em todas as colônias... A questão nacional está colocada em toda sua amplitude, não somente sobre a mesa do congresso diplomático de Paris, mas nas próprias colônias... Escravos coloniais da África e Ásia: a hora da ditadura proletária na Europa soará para vocês como a hora de sua libertação”.

Segundo Congresso (17, 23 de julho a 7 de agosto de 1920)

A conjuntura do II Congresso estava marcada pelo fato da Guerra Civil ir se definindo em favor da Rússia. Havia uma avalanche de elementos dos partidos socialdemocratas ingressando nas fileiras do bolchevismo e trazendo suas ideias estranhas ao marxismo. Se o I Congresso definiu a estratégia programática, o II Congresso discutiu os estatutos do partido mundial.

Os estatutos da Internacional Comunista, adotados pelo II Congresso, reproduzem o preâmbulo dos estatutos da primeira internacional e acrescentam: *“a III Internacional declara solenemente que vai continuar e completar a grande obra realizada pela Primeira Internacional... A Internacional Comunista fixa como objetivo a luta armada para a destruição da burguesia internacional e a criação da República internacional dos Sovietes, primeiro passo no caminho da completa supressão de todo regime governamental. A Internacional Comunista considera a ditadura do proletariado como único meio disponível para arrancar a humanidade dos horrores do capitalismo, e o poder dos Sovietes como forma de ditadura do proletariado imposta pela história.”*

Os estatutos firmam a concepção de Partido centralizado democraticamente de forma internacional. Ou seja, que não se trata de uma federação de organizações alinhadas, mas de um único partido mundial assentado nas organizações de cada

país. Todos os partidos são considerados membros iguais entre si.

“A Internacional representa uma organização internacional unificada e independente, que pugna por objetivos definidos e formulados com precisão. Quando uma organização de qualquer país se une à III Internacional, não só deve subordinar-se à direção comum, vigilante e exigente; também adquire o direito a participar ativamente na direção de todas as outras seções da Internacional Comunista”.

A Internacional formula com clareza que a época atual, da revolução e ditadura proletárias, requer a criação do partido mundial, sem ele o proletariado não será capaz de realizar sua revolução. A luta de classes é luta política.

As resoluções contêm a concepção da teoria da revolução permanente: *“nesta etapa, as reivindicações econômicas - aumento de salários, por exemplo - tendem a se transformar em luta política, isto porque a burguesia em meio a sua total crise já não pode melhorar efetivamente as condições de vida e de trabalho dos operários”.*

A questão nacional e colonial teve grande importância neste congresso. De um lado, a convulsão do mundo colonial obrigava os marxistas a responderem à situação; de outro, grande número de delegados oriundos dos movimentos de libertação nacional traziam a questão ao congresso. Lênin atuou com profundidade sobre o tema. Os marxistas tiveram de estudar as leis e particularidades do desenvolvimento da luta de classes nessas localidades. Meses depois, realizou-se o Congresso dos Povos do Oriente, como consequência das resoluções do II Congresso.

A ideia fundamental aprovada: *“É a distinção entre as nações oprimidas e opressoras... o traço distintivo do imperialismo consiste em que atualmente... o mundo está dividido, por um lado, em um grande número de nações oprimidas (a maioria da humanidade) e, por outro lado, um número insignificante de nações opressoras, que têm enorme riqueza e uma força militar poderosa”.* A seguir se assenta a premissa de que a luta pela libertação nacional é inseparável da luta pela defesa do Estado soviético. A diferença entre os movimentos democrático burguês e revolucionário se baseia nos fatos. A burguesia das metrópoles trabalha junto à dos países atrasados para combater as classes e os movimentos revolucionários. Os comunistas *“devemos apoiar e apoiaremos os movimentos burgueses de libertação nas colônias só no caso em que esses movimentos sejam realmente revolucionários, somente no caso de que seus representantes não nos impeçam de educar e organizar no espírito revolucionário os camponeses e as grandes massas de explorados. Se não se dão essas condições, os comunistas devem lutar... contra a burguesia reformista”.*

A presença do proletariado como classe e dos países em transição ao socialismo converte em errônea a tese no sentido de *“que a fase capitalista de desenvolvimento seja inevitável para os povos atrasados.”* A Internacional Comunista formulará, dando-lhe uma base teórica, a tese de que os países atrasados, com a ajuda do proletariado das nações adiantadas, podem passar ao regime soviético - e, depois de determinadas etapas de desenvolvimento, ao comunismo - superando em seu desenvolvimento a fase capitalista.

“Nos Estados e na maioria dos países atrasados, onde predominam instituições feudais ou patriarcais rurais, devem ser tidos em conta: 1) a necessidade de todos os partidos comunistas de participar em todos os movimentos revolucionários de emancipação desses pa-

ises, participação que deve ser realmente ativa e cujas formas devem determinar, para cada país, o partido comunista de cada um deles, se existir. A obrigação de apoiar esses movimentos recai, em primeiro lugar, nos trabalhadores das metrópoles dos países...; (2) a necessidade de combater a influência reacionária e conciliadora do clero, missões cristãs e outros elementos; (3) também é necessário combater o panislamismo, o panasiatismo e outros movimentos semelhantes que tentam usar a luta de emancipação contra o imperialismo europeu e norte-americano, para fortalecer o poder dos imperialismos... da nobreza, grandes proprietários territoriais, clero, etc.; (4) É particularmente necessário apoiar os movimentos dos camponeses dos países atrasados contra os grandes proprietários territoriais, contra as sobrevivências do espírito feudal. Deve-se, acima de tudo, esforçar-se para dar ao movimento camponês um caráter revolucionário, organizar... os oprimidos em soviets...; (5)... A Internacional Comunista só pode apoiar os movimentos revolucionários nas colônias e países atrasados, com a condição de que os elementos mais puros dos partidos comunistas - e comunista nos fatos - sejam agrupados e instruídos sobre suas tarefas específicas, ou seja, sua missão de combater o movimento burguês e democrático. A Internacional Comunista deve estabelecer relações temporárias e formar uniões com os movimentos revolucionários nos países atrasados e colônias, sem fundir jamais com eles e sempre mantendo o caráter independente do movimento proletário, ainda que este se dê em formas embrionárias..."

O II Congresso desenvolveu as Teses Agrárias e respondeu a questão do campo. Mostrava que a solução do problema depende do proletariado. "O proletariado industrial das cidades, sob a direção do Partido Comunista, é o único capaz de libertar as massas trabalhadoras do campo do jugo dos capitalistas e dos proprietários latifundiários, da desorganização econômica e das guerras imperialistas, que recomençarão, inevitavelmente, se sobreviver o regime capitalista." As resoluções apontam que os trabalhadores do campo só se libertarão com a condição de que se unam ao proletariado comunista e lutem unidos contra o regime dos grandes latifundiários e da burguesia.

Sobre a atuação no parlamento, as teses sobre "O Partido Comunista e o parlamentarismo" retomam a tradição da I Internacional, quando defende que a utilização da presença no parlamento burguês deve servir para a agitação, para impulsionar o avanço da consciência de classe e para se opor ao parlamentarismo da II Internacional reformista por um lado e ao antiparlamentarismo por princípio de outro. Rechaça o parlamentarismo como forma de governo do Estado Operário: "O comunismo se nega a ver no parlamento uma das formas da sociedade futura; se nega a ver nele a forma da ditadura do proletariado; nega a possibilidade de conquistar o parlamento de forma durável, se coloca como objetivo a abolição do parlamentarismo. Não pode discutir pois sobre a utilização das instituições governamentais burguesas, a não ser para conquistar sua destruição".

As resoluções estabelecem com clareza a relação entre ação

direta e atividade parlamentar: "O método fundamental da luta do proletariado contra a burguesia... é, em primeiro lugar, a ação de massas... A luta de massas constitui todo um sistema de ações em desenvolvimento, que têm sua própria dinâmica e conduzem à insurreição contra o Estado capitalista. Nessa luta de massas chamada a se converter em guerra civil, o partido dirigente do proletariado deve, como regra geral, fortalecer todas as suas posições legais, convertendo-as em pontos de apoio secundários de sua ação revolucionária e subordinando-as ao plano geral da campanha principal: a luta de massas. A tribuna do parlamento é um desses pontos de apoio secundários... O Partido Comunista penetra no parlamento, não para se entregar a um trabalho orgânico, mas para minar a partir de seu interior a máquina governamental e o parlamento... Esta ação parlamentar que consiste sobretudo em usar sua tribuna para a agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias às massas que sobretudo nos países atrasados contemplam

a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas, deve submeter-se sempre e totalmente aos fins e às tarefas da luta extraparlamentar de massas."

As resoluções apontam que o objetivo não é a conquista de posições no parlamento, mas a mobilização das massas ao redor das bandeiras da revolução proletária.

A participação ou não das eleições é colocada como uma questão tática, que deve ser analisada concretamente de acordo com a situação que se vive. Prevêem as distintas possibilidades de abandono do parlamento, de boicote às eleições numa situação em que se coloque a derrubada imediata e pela força do

Estado burguês e até a participação nas eleições simultaneamente com o boicote ao parlamento.

A atividade parlamentar e eleitoral é fixada como secundária. O principal é a defesa da luta direta (extraparlamentar) para a conquista do poder político. A defesa da ditadura do proletariado e da luta das massas para alcançá-la não tem comparação com a utilização particular do parlamento.

Terceiro Congresso (22 de junho a 12 de julho de 1921, em Moscou)

O III Congresso se voltou à tática revolucionária. A conjuntura em que se realizou estava marcada pela derrota da revolução alemã, por intensos levantes internos na URSS (Kronstadt), pela aplicação da NEP, e pelos acordos comerciais com Inglaterra e Alemanha.

As Teses sobre a Tática fixam os meios que levam à conquista da maioria da classe operária para o comunismo, para organizar o proletariado para esta luta. Apontavam que a situação histórica colocava as alternativas da ditadura capitalista ou ditadura proletária.

A nova situação estava marcada pelo fato de terem se organizado vários grandes partidos comunistas pelo mundo, mas que não se constituíam na direção física do grosso da classe operária. Avaliava-se o ingresso num período relativamente



longo de combates revolucionários.

As "Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas" contêm aspectos fundamentais da organização partidária. O princípio que as norteia é o de que o programa determina o partido e sua organização. Mas a organização deve se adequar às mudanças da situação política. De maneira dinâmica, a organização do partido deve se adaptar às condições e objetivos de sua atividade.

Nessas resoluções encontramos a reafirmação do princípio do centralismo democrático. *"A centralização democrática na organização do Partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia proletária. Esta fusão só pode ser obtida mediante uma atividade e uma luta permanente e comum do conjunto do partido"*.

O partido é concebido como uma escola de trabalho do marxismo revolucionário. É o trabalho cotidiano, coletivo, realizado nos organismos do partido, que permite estreitar as ligações entre os distintos grupos e militantes. A organização comunista deve voltar tudo e todos para a luta proletária de classes, dividindo o trabalho político de modo a por seu meio levar as mais amplas massas proletárias para o movimento revolucionário.

O elemento essencial de todo esse trabalho é a célula partidária. Ela é quem permite estabelecer a ligação do partido com as massas e elaborar coletivamente o programa.

Recomenda-se aos partidos que utilizem a combinação do trabalho legal e ilegal, que devem estar ligadas.

A atividade sindical deve estar dirigida e coordenada em todos os seus aspectos pela Internacional Comunista, que lhe imprimirá caráter revolucionário.

Foi criada a Internacional Comunista da Juventude, integrante da Internacional Comunista. A resolução respectiva diz: *"A tarefa atual da juventude consiste em reunir os jovens operários, educá-los no espírito comunista e conduzi-lo às primeiras fileiras da batalha comunista... Do ponto de vista internacional, a direção política somente pode pertencer à Internacional... O papel da Internacional Comunista da juventude consiste em centralizar e dirigir o movimento da juventude comunista... A Internacional Comunista da Juventude constitui um setor da Internacional Comunista e como tal está subordinada às decisões de seu congresso e de sua Executiva"*.

O Congresso da Internacional Comunista e a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Comunistas acordaram *"reforçar o trabalho entre o proletariado feminino e em particular a educação comunista das grandes massas de operárias que é preciso arrastar para a luta pelo poder dos soviets... A conquista do poder pelo proletariado e a realização do comunismo... não poderão ser realizadas sem o apoio ativo da massa do proletariado e semiproletariado feminino"*. De maneira explícita se opôs aos postulados do movimento feminista pequeno-burguês do ponto de vista marxista: *"O congresso chama a atenção das mulheres sobre o fato de que sem o apoio dos partidos comunistas, as iniciativas tendentes à libertação da mulher, o reconhecimento de sua igualdade pessoal total e sua verdadeira libertação são irrealizáveis... O que o comunismo dará à mulher, em nenhum caso o movimento burguês poderá fazê-lo. Enquanto exista a dominação do capital e da propriedade privada, a libertação da mulher é impossível... As massas proletárias femininas devem, em seu próprio interesse, apoiar a tática revolucionária do Partido Comunista e participar da forma mais ativa e direta nas ações*

de massas e na guerra civil sob todas as suas formas e aspectos, tanto no marco nacional como em escala internacional".

O Manifesto do Comitê Executivo da IC chama à formação da frente única proletária como tática adequada para arrancar as massas do controle dos reformistas e centristas, a partir da oposição da estratégia da classe operária à estratégia da burguesia. Os fatos demonstrarão que essa tática se aplica aos países altamente desenvolvidos.

Quarto Congresso (5 de novembro a 5 dezembro, Moscou)

O 4º Congresso trabalhará a importância da tática de frente única contra o isolamento imposto aos comunistas pelos dirigentes reformistas nas organizações de massa.

Apesar da conjuntura de relativo crescimento industrial, a resolução aponta que não há possibilidade de progresso geral das forças produtivas. *"O que o capitalismo atravessa hoje não é mais que sua agonia. A queda do capitalismo é inevitável."*

Aponta-se para a tendência de desenvolvimento do fascismo internacional, que se dava ao lado da ofensiva capitalista no terreno econômico. Mostrava que os governos criavam cada vez mais instrumentos repressivos (comparados aos guardas "brancos" russos, da contrarrevolução) para conter as lutas do proletariado em toda parte.

As "Teses sobre a frente única proletária" tratam da unidade de uma só classe, da operária, nos países altamente desenvolvidos e onde os partidos comunistas tinham a possibilidade de conquistar a direção da maioria oprimida. Desenvolviam o método de unidade na luta para potenciar a ação do proletariado e demonstrar pela prática a política nefasta das direções conciliadoras.

Nas "Teses sobre a ação comunista no movimento sindical", se respondeu à arremetida da socialdemocracia contra os sindicatos revolucionários pertencentes à Internacional Sindical Vermelha, que invariavelmente eram expulsos das centrais sindicais nacionais e dos congressos operários, coisa que também faziam os anarco-sindicalistas. A muleta usada por reformistas e libertários contra os comunistas era a bandeira de "neutralismo e autonomia" dos sindicatos frente aos partidos e à política em geral. Esta situação forçava a elaborar "a luta pela unidade sindical" e por parar as exclusões das organizações sindicais comunistas das centrais sindicais nacionais.

Aprovou-se ainda uma tese especial "Sobre a questão negra", na que se saúda a rebelião das massas negras contra a opressão imperialista: *"Com uma grande alegria a internacional Comunista vê resistir os operários negros explorados ao ataque dos exploradores, porque o inimigo da raça negra é o mesmo que o dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo... A Internacional Comunista, que representa os operários e camponeses revolucionários do mundo todo em sua luta por abater o imperialismo, não é somente a organização dos operários brancos da Europa e América, mas também a dos povos de cor oprimidos do mundo todo; considera que é seu dever alentar e ajudar a organização internacional do povo negro em sua luta contra o inimigo comum."*

"O problema negro se converteu em uma questão vital para a revolução mundial. A Internacional Comunista... considera essencial a cooperação de nossos camaradas negros oprimidos para consumir a

revolução proletária que destruirá a potência capitalista”.

Resumo das “Teses gerais sobre a questão do Oriente”, do Quarto Congresso da IC (G. Lora):

“O caráter atrasado das colônias se manifesta na diversidade de movimentos nacionalistas revolucionários, dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais, feudal-patriarcais e o capitalismo... Nesses países o capitalismo surgiu e se desenvolveu sobre uma base feudal, tomou formas incompletas, transitórias e bastardas que deixam a preponderância, especialmente, ao capital comercial e usurário... Por outro lado, as classes dirigentes desses países coloniais e semi-coloniais não têm nem a capacidade nem o desejo de dirigir a luta contra o imperialismo, na medida em que esta luta se transforma em um movimento revolucionário de massas.” Em não poucas regiões a rebelião das massas é encoberta com formas religiosas.

A tarefa fundamental: “consiste em realizar a unidade nacional e a autonomia política. A solução real e lógica desta tarefa depende da importância das massas trabalhadoras, que tal o qual movimento nacional saiba arrastar em seu caminho... levando em seu programa as reivindicações sociais dessas massas... A Internacional Comunista sustenta todo movimento nacional-revolucionário dirigido contra o imperialismo. No entanto, a IC não perde de vista, ao mesmo tempo, que somente uma linha revolucionária consequente baseada na participação das grandes massas na luta ativa e na ruptura sem reservas com todos os partidos da colaboração com o imperialismo pode levar as massas oprimidas à vitória.”

A questão agrária adquire enorme significado nos países atrasados. “O imperialismo, que tem interesse vital em receber a maior quantidade de benefícios com a menor quantidade de gasto, mantém nos países atrasados as formas feudais e usurárias de exploração da mão-de-obra... Em outros países, o imperialismo se apodera da renda da terra servindo-se para isso da organização indígena e da grande propriedade da terra... depreende-se disso que a luta pela supressão das barreiras e das rendas feudais sobre as terras que ainda restam expressa o caráter de uma luta de emancipação nacional contra o imperialismo e a grande propriedade feudal da terra.” Tudo isso demonstra que “o movimento revolucionário nos países atrasados do Oriente somente pode ser coroado de êxito se está baseado na ação das multidões camponesas. É por isso que os partidos revolucionários de todos os países orientais devem determinar claramente seu programa agrário e exigir a supressão total do feudalismo e suas sobrevivências, que encontra sua expressão na grande propriedade da terra e na isenção do imposto da terra.”

O movimento operário nos países atrasados é minoritário, mas rapidamente se organizou e ingressou na luta. O fenômeno dominante era a incorporação do movimento operário aos movimentos nacionalistas burgueses. A presença do proletariado determina que a revolução colonial supere os limi-

tes da democracia burguesa: “sua vitória decisiva é incompatível com a dominação do imperialismo mundial. No começo, a burguesia indígena e os intelectuais indígenas assumem o papel de pioneiros dos movimentos revolucionários coloniais, mas a partir do momento em que as massas proletárias e camponesas se incorporam a esses movimentos, os elementos da grande burguesia e da burguesia latifundiária se apartam, deixando a iniciativa aos interesses sociais das camadas inferiores do povo. Uma longa luta, que durará toda uma época histórica, espera o jovem proletariado das colônias, luta contra a exploração imperialista e contra as classes dominantes indígenas que aspiram monopolizar todos os benefícios do desenvolvimento industrial e intelectual e querem que as massas fiquem como no passado, em uma situação ‘pré-histórica’. Esta luta pela influência sobre as massas camponesas deve preparar o proletariado indígena no papel de vanguarda política”.

A tarefa mais importante não era outra que converter os Partidos Comunistas na direção das massas oprimidas dos países atrasados. Tratava-se de arrancar o controle político das massas das mãos dos movimentos nacionalistas, com tal finalidade se lançou a consigna da frente única anti-imperialista, como réplica da tática da frente única da classe aplicável nas metrópoles: “nas colônias orientais é indispensável lançar a consigna de frente única anti-imperialista.

A oportunidade desta consigna está condicionada pela perspectiva de uma luta de longo prazo contra o imperialismo mundial, luta que exige a mobilização de todas as forças revolucionárias... Da mesma forma que a consigna de frente única proletário no Ocidente contribuiu e ainda contribui para desmascarar a traição da parte dos social-democratas aos interesses do proletariado, a consigna de frente única anti-imperialista contribuirá também para desmascarar as dúvidas e incertezas dos diversos grupos do nacionalismo



burguês.”

“Antes de mais nada; o movimento operário dos países coloniais e semi-coloniais deve conquistar uma posição como fator revolucionário autônomo na frente anti-imperialista comum. Somente se lhe reconhece esta importante autonomia e se conserva sua plena independência política, são admissíveis e inclusive indispensáveis acordos temporários com a democracia burguesa. O proletariado empunha e elabora reivindicações parciais, como por exemplo a república democrática independente, a concessão às mulheres de direitos que não têm, etc., contanto que a correlação de forças que exista nesse momento não lhe permita colocar como tarefa imediata a realização de seu programa soviético. Ao mesmo tempo, pretende lançar consignas capazes de contribuir à fusão política das massas camponesas e semiproletárias com o movimento operário. A frente única anti-imperialista está ligada indissoluvelmente com a orientação para a Rússia Soviética.”

Por outro lado, se assinala o dever do proletariado das metrópoles de apoiar os movimentos de libertação nacional das colônias e semicolônias.

O caráter contrarrevolucionário do estalinismo

Diante do 97º aniversário da Revolução de Outubro, uma das principais questões que se coloca para a vanguarda é desfazer a confusão entre a rica experiência protagonizada pelas massas russas, sob a direção bolchevique, e a degeneração posterior pela burocracia soviética. Não se deve relegar ao esquecimento o decisivo papel contrarrevolucionário do estalinismo. Há uma tendência de absolver Stálin e sua fração burocrática diante da restauração capitalista e da consequente destruição da União Soviética, ora considerando-o uma fatalidade histórica, ora como “consequência inevitável” do leninismo.

Os partidos comunistas procuram manter equidistância a todo processo político que cindiu o Partido Comunista Russo, do qual se destacou a Oposição de Esquerda liderada por León Trotsky. É sintomático que no Brasil a “refundação” do Partido Comunista se deu sobre a base de uma revisão. A concepção estalinista, que acompanhou o PCB durante toda sua existência, agora já não teria lugar na nova fase do partido. No entanto, não reconhece o caráter contrarrevolucionário do estalinismo, o completo acerto de Trotsky e que o trotskismo é a continuidade do leninismo. Stálin falsificou o quanto pôde as teses leninistas para combater a Oposição de Esquerda Russa e Internacional. Toda e qualquer tentativa de manter a separação entre Lênin e Trotsky conclui inevitavelmente no estalinismo.

Tornou-se comum ouvir de militantes do PCB, principalmente dos mais novos, que a “refundação” promoveu uma tal democratização e que há no seu interior quem defenda aspectos do trotskismo, sem ser punido. A ideia de que o problema do estalinismo se concentra essencialmente no autoritarismo partidário, nisso parece que há aceitação da caracterização do burocratismo estalinista como centralista burocrático, mas oculta que as profundas deformações no regime partidário levadas a cabo por Stálin têm por substrato o socialismo nacional, que desfechou um golpe mortal no internacionalismo proletário, que esteve na origem do programa bolchevique.

Na realidade, não é possível expurgar parte do estalinismo. Os partidos comunistas, que têm uma longa história de combate ao trotskismo e de colaboração com a burguesia nas semicolônias e com setores do imperialismo no plano internacional, não têm como se livrar da carga histórica do estalinismo. Esse é um aspecto que merece atenção quando há a tentativa de desvanecer os fundamentos contrarrevolucionários do estalinismo.

Há correntes não-estalinistas provenientes do reformismo pequeno-burguês que procuram manter distância entre o estalinismo e o trotskismo. Sua função é a de desviar a vanguarda da construção do partido marxista-leninista-trotskista. Os agrupamentos que se dizem trotskistas e que impulsionam um partido pequeno burguês desta natureza não fazem senão alimentar o campo daqueles que minimizam ou absolvem o estalinismo contrarrevolucionário. Não é por acaso que procuram ter boa vizinhança com o PCB, apoiando a ideia da “refundação”, como se de fato os estalinistas renovados tivessem dando um passo progressista.

É necessário, nesta ordem de consideração, assinalar o retrocesso que sofreu a IV Internacional, depois da morte de Trotsky, particularmente nos anos 50, com a revisão de Michel Pablo quanto à natureza do estalinismo. A vitoriosa posição da União Soviética, ao lado do imperialismo “democrático” na 2ª Guerra Mundial, não apenas alentou os partidos comunistas no sentido de que se tratava de um avanço inevitável do

comunismo como levou importantes líderes da IV Internacional a considerar que o estalinismo passava a jogar um papel progressivo e que a caracterização de contrarrevolucionário desenvolvida por Trotsky não se confirmava. A capitulação golpeou profundamente a IV Internacional que a estilhou. Está aí por que o revisionismo se impôs, assumindo aspectos e formas

distintos, que se manifestam em uma enorme quantidade de tendências e grupos.

Esse fenômeno em seu conjunto – “refundação” dos partidos comunistas e o revisionismo do trotskismo – tende a lançar uma cortina de fumaça sobre os fundamentos antimarxistas e contrarrevolucionários do estalinismo. A restauração capitalista, a desintegração da União Soviética e a destruição da III Internacional passam a ser acontecimentos de um passado longínquo, como se pouco tivessem a ver com o presente da luta de classes mundial. Isso explica, em grande parte, o distanciamento das tendências “socialistas” do programa e da teoria condensada na experiência do bolchevismo e da III Internacional da época de Lênin e Trotsky (Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista). A Revolução Russa não comparece para os revisionistas como um terremoto que abalou internacionalmente o capitalismo e como o laboratório em que conserva as experiências fundamentais da luta prole-



tária.

Em nosso entendimento, não tem sentido assimilar as experiências da Revolução Russa separadamente de sua degeneração e derrocada. As bases materiais e sociais que permitiram a constituição do estalinismo como Termidor têm tanta importância quanto o processo da restauração que culminou com o desmoronamento da União Soviética.

Um ano após a tomada do poder, teve início a guerra civil na Rússia. Após anos de destruição e privações, com a 1ª Guerra Mundial e a revolução, o choque entre os Exércitos Vermelho e Branco veio somar mais mortandade e sacrifícios incomensuráveis das massas. O Estado operário recorreu ao denominado comunismo de guerra. Seu elemento mais delicado residia, sinteticamente, numa subordinação do campo à cidade. A energia das massas camponesas foi exaurida. Em 1920, diante dos sintomas de esgotamento dessa política, Trotsky formulou propostas consideradas precursoras da NEP: substituição das requisições forçadas na agricultura por prêmios aos camponeses mais produtivos; a descentralização econômica (no marco do planejamento estatal) e a transformação das unidades desmobilizadas do Exército Vermelho em “exércitos do trabalho”, para reativar a indústria quebrada.

Dessas discussões se desdobrou a polêmica sobre o papel dos sindicatos após a revolução. Trotsky passou a defender a “militarização dos sindicatos”, além da nomeação de seus dirigentes pelo governo revolucionário. Esse posicionamento político o aproximou momentaneamente de Bukharin, mas colocou ambos em oposição a Lênin. A palavra final nessa disputa foi dada pelo X Congresso do partido bolchevique, em março de 1921. Trotsky, posteriormente, reconheceu o acerto de Lênin. Foi aprovado também o abandono do comunismo de guerra e o estabelecimento da NEP. O contexto era de grande turbulência, com várias greves e rebeliões, como a Revolta de Tambov e, sobretudo, pela Revolta dos marinheiros de Kronstadt. Lênin e Trotsky viram no episódio um sinal mais do que evidente da necessidade de uma virada na linha econômica. Tomaram a dianteira no interior do partido, plenamente de acordo sobre a questão, e empregaram sua autoridade política para comandar o recuo que implicava a NEP.

Ao mesmo tempo, ficava cada dia mais evidente a dependência direta da manutenção da República dos soviets em relação ao avanço da revolução no ocidente, particularmente onde ela se encontrava em maior grau de maturidade: a Alemanha. O desastre promovido em 1923 nesse país, com uma orientação completamente equivocada da direção da Internacional Comunista, com Zinoviev à frente, já sob a influência estalinista, acabou por reforçar as tendências burocráticas na Rússia. Lênin estava praticamente afastado do trabalho político por sua doença.



Quando a oposição liderada por Trotsky à política adotada na Alemanha foi condenada, na Conferência do partido, em janeiro de 1924, os choques com Stálin já repercutiam em todo o partido. No mesmo mês, Lênin faleceu. Antes disso, em abril de 1923, Trotsky e Bukharin defenderam contra Stálin a posição de Lênin a respeito do problema das nacionalidades no XII Congresso do partido, em função da ação autoritária de Stálin na Geórgia. Simultaneamente, diante da “crise das tesouras” (refere-se à distância entre a cidade e o campo, representadas pelas duas lâminas na forma de tesoura), Trotsky defendeu a ajuda estatal à indústria, para poder baixar seus preços e desse modo alargar o abastecimento para o campo.

A essa altura, vieram à tona as críticas contidas no chamado “Testamento” político de Lênin, em que recomendava o afastamento de Stálin do cargo de secretário-geral do partido. Havia rompido relações pessoais com o mesmo em razão de sua conduta extremamente rude em um episódio com sua esposa, Krupskaya. A última fase de atuação política de Lênin, antes que a doença o afastasse de vez, foi marcada justamente por um bloco ao lado de Trotsky para combater a crescente burocratização do partido e do Estado – na verdade, de ambos, numa inter-relação. O XIII Congresso do partido, ocorrido

em maio de 1924, possuía como antecedente a publicação da brochura *O Novo Curso*, de Trotsky (dezembro de 1923), onde se encontra uma resposta quanto ao fenômeno da burocratização.

Abriu-se um momento de críticas e acusações na imprensa entre Trotsky e o grupo liderado por Stálin (que contava com Kamenev e Zinoviev, daí o emprego da expressão “troika”). Um fato importante nesse contexto foi a publicação do contra-ataque de Trotsky com as *Lições de Outubro*, em outubro de 1924. Seguem-se

as polêmicas sobre a intervenção completamente errônea da Internacional Comunista estalinizada na Inglaterra, diante da greve geral em 1926, que foi derrotada em função da orientação estalinista de conciliação de classes; depois, a trágica derrota na China em 1927, onde a direção da Internacional aplicou uma linha de submissão do Partido Comunista Chinês ao Kuomintang (partido nacionalista burguês), que logo tomou o poder e passou ao massacre dos comunistas.

Os acontecimentos posteriores reforçará a caracterização do estalinismo como contrarrevolucionário, como a coletivização forçada no campo (Rússia), o pacto com Hitler (1933), a política que conduziu os comunistas à derrota na Espanha em 1936, as frentes populares, os processos de Moscou etc. A própria campanha feroz contra Trotsky, passando por sua expulsão do partido e da URSS, sua perseguição mundo afora e, finalmente, seu assassinato no México, certamente corroborariam com a definição do conteúdo absolutamente reacionário do estalinismo. Trotsky afirma no Programa de Transição (1938) que “o extermínio da geração dos velhos bolcheviques e dos representantes revolucionários da geração intermediária e da jovem geração destruiu

ainda mais o equilíbrio político em favor da ala direita, burguesa, da burocracia e de seus aliados no país”.

No entanto, cumpre voltar ao período de 1923-27, justamente porque é nessa etapa que se solidifica o processo de burocratização. No livro *A Revolução Traída* (escrito em 1936), Trotsky afirma que *“a burocracia é essencialmente necessária todas as vezes que ásperos antagonismos se encontram em presença e que é necessário ‘atenuá-los’, ‘acomodá-los’, ‘regulá-los’ (sempre no interesse dos privilegiados e dos possuidores, e sempre com vantagem para a burocracia)”*. Tal avaliação da burocracia como fenômeno geral, na realidade, já estava presente desde *O Novo Curso*. Tais antagonismos expressavam a nova relação entre as classes depois de superada a primeira etapa do processo revolucionário. No momento, não eram mais os riscos de uma derrota militar, como nos anos anteriores, o que se situava no centro das atenções. E sim os desafios impostos pelo atraso histórico do país.

Trotsky vai mais a fundo e identifica uma *“inflexível necessidade de formar e de conservar uma minoria privilegiada, enquanto não é possível assegurar a igualdade real”*. Isto é, relaciona a burocratização ao estado de penúria conjuntural do país. A menção a uma *“minoria privilegiada”* se dirige evidentemente ao rápido enriquecimento dos kulaks (campo) e nepmen (cidade). Tanto Lênin como Trotsky sabiam dessa consequência inevitável, mas entendiam-na como um inconveniente efêmero. A camarilha estalinista, ao contrário, se apoiou justamente nessa camada, além de uma infinidade de indivíduos que nada tinham a ver com o passado bolchevique, que emergiram com a revolução e traziam consigo uma perspectiva de enriquecimento através do Estado no quadro geral de ruína.

O *“passo atrás, para dar dois à frente”* não pôde solucionar totalmente a questão econômica. Trotsky propunha se apoiar na classe operária e dirigir uma política justa junto aos camponeses, além de uma série de medidas de combate à burocratização no partido e no Estado. E destacava a importância decisiva do movimento na Alemanha industrializada. Como o auxílio do ocidente não veio, passou-se a considerar mais seriamente a hipótese de ter de assegurar a defesa da URSS enquanto uma nova onda revolucionária não se processasse. O foco deslocou-se para o Oriente, o que já era previsto desde os últimos congressos da Internacional Comunista até 1924, quando Lênin ainda era vivo.

De fato, não tardou para surgirem novos levantes de grande envergadura no horizonte. No lugar de ajustar a política do partido para atender aos desafios que iam se colocando, Stálin tornou o isolamento provocado pela derrota na Alemanha em fundamento para o florescimento da teoria do socialismo num só país. As derrotas na China (1927) e Espanha (1936) serviram para o estalinismo demonstrar ao imperialismo que não desenvolvia a partir do Estado soviético uma política revolu-

cionária de derrubada mundial do capitalismo. Internamente diante das condições econômicas e sociais da União Soviética, Trotsky demonstrava que o socialismo não podia se constituir sob a socialização da miséria. A resposta de Stálin, por outro lado, foi a de reforçar as tendências burocráticas centralizadas. A casta parasitária se protegia a todo custo com medidas que favoreciam relações econômicas herdadas do capitalismo e que coexistiam contraditoriamente com as novas relações de produção socialistas.

A burocracia não economizava proclamações vazias de *“vitória”* do socialismo. Ao mesmo tempo, passava a aplicar medidas econômicas e sociais violentas, como foram a coletivização forçada no campo e a adoção dos planos quinquenais. No Programa de Transição, Trotsky demonstra que *“a estatização dos meios de produção, condição necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas o aparelho de Estado soviético sofreu, neste meio tempo, uma degenerescência completa, transformando-se de um instrumento da classe operária, cada vez mais, em instrumentos de sabotagem da economia”*.



Do mesmo documento, pode-se extrair a saída apontada por Trotsky: *“o prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo”*. A história da humanidade

desde então só vem comprovando a justeza desse prognóstico.

A vanguarda não deve perder de vista as razões que levaram à destruição das conquistas do proletariado. Está obrigada a compreender o processo de restauração capitalista e extrair as conclusões programáticas, necessárias para superar a crise de direção revolucionária. A luta ao estalinismo contrarrevolucionário mantém-se na ordem do dia. Não pode haver nenhuma dúvida de que a luta de classes, contra a burguesia em qualquer país, põe à luz do dia todas as forças históricas e em seu interior o estalinismo. O objetivo estratégico é o de construir os partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas como parte da reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É por essa via que daremos continuidade a obra da Oposição de Esquerda Russa e Internacional, liderada por Trotsky e impulsionada pela vanguarda mais avançada de seu tempo que, convictos da vitória final do comunismo, não cederam a toda sorte de perseguição desencadeada pelo aparato burocrático dos partidos comunistas e não vacilaram um só instante diante da tarefa de defender a Revolução Russa contra a ofensiva do imperialismo.

A Revolução Traída

Trotsky escreveu o documento “A Revolução Traída”, em 1936, nas vésperas dos primeiros processos nos cárceres estalinistas, que levariam à prisão, condenação e execução de inúmeros membros do Partido Bolchevique que, inclusive, fizeram parte da direção do partido no momento da tomada do poder pelo proletariado na Rússia, em 1917. Foram os chamados Processos de Moscou (1936-37), nos quais se perseguiram “os monstros da quadrilha bukharineana e trotskista”, contra “a escória do gênero humano”, os “pigmeus guardas brancos, essa verrina branca, esses lastimosos lacaios fascistas”, como eram chamados os opositores do estalinismo. Nomes importantes do movimento socialista russo e internacional como Nicolai Bukharin, Grigori Zinoviev, L.B. Kamenev, Christian Rakovsky, além de inúmeros outros revolucionários bolcheviques foram simplesmente assassinados ou desapareceram sem deixar vestígios.

Mesmo tendo combatido e denunciado a degeneração estalinista em vários escritos ao longo da década de 1920 e primeiros anos de 1930, “A Revolução Traída” é a primeira autópsia da experiência do estalinismo à frente do poder do Estado soviético. Com base na análise de vastos dados, estatísticas, fatos e de toda a experiência dos anos de Termidor estalinista, Trotsky traça em “A Revolução Traída” um quadro geral do desenvolvimento da economia soviética, do caráter do Estado operário, da burocracia e do estalinismo, o nacionalismo da burocracia estalinista frente ao internacionalismo do marxismo revolucionário, o freio da burocracia estalinista ao avanço das forças produtivas soviéticas, a sociedade soviética como uma sociedade de transição do capitalismo ao socialismo, combatendo a posição falsa do estalinismo de que a União Soviética já havia chegado ao socialismo e, inclusive, à sociedade comunista.

Demonstra, ao mesmo tempo, o alcance que as novas formas de relações sociais de produção, abertas pela tomada do poder pelo proletariado, possibilitavam o amplo desenvolvimento das forças produtivas internas, apesar de obstaculizadas pela burocracia estalinista. Portanto, “A Revolução Traída” constitui não só uma denúncia revolucionária do Termidor estalinista, mas também uma defesa igualmente profunda do marxismo e das conquistas da Revolução de 1917.

O Estado Soviético

Foi preciso fazer uma rigorosa caracterização do que era a sociedade saída da Revolução de Outubro de 1917, para, a partir daí, definir o que era, de fato, o Estado soviético. Trotsky tratou dessa questão, tendo em vista as diversas caracterizações sobre a sociedade e o Estado soviéticos, defendidas não só no seio do movimento socialista internacional, mas também por

representantes ideológicos da burguesia. Desmontou ideias como a de que não se tratava da “ditadura do proletariado”, mas sim da “ditadura sobre o proletariado”, “capitalismo de Estado” ou que a burocracia era uma “nova classe social”.

A própria burocracia divulgava aos quatro ventos que a União Soviética já havia ingressado no socialismo. Falsificava a concepção marxista de que o socialismo e o comunismo só podem ser construídos em escala mundial e não em um só país. Os estalinistas afirmavam inicialmente que a URSS não havia atingido o comunismo, mas já havia conseguido completar o “estágio inferior do comunismo”, isto é, o socialismo. A burocracia, finalmente, inventou a ideia de que a URSS não só tinha ultrapassado o primeiro estágio do comunismo, mas chegado ao próprio comunismo, ou seja, a sociedade sem classes sociais e sem desigualdade material.

Logo no início de “A Revolução Traída”, Trotsky adverte:

“O desenvolvimento econômico e cultural da URSS já passou por várias fases, sem atingir ainda – muito longe disso – o equilíbrio interno. Se considerarmos que o alvo do socialismo é criar uma sociedade sem classes, fundada na solidariedade e na harmoniosa satisfação de todas as necessidades, não encontraremos ainda, neste sentido fundamental, o menor socialismo na URSS”.



A Rússia, antes de 1917, era um país atrasado do ponto de vista capitalista, que combinava o desenvolvimento industrial concentrado em poucas regiões com o mais profundo

atraso pré-capitalista. Conservava uma esmagadora maioria de camponeses em situação de miséria e quase servidão, uma nobreza e uma minoria de proprietários de terras, além do regime czarista autocrático, resquícios do passado feudal.

A Revolução de Outubro de 1917, ao sepultar o czarismo, derrubar o governo provisório burguês e concentrar o poder nas mãos do proletariado revolucionário, apoiado na maioria camponesa, abriu um período de transição entre o capitalismo e o socialismo. Mas abriu apenas um processo de transição, pois os revolucionários internacionalistas russos sabiam que, a mesma lei do desenvolvimento desigual e combinado, que abriu caminho à tomada do poder pelo proletariado antes do que em um país capitalista avançado, também impunha limites à chegada da Rússia ao socialismo. Dependia, portanto, da vitória da revolução nos países capitalistas avançados, sob pena de degenerar.

Por isso, Trotsky pergunta: “Será verdade, como afirmam as autoridades oficiais, que o socialismo já esteja realizado na URSS? Se a resposta é negativa, garantirão os êxitos conseguidos pelo menos a realização do socialismo dentro das fronteiras nacionais, independentemente do curso dos acontecimentos no resto do mundo?”. O comunismo supõe um amplo desenvolvimento das forças produtivas, de modo que tanto o trabalho produtivo quanto a

repartição da riqueza possam se dar não por coação, mas por decisão dos produtores associados. O desenvolvimento do capitalismo em escala mundial criou as condições e as forças da revolução proletária, como o desenvolvimento da técnica, ciência e o proletariado, como classe revolucionária.

Para fundamentar a tese de que a URSS havia ingressado no socialismo, a burocracia do Estado e do partido apresentava, entre outras coisas, a *"supremacia dos trustes do Estado na indústria, dos colchozes na agricultura, das empresas estatais e cooperativas no comércio"*. Formalmente, parecia que a realidade da URSS se coadunava com a análise de Marx, na Crítica ao Programa de Gotha, sobre os estágios inferior (socialismo) e superior do comunismo. Não obstante, tratava-se, como era característico do estalinismo, de uma interpretação formalista e distanciada das verdadeiras condições econômicas e sociais do país.

A Rússia havia saído muito recentemente do atrasado capitalismo para uma transição ao socialismo. Em termos de industrialização, do desenvolvimento das forças produtivas internas, da técnica, da ciência e do rendimento do trabalho, a Rússia sequer chegava ao nível da economia mundial. Na verdade, era incomparavelmente mais *"pobre do que os países capitalistas, quanto à técnica, aos bens e à cultura"*, mesmo com os grandes avanços proporcionados pela Revolução de 1917, que, expropriando a burguesia, liberou as forças produtivas do seu invólucro burguês. A conclusão de Trotsky é clara: *"É pois bastante mais exata chamar ao atual regime soviético, com todas as suas contradições, não socialista mas transitório entre o capitalismo e o socialismo, ou preparatório para o socialismo"*.

A burocracia Soviética

Algumas falsificações teóricas foram elaboradas no seio do movimento socialista internacional e por representantes ideológicos da burguesia, no sentido de demonstrar que na URSS existia um "capitalismo de Estado" ou, de outro, uma nova forma de sociedade, baseada na exploração do homem pelo homem, que nem era capitalismo, nem socialismo. Todas essas caracterizações foram combatidas por Trotsky que demonstrou que na URSS havia um regime de transição entre o capitalismo e o socialismo e que o Estado soviético era um Estado operário degenerado pela burocracia estalinista à frente do poder e do partido dirigente.

Como alerta Trotsky, em *"A Revolução Traída"*, seria ingenuidade supor que Stálin e o estalinismo teriam surgido do nada. Stálin encarnou um poder engendrado pela burocracia estatal já existente. Trotsky demonstra que a nova camada dirigente distanciava-se dos velhos princípios como o do controle do partido e do Estado pelo proletariado. Constata que uma parcela significativa dos velhos burocratas pertenceu a uma geração que se opôs à revolução russa. Os jovens burocratas, por sua vez, não fizeram parte da revolução, ascenderam à administração do Estado operário pelas mãos dos velhos burocratas, que serviriam de base para a constituição da fração revisionista de Stálin.

Não se pode concluir desse fenômeno que a burocracia seja uma classe social. O marxismo define as classes sociais pelo papel que ocupam no processo da produção social ou, como diz Trotsky, *"pelo seu lugar na economia social e, antes de mais nada, pela sua relação com os meios de produção"*. No capitalismo,

as classes são identificadas pela burguesia, proletariado e pequena burguesia.

A burocracia soviética assemelha-se a qualquer outra burocracia estatal, não só por sua função reguladora e intermediária, por seu desejo de manter a hierarquia social, enfim, pela exploração para fins próprios do aparelho de Estado. Mas, Trotsky observa em *"A Revolução Traída"* que a burocracia soviética também tem suas próprias características. Estruturou-se acima e independentemente da classe operária. Expropriou politicamente o proletariado, como explica Trotsky, para defender com seus próprios métodos as conquistas sociais da revolução. A burocracia apossada do controle do Estado soviético, ao alijar a classe operária da construção do socialismo, passou a ter interesses próprios e opostos ao das massas. Tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas socializadas. Encarnou as pressões da pequena burguesia e do que restou da burguesia no sentido da restauração capitalista.

As relações socialistas de produção

Apesar da burocracia incrustada no seio do Estado e do Partido Bolchevique, as novas relações de propriedade, baseadas na expropriação da burguesia, na socialização dos meios de produção, na planificação da economia, na nacionalização do solo e no monopólio do comércio exterior abriram novas possibilidades ao desenvolvimento das forças produtivas. Nem mesmo as reviravoltas constantes de Stálin e da burocracia termodioriana e os erros promovidos pela camarilha dirigente bloquearam plenamente o desenvolvimento econômico. Trotsky analisa, em *"A Revolução Traída"*, os avanços da industrialização na URSS graças às novas relações de produção, baseadas na propriedade social. Constata que, enquanto os países capitalistas mais industrializados eram abalados pela crise econômica internacional de 1929, a URSS impulsionava um crescimento vertiginoso da sua economia. No entanto, tratava-se de uma situação particular que logo se esgotaria, caso a economia permanecesse isolada nas fronteiras nacionais e condicionada pelo domínio capitalista da economia mundial. A propaganda estalinista de que o socialismo triunfava se baseava nos êxitos industriais, que logo se mostrariam limitados pelas fronteiras nacionais. Os erros de política econômica, apontados por Trotsky logo no início da formação da Oposição de Esquerda Russa, permaneciam e se agravavam sob a ilusão de que o "socialismo em um só país" estava se mostrando viável.

Os acontecimentos econômicos e sociais na URSS deram razão a Trotsky. O impulso à economia, em particular à industrialização, possibilitado pelas relações de produção socialistas foram sendo esgotadas e solapadas pelos erros, pelas reviravoltas constantes da direção estatal, pelas políticas de diferenciações sociais e econômicas no seio do proletariado e pelos crescentes privilégios distribuídos à burocracia.

Degeneração do Partido Comunista Russo

A burocracia, personificada por Stálin, tomou conta do Partido Comunista Russo. Como observa Trotsky, o Partido Bolchevique *"tinha preparado e obtido a vitória de Outubro. Tinha construído o Estado soviético dando-lhe uma firme ossatura. A degenerescência do Partido foi a causa e a consequência da burocratização do Estado"*. Como se deu esse processo e quais as consequên-

cias no plano da teoria marxista da revolução proletária e do internacionalismo revolucionário?

O partido de Lênin foi fundado numa sólida teoria marxista. Confrontou-se com as formas organizativas assumidas pela socialdemocracia internacional reformista, cujo braço no interior da Rússia eram os mencheviques. Para Lênin, o partido marxista deve ser formado por militantes profissionais, que se dedicam com afinco à organização, luta e mobilização da classe operária, não só por suas reivindicações mais elementares, mas para dirigir-se contra o Estado e os governos burgueses, tendo em vista a estratégia da tomada do poder. Deve ser uma organização disciplinada, baseada no centralismo democrático. Um partido marcado pela crítica e a autocrítica.

O estalinismo deformou a concepção leninista de partido. Stálin substituiu o centralismo democrático pelo centralismo burocrático, isto é, um regime em que o debate franco, aberto e sério de posições políticas não tem vez. Um regime em que a direção é infalível e a base nunca tem razão. Um regime de dissimulação, de perseguições, de difamação e da imposição da autocrítica, oposto ao método marxista da crítica.

Trotsky demonstra que o regime do centralismo democrático delimita rigorosamente suas fronteiras com as demais organizações. A eliminação do direito de tendência e fração impossibilita o exercício da livre crítica e da elaboração coletiva. A experiência do bolchevismo antes e durante a revolução é a prova viva de que a luta de posições, garantida pelo centralismo democrático, é decisiva para o partido dirigir o processo revolucionário das massas.

O processo de burocratização se enraizou não só no Estado operário degenerado, não só no partido criado por Lênin, mas também às demais organizações da sociedade soviética. Quando o estalinismo se tornou vitorioso diante da Oposição de Esquerda Russa e Internacional já não havia qualquer sombra de democracia operária no seio dessas organizações (sindicatos, soviets, entre outras). Trotsky observou as cadeias de estruturação da burocracia que começava no núcleo central do governo, passava pelo partido e chegava às organizações de base. Constituiu-se uma rígida hierarquia através da qual os burocratas ditavam ordens. Trotsky assinalou que a "GPU tornou-se o fator decisivo da vida interna do Partido".

Nacionalismo estalinista

No processo da burocratização e degeneração do Partido Comunista, Stálin e consortes elaboraram e impuseram sua política do socialismo nacional, do "socialismo em um só país". Não há uma só linha nas obras de Marx e Engels que contenha a ideia da possibilidade do socialismo nas fronteiras de um só país. Lênin e o Partido Bolchevique tinham a consciência de que era necessário projetar o processo revolucionário em es-

cala internacional, de que era imprescindível vitória do proletariado nos países capitalistas avançados para que a Rússia não fosse sufocada pela economia mundial e pela burguesia imperialista.

Em 1924, ano da morte de Lênin, Stálin, apoiando-se nas derrotas internacionais do proletariado e no isolamento da URSS, abriu a discussão sobre a tese do "socialismo em um só país". Bukharin tentou fundamentá-la: *"As diferenças de classes, no nosso país ou a nossa atrasada técnica não nos levarão à ruína; podemos até construir o socialismo sobre esta base de miséria técnica; o crescimento deste socialismo será muito lento, avançaremos a passo de tartaruga, mas construiremos o socialismo e acabaremos essa construção"*.

Com o processo de internacionalização do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, sobre esta base, só podemos considerar os Estados como parte de um sistema internacional de estados e as economias nacionais como elo da economia mundial. Trotsky contrapõe o internacionalismo

proletário ao nacionalismo de Stálin, por meio da defesa do caráter internacional da revolução proletária e do socialismo.

Não só "A Revolução Traída", mas o conjunto da obra de Trotsky representa uma firme defesa do princípio do internacionalismo proletário frente às deformações e falsificações da teoria marxista e da política do proletariado, levadas a cabo por Stálin e seus lacaios.

O prognóstico de Trotsky

Em "A Revolução Traída", Trotsky argumenta que o processo de burocratização e degeneração do Estado soviético, do PCUS e da própria III Internacional fazia com a burocracia estalinista se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento do movimento socialista internacional. Constituíam-se em um sério risco à existência das conquistas da Revolução de Outubro de 1917: *"a contrarrevolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional"*. Durante muitos anos, a Oposição de Esquerda Russa e Internacional atuou no sentido de reformar o Estado operário e livrar os partidos comunistas e a III Internacional da burocracia estalinista, reconduzindo as organizações do proletariado e o Estado soviético ao caminho da revolução socialista internacional. Não só os partidos comunistas se tornaram irreformáveis e a burocracia estalinista contrarrevolucionária, como também a III Internacional. Aplicando a linha da direção do PCUS, levou o proletariado a diversas derrotas, entre as quais, uma das mais importantes, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a destruição das organizações operárias.

Em "A Revolução Traída", Trotsky reconhece a impossibilidade de derrotar a burocracia estalinista por métodos pacífi-



cos. A burocracia estalinista só poderia ser afastada do poder do Estado operário por uma revolução política levada a cabo pela classe operária, apoiada nos demais explorados da URSS. Eis a formulação: *"A revolução que a burocracia prepara contra si própria não será social como a Revolução de Outubro de 1917; não se tratará de mudança das bases econômicas da sociedade, de substituir uma forma de propriedade por outra. A História, para além das revoluções sociais que substituíram o feudalismo pelo regime burguês, conhece revoluções políticas que, sem tocar nos fundamentos econômicos da sociedade, subverteram as antigas formações (1830 e 1848 na França, fevereiro de 1917 na Rússia). A subversão da casta bonapartista terá, naturalmente, profundas consequências sociais; mas não irá para além dos limites de uma transformação política"*.

"Mais do nunca, os destinos da Revolução de Outubro estão hoje ligados aos destinos da Europa e do mundo. Os problemas da URSS resolvem-se na Península Ibérica, na França, na Bélgica. No momento em que este livro vier a ser publicado, a situação será provavelmente muito mais clara do que nestes dias de guerra civil em Madri. Se a burocracia soviética consegue, com a sua pérfida política das "frentes populares", assegurar a vitória da reação na França e na Espanha – e a Internacional Comunista faz tudo o que pode nesse sentido – a URSS se encontrará à beira do abismo e a contrarrevolução burguesa estará na ordem do dia, muito mais do que o levantamento dos operários contra a burocracia. Se, pelo contrário, apesar da sabotagem dos reformistas e dos chefes "comunistas", o proletariado do Ocidente franqueia o caminho para o poder, um novo capítulo se abrirá na história da URSS. A primeira vitória revolucionária na Europa terá, nas massas soviéticas, o efeito de um choque elétrico, acordá-las-á as tradições de 1905 e de 1917, enfraquecerá as posições da burocracia e não terá para a IV Internacional menos importância do que teve para a III a vitória da Revolução de Outubro. Para o primeiro Estado operário, para o futuro do socialismo, não há salvação a não ser por esta via".

Os acontecimentos, desgraçadamente, potenciaram o estalinismo como instrumento da contrarrevolução capitalista.

Confirmação do prognóstico

O golpe final contra o movimento socialista internacional foi dado por Stálin com o fechamento de acordos secretos com Hitler e a posterior destruição da III Internacional, em 1943. A política de convivência pacífica com o Imperialismo mostrou seu caráter reacionário. Aprofundou-se a crise de direção política internacional. Apesar de momentaneamente fortalecida com a derrota do fascismo na Segunda Guerra Mundial, a vitória da Revolução Chinesa, em 1949, e a extensão da influência soviética aos países do Leste Europeu, a burocracia estalinista mostrava-se ainda mais em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas na URSS e o avanço da revolução proletária mundial.

Em 1956, Kruchov expôs por meio de relatório ao XX Congresso do Partido Comunista da URSS parte dos crimes cometidos por Stálin. De Kruchov a Brejnev, de I. Andropov e a N. Tchernenko, as contradições econômicas, políticas e sociais na

URSS e no "bloco soviético" avançaram. O relatório evidenciou uma cisão no seio da burocracia estalinista, que refletia a poderosa influência das forças restauracionistas.

Os elementos de deterioração da economia soviética se manifestariam mais claramente a partir da década de 1950. Dados relativos à taxa média anual de crescimento da renda nacional demonstram que, na década de 1950, o crescimento foi de 10%; nas décadas seguintes percebe-se o declínio: anos sessenta, 7,1%, 5,7% entre 1971 e 1975, 4,5% entre 1976 e 1980, 3,2% entre 1981 e 1985, chegando a uma média anual nesse último período de apenas 0,2%. Os índices também se refletiriam no campo social: entre 1960 e 1984, a taxa de mortalidade subiu de 7,1 para 10,8 por mil habitantes, a expectativa de vida no mesmo período diminuiu de 70 para 68 anos, a taxa de mortalidade infantil se situava em 25 por mil, enquanto em países capitalistas de ponta era de 10 por mil e 9 por mil. A colheita de cereais em 1988 era quase 20% a menos que em 1978. Se, nos primeiros anos, a burocracia se apoiou nas formas de propriedade nasci-

das da revolução, em poucas décadas, mostrava-se claramente que se tornara um obstáculo ao desenvolvimento da economia socializada e ao avanço das forças produtivas, com profundas repercussões na vida dos soviéticos.

A restauração capitalista se aprofundou com a aplicação, a partir de 1985 até a crise e desagregação da URSS em 1991, das chamadas Perestroika e Glasnost. As primeiras medidas foram aprovadas pelo governo de Gorbachev.

As políticas restauracionistas avançaram com a eleição, em 1991, de Boris Ieltsin, como presidente da República da Rússia. As tensões não diminuíram, aprofundaram-se ainda mais. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se desintegrou e deu lugar à Comunidade de Estados Independentes (CEI), em 1991.

A derrota da Oposição de Esquerda Russa e o fortalecimento da ditadura burocrática de Stálin decidiram o curso que tomara a União Soviética. Sem a revolução política, o imperialismo acabou por restabelecer o elo da cadeia mundial que havia se rompido com a revolução proletária de outubro.

A IV Internacional constituiu-se em um marco programático de defesa da revolução mundial, tal qual se encontrava na base do programa do partido bolchevique e dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional. O estalinismo aprofundou juntamente com a restauração capitalista. O trotskismo se ergueu ao ponto mais alto do internacionalismo proletário. A derrocada da revolução russa é parte do processo histórico de transição do capitalismo para o socialismo. Evidentemente, provocou um grande retrocesso no desenvolvimento das transformações revolucionárias. No entanto, não potenciou o capitalismo, que continuou em sua rota de desintegração e de barbárie social.

A tarefa posta pela IV Internacional é a de superar a crise de direção. A reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista se dará sobre uma base sólida, uma vez que encarnará em seu programa o combate ao estalinismo contrarrevolucionário.



Perestroika e Glasnot: o estalinismo completa seu ciclo contrarrevolucionário restaurando o capitalismo

Partindo das tendências da luta de classes mundial e do fortalecimento das contradições internas na Rússia soviética, Trotsky assinalou na *Revolução Traída* que a burocracia estalinista se tinha constituído em agente da contrarrevolução mundial. Seu fortalecimento submeteria a URSS às forças desintegradoras da reação imperialista. E alertou que um retorno da Rússia ao capitalismo não se daria em qualidade de potência imperialista, mas sim de semicolônia do imperialismo. Esses prognósticos estavam condicionados à necessidade de derrubar o estalinismo, o restabelecimento da democracia operária nos Soviotes e o PCUS e para o controle operário sobre a economia planificada. Isso é, à revolução política.

Os dois prognósticos se demonstraram corretos. Do seio da burocracia surgiram os meios econômicos e políticos que abriram finalmente as comportas da restauração capitalista. Mas se bem que o segundo ainda não tenha completado seu ciclo histórico, os acontecimentos na Ucrânia atestam que o imperialismo se dirige para esse objetivo pela via da guerra comercial e do intervencionismo bélico.

Assinalamos aqui que a restauração capitalista foi um processo histórico que surgiu e se desenvolveu sobre as mudanças operadas nas relações entre as classes em nível mundial. Nesse processo, a direção política do Estado operário e do proletariado constitui o fator determinante de seu curso ulterior. Daí que a luta de Trotsky contra a burocracia termidoriana demonstrou toda sua validade histórica. No entanto, não conseguiu forjar em meio dela a vanguarda capaz de penetrar as massas russas e mundiais e criar uma força social que consumaria sua derubada do poder político. A derrota da Oposição de Esquerda russa teve como contrapartida o fortalecimento do estalinismo contrarrevolucionário e sua transformação em agente da reação capitalista. Nesse processo, nomes como Stalin, Khrushchev, Breznev e Gorbachev representam mudanças nas relações internas das diferentes frações da camarilha termidoriana (continuismo ou ruptura). No entanto, todos eles se constituíram na personificação da vontade totalitária e do parasitismo econômico da casta burocrática, e representaram as pressões e interesses reacionários do imperialismo dentro da URSS.

A Perestroika e a Glasnot não são criaturas de Gorbachev, mas parte do processo histórico de decomposição burguesa do estalinismo como agente da contrarrevolução. Com base nesse processo, Trotsky analisou as perspectivas para a URSS partindo das relações entre as classes e os estados nacionais e das contradições entre as forças produtivas com as fronteiras nacionais. Essas relações, assinalou, levariam a uma contradição insolúvel: ou as fronteiras nacionais capitalistas cairiam como expressão do desenvolvimento internacional da revolução proletária, ou então os países que percorriam o caminho da transição ao socialismo cairiam frente à restauração capitalista. Tratava-se de uma posição defendida pelo bolchevismo e pela III Internacional Comunista sob a direção de Lenin e Trotsky. Estes partiam do princípio marxista

de que a revolução que começou dentro das fronteiras de um país devia necessariamente projetar-se internacionalmente condicionada pelo caráter mundial das forças produtivas e pelas relações de produção determinadas pela divisão social do trabalho. E tendo em conta o antagonismo violento entre o Estado operário e o capitalismo mundial, assinalaram que, se a revolução proletária mundial demorasse a chegar em auxílio da revolução russa, esta inevitavelmente cairia. Enquanto esse processo se desenvolvia, defenderam a existência e fortalecimento da URSS por tratar-se de uma fortaleza desde a qual apoiar a revolução mundial.

Contrariamente a esses princípios, já na década de 1930, a burocracia chegará a afirmar que se havia realizado o socialismo na URSS, pelo menos em 99%, apoiando-se somente em suas próprias forças internas. Realizava-se a ruptura entre o estalinismo e o internacionalismo proletário e os fundamentos marxistas que haviam guiado a política de Lenin e Trotsky. Morto Lênin, caberá a Trotsky dar a luta contra o revisionismo. Assinalará que a vitória de um sistema sobre o outro (do socialismo sobre o capitalismo) estaria traçada somente quando as forças produtivas da URSS demonstrassem no campo da produção e do consumo seu maior poderio produtivo, sua técnica superior e sua capacidade de elevar material e culturalmente as massas. No entanto, a Rússia continuava arrastando um enorme atraso e era incapaz de prover sequer bases materiais suficientes para elevar as massas ao nível dos países capitalistas. E agregará que o socialismo começaria a se realizar quando os êxitos iniciais da economia de transição se expressassem também em uma mudança nas relações de forças mundiais. Isso é, que as forças produtivas estatizadas só poderiam alcançar bases socialistas desenvolvendo-se internacionalmente, pelo menos, em alguns dos países capitalistas avançados. O estalinismo negou essa via ao proclamar a possibilidade de realizar o “socialismo em um só país”. Tese revisionista que conseguiu erguer-se pelo afogamento dos soviets sob a bota burocrática, pelo aniquilamento da fração oposicionista e a mudança operada nas relações internas entre as classes dentro do Estado operário.

Aconteceu que pouco tempo depois da insurreição que deu o poder ao proletariado russo e colocou na direção de seu estado o partido bolchevique, a Revolução russa se viu isolada pela derrota revolucionária do proletariado europeu e a debilidade dos partidos comunistas, incapazes de traduzir o empuxo revolucionário das massas no pós-guerra em novas revoluções proletárias. Essa dinâmica exterior se combinou com o esgotamento das forças revolucionárias do proletariado russo e a necessidade de dirigir todas suas forças à reconstrução da economia nacional. As massas russas se desiludiram com as derrotas revolucionárias em Itália, Alemanha, China e mais tarde na Espanha. Sua atenção se focalizou então nos problemas internos. Durante esse processo, a Oposição de Esquerda foi esmagada. Derrotada a única fração capaz de expressar a polí-

tica internacionalista do bolchevismo, das camadas superiores da classe operária e os funcionários do partido se ergueu uma casta social que se fortaleceu com sua integração ao aparato estatal e sua ditadura sobre o partido e os soviets. Dos meios de produção estatizados esta extraía seus benefícios e seus privilégios sociais. Disponha de todos os produtos necessários e também os suntuosos, enquanto as massas careciam de tudo.

O Estado operário degenerado se fortaleceu como gendarme dessa crescente desigualdade. Criou-se, assim, uma violenta contradição entre as tendências burguesas da burocracia e a persistência da propriedade estatizada que expressava as conquistas revolucionárias das massas. Esta se potenciou com as mudanças na situação política mundial do pós-guerra. A sobrevivência da URSS e a vitória da revolução na China aprofundaram a contradição entre as fronteiras nacionais baseadas na propriedade social e as resultantes da propriedade privada capitalista. A burocracia pretendeu eliminá-la com a tese da “coexistência pacífica”. Contra ela se levantariam as forças produtivas centralizadas e monopolizadas pelas potências que pretendiam romper o cerco das fronteiras nacionais em todo o mundo. A crise econômica mundial dos anos 70 manifestou a violência dessas contradições e dado seu caráter mundial, acabou expressando-se na URSS. Desde baixo, através do estancamento das forças produtivas estatizadas. Desde cima, através da burocracia estalinista que assinalava a possibilidade de uma “cooperação pacífica” com o capital monopolista e o imperialismo.

A crise econômica na URSS se generalizou até os anos 80. A burocracia era incapaz de responder a ela e suas bases políticas eram sacudidas pelo crescente descontentamento e resistência das massas, produto da crise econômica. Esses choques se expressariam em greves gerais e levantes na Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, etc. Enquanto o capitalismo recuperava suas forças produtivas aumentando a opressão nacional sobre as semicolônias e ampliando a inserção tecnológica na produção social. As leis econômicas fundamentais realizavam, assim, sua revanche sobre os aspectos derivados da conjuntura mundial. As bases materiais e políticas que permitiram sustentar a contradição entre a burocracia aburguesada e a propriedade estatizada, começaram a reequilibrar-se. O equilíbrio entre a URSS e o imperialismo se rompia a favor de este último.

Gorbachev, em seu informe ao XXVII Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), reconhece esta grave situação quando denuncia o profundo estancamento da economia do país. Isso se devia, dizia, ao desenvolvimento extensivo das forças produtivas da URSS sobre o consumo de enormes massas de matérias-primas e recursos naturais, assim como ao emprego desproporcional da força de trabalho, sem importar-se quanto à qualidade da produção ou de orientar os investimentos ao desenvolvimento de técnicas produtivas modernas. Era alarmante, afirmava, a incapacidade das indústrias soviéticas em oferecer produtos de qualidade aos consumidores, o que explicava a falta de motivação dos operários e seu medíocre trabalho. Concluía assinalando que a produção de tecnologia e o uso das técnicas avançadas na produção se haviam ampliado em favor do capitalismo e as forças produtivas socialistas não avançavam, mas retrocediam. As massas pagavam a política criminoso do “socialismo em um só país” com o atraso

e a miséria. Todo o organismo econômico e social soviético estava enfermo. A burocracia demonstrou sua total incapacidade e o caráter reacionário do socialismo nacional estalinista.

Essa encruzilhada histórica representava uma questão de vida ou morte para a sobrevivência das conquistas revolucionárias e a propriedade coletiva. Caso o proletariado se erguesse em força histórica capaz de dar um novo impulso às forças produtivas socialistas de acordo com suas necessidades e controlasse os processos econômicos de acordo com seus interesses de classe, a contradição poderia ter resultado em uma revitalização das forças socialistas internas e uma poderosa alavanca para projetá-las à revolução mundial. Seu apoio na estatização dos meios de produção, na economia planificada e o monopólio do comércio exterior poderiam ter saneado o organismo econômico e político soviético. No entanto, o proletariado tinha sido esmagado política e fisicamente pela ditadura burocrática. O PCUS tinha morrido como canal de expressão das massas. Os soviets estavam ligados à burocracia por intermédio de seus quadros de direção e pelos métodos policiais. Os sindicatos estavam burocratizados e as empresas estatais apropriadas por toda uma casta de administradores entrelaçados por seus meios de vida às altas cúpulas partidárias.

Essas condições fortaleceram a saída burocrática à crise. Sob o propósito de “revitalizar o socialismo”, se impôs de fato uma restauração capitalista “gradual e controlada”. Disso se trataria a Perestroika caminhando a partir das cúpulas da burocracia até as estruturas econômicas. Basta ver que nos fundamentos “socialistas” da Perestroika está a pretensão de superar o atraso e o estancamento ampliando os mecanismos de autogestão das indústrias estatizadas, as fazendas coletivas (kolkoses), as cooperativas agrícolas (solkoses), assim como a “liberalização” dos mecanismos de controle sobre as já desenvolvidas “iniciativas individuais” (serviços, produções camponesas, etc.), para compreender o caráter burguês e conteúdo restauracionista dessa política.

Segundo se depreende do Informe ao XXVII do PCUS, as indústrias estatizadas deviam aprofundar a via das “três As”: autonomia, autogestão e autofinanciamento. Isso significava que as administrações estavam liberadas de administrar autonomamente as unidades produtivas e que seus ganhos dependeriam do rendimento e eficácia do trabalho. Estas medidas permitiam autonomizar a direção das indústrias em relação à planificação centralizada e aplicar os mecanismos da exploração capitalista para elevar os rendimentos do trabalho (a tal de “eficiência produtiva” da Perestroika) sobre a base do aumento da exploração da força de trabalho. A administração ficava, além disso, livre de reduzir a força de trabalho. As diretrizes burocráticas legitimavam essa medida com o “deslocamento” de mão-de-obra de um ramo a outro da produção, ou até o comércio e os serviços. Os “três As” resultaram por isso em aumento do desemprego operário e a hipertrofia de outros setores econômicos (serviços, comércio, turismo, etc.), sustentados artificialmente com crescentes déficits. Ainda valia a lei de obrigatoriedade do trabalho e do desemprego encoberto, “transladando” os excedentes de força de trabalho. No campo, finalmente, se pretendia ampliar a iniciativa privada e os rendimentos das parcelas privadas de camponeses e membros

dos solkoses que já participavam com 40% da produção de alimentos no mercado interno.

O pretendido “aperfeiçoamento” do socialismo que defendia a Perestroika resultava, de fato, na restauração das relações econômicas capitalistas. Estabeleceu, além disso, as condições para a penetração do capital financeiro e monopolista. Uma delas foi a via de autogestão financeira - que incluía recorrer ao mercado financeiro mundial - e a liberdade das indústrias e empresas de vender seus produtos e excedentes no mercado mundial. Outra foram as “empresas mistas” onde o Estado e os capitais privados coincidiam na exploração de recursos naturais, matérias-primas e setores de manufaturas. Permitia-se, assim, ao capital financeiro e aos monopólios determinar o rumo mais geral da produção nos ramos “mistos” e das estatizadas que gozavam de autonomia administrativa.

O fundamento contrarrevolucionário dessas medidas reside em que se dirigiam a golpear os alicerces do Estado operário, a propriedade estatal, a economia planificada e o monopólio do comércio exterior. É nesse processo que ficou explícito que a “cooperação pacífica” defendida por Gorbachev se tornou no meio pelo qual o imperialismo subordinaria a burocracia a seu objetivo de restaurar as relações econômicas capitalistas. A Perestroika foi por isso fervorosamente apoiada pela burguesia mundial: através dela penetraria na URSS. Esta compreensão não escapou à burocracia. Seu controle sobre o aparato de Estado estatal serviria para derrubar as reações internas. Mas seria também um meio para aproveitar-se da restauração do capitalismo. A autogestão na direção das indústrias criou condições para que seus administradores, com a dissolução da URSS e o restabelecimento do capitalismo, pudessem “apropriar-se” das empresas privatizadas. Assim constituiu-se a oligarquia burguesa russa, ao mesmo tempo em que fortaleceu sua subordinação estratégica ao capital financeiro.

Assinalemos ainda que as diversas frações que compunham a burocracia do Estado foram cientes do perigo que a restauração comportava. Elas tinham se firmado - econômica, politicamente e socialmente - em base à repartição da economia estatizada. Através da “posse” dos ramos econômicos, essas operavam suas manobras e processavam suas disputas no Estado e no PCUS. Porém, a restauração tratava da privatização das empresas e dos bancos. A sua apropriação pelo capital monopolista e financeiro comportava um risco aos fortes interesses econômicos que se foram criando no seio da burocracia no percurso de décadas. As diversas frações vieram-se, assim, em face da necessidade de fortalecer suas posições perante o curso privatista nos ramos que administravam e controlavam. O que levou a aprofundar a luta intestina inter-burocrática e comportou uma crise do regime. A Perestroika introduz-se para centralizar os diversos interesses econômicos das frações. Combinaria com a Glasnot como o instrumento político para

processar as disputas inter-burocráticas no seio do Estado e suas instituições.

A dissolução da URSS e a constituição de uma República burguesa ajustaram a superestrutura política às mudanças operadas na base econômica. Mas esse processo havia também começado muito antes. Já nos anos 30, Trotsky disse que a restauração do direito e as normas jurídicas burguesas pela burocracia estalinista indicavam que o Estado operário degenerado era portador de um duplo caráter: burguês e socialista. Afirmava que a existência do direito burguês na divisão dos produtos sociais evidenciava a contradição entre a propriedade social e a desigualdade social crescente. Com o estabelecimento das relações econômicas capitalistas esses processos na infraestrutura pressionaram sobre a superestrutura política. A Glasnost sob o lema de “socialismo com democracia”, apresentada como meio para democratizar a vida política soviética, serviria de fato como instrumento da transição do regime de ditadura burocrática ao da democracia burguesa. Os monopólios esperavam que seu desenvolvimento servis-



se para apartar os restos da burocracia do governo. Mas a experiência mais recente demonstrou que não se conseguiu ainda, como propunha o imperialismo, desmontar completamente esses restos burocráticos derivados do estalinismo do controle do Estado. Nesse particular, contradição se manifesta nos atuais choques entre o imperialismo e a oligarquia restauracionista russa. Trata-se de uma deformação da restauração capitalista que teve de ser realizada por uma casta forjada no controle sobre o Estado e sobre a economia. O que explica também por que não podia restaurar-se o capitalismo sem expressar os próprios interesses

do agente político interno da restauração. O imperialismo pressiona para que a reconstrução da burguesia russa se dê sob sua influência e em uma forma de entrelaçamento como ocorre nas semicolônias.

Como se vê, a dissolução da URSS e a restauração capitalista foram uma das maiores e mais importantes derrotas do proletariado mundial. Hoje, há mais de 30 anos da Perestroika, urge traduzir a experiência da Revolução de Outubro e sua degeneração burocrática em lições para a luta de classes do presente. A crise mundial que explodiu em 2008 mostrou e ainda mostra que a decomposição do capitalismo e a restauração capitalista na URSS não conseguiu resolver suas graves contradições. Pelo contrário, estas se ampliaram, se potenciaram e se fizeram mais violentas. A via da revolução proletária é a única para retomar a transição ao socialismo e acabar com o capitalismo putrefato, tarefa histórica colocada pela Revolução de Outubro. Recuperar suas tradições, seu programa, seus métodos e táticas significa traduzir as experiências de suas conquistas revolucionárias, mas também a de sua degeneração pelo estalinismo, em alavancas (programáticas, teóricas e práticas) para o fortalecimento da vanguarda revolucionária mundial do proletariado.

A Revolução Russa e as revoluções chinesa e cubana

“Para os países de desenvolvimento burguês retardatário e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que, assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas”. (Trotsky).

O século XX confirmou a caracterização marxista de que a fase imperialista é a época de guerras e revoluções. A grande revolução bolchevique de 1917 afetou a luta de classes no mundo inteiro, inaugurando o período das revoluções proletárias. Dois processos revolucionários importantes, influenciados pela revolução russa, permitem aos marxistas extrair lições sobre o curso da luta de classes, devido à natureza dos países em que se desenvolveram, países atrasados e semicoloniais.

As revoluções chinesa e cubana confirmam a teoria marxista da revolução permanente, segundo a qual, na época imperialista nos países atrasados, a solução das tarefas democráticas pendentes só pode ser resolvida pela ditadura do proletariado. Tanto na China ou em Cuba, a derrubada dos governos levou à destruição do Estado burguês, a constituição do Estado operário e a ditadura de classe do proletariado. O isolamento da China e Cuba, como ocorreu com os demais países em que a revolução estabeleceu um período de transição do capitalismo para o socialismo, infelizmente, pela negativa, expôs o outro aspecto da teoria da revolução permanente, o socialismo não pode realizar-se nos quadros nacionais.

As burocracias chinesa e castrista continuaram, depois da tomada do poder, subordinando os estados operários aos seus mesquinhos interesses nacionais. Isolaram a revolução da luta de classes mundial. E, finalmente, deram lugar aos processos de restauração capitalista. Destas lições se devem extrair as conclusões programáticas do internacionalismo proletário.

A revolução chinesa

A China, cenário de uma das mais antigas civilizações, continuava sendo no início do século XX um país atrasado e essencialmente agrário. E, embora os chineses fossem precursores nas ciências e nas artes, tendo inventado a imprensa cinco séculos antes de Gutenberg, a bússola muito antes dos europeus, o uso da pólvora e enormes mecanismos de irrigação, no século XIX, era uma potência estagnada. De acordo com Marx, a ausência da propriedade privada era a chave para se entender esse atraso. A sobrevivência em vastos territórios desérticos exigia imensos esforços coletivos para a produção agrária, principalmente de alimentos. Consequência desse atraso era a escassa diferenciação social e não-separação da agricultura da indústria. As terras eram concedidas pelo Estado aos casais camponeses por toda sua vida ativa e estes, em troca, eram obrigados a pagar impostos em espécie e a fornecer prestação de serviços. Um quinto dessas parcelas podia ser transmitida por herança, e o restante voltava ao Estado quando o casal se aposentava. Mas esse sistema não progrediu devido à migração dos camponeses às terras desocupadas e à sabotagem dos

funcionários interessados em acumular terras em proveito próprio.

Todas as terras pertenciam ao imperador que representava a unidade destes vastos territórios. Para administrá-los constituiu-se um Estado hierarquizado exercido nas províncias por representantes do imperador, os mandarins, que, não raro, tornavam insuportável a vida dos camponeses mediante impostos abusivos e outras exações. Esta situação levou muitas vezes às revoltas camponesas que exigiam a propriedade comum das terras e distribuição igualitária dos seus frutos. As rebeliões contra o poder central criaram uma tradição de revoltas contra as autoridades encarnadas nas sociedades secretas de ajuda e proteção mútuas disseminadas pela China inteira.

A Oposição de Esquerda Internacional fez em 1930 a seguinte caracterização: “Desde há séculos a história chinesa é a história de formidáveis insurreições de um campesinato despossuído e esfomeado. Em não menos de cinco ocasiões, nos últimos dois mil anos, os camponeses conseguiram realizar a divisão da propriedade latifundiária. Em cada caso, o processo de concentração recomeçou e continuou até que o crescimento da população provocou uma nova explosão parcial ou geral. Este círculo vicioso refletia o estancamento econômico e social”. Só a inserção da China na economia mundial criaria novas possibilidades. Esta foi invadida pelo capitalismo forâneo, sua atrasada burguesia se transformou em intermediária entre o capital estrangeiro e as massas exploradas do país.

Durante o século XIX se completou a subordinação às potências imperialistas que a retalharam em áreas de influência. Ingleses, franceses, alemães, norte-americanos, russos e japoneses se apossaram de partes do território (Indochina) ou criando jurisdição sobre eles (Hong Kong) com a cumplicidade da monarquia e da burguesia que preferiam sempre, ao final dos choques – por exemplo, depois das duas guerras do ópio com Inglaterra – entrar em acordo com o invasor do que correr o risco de ser derrubado por uma insurreição camponesa. Estas insurreições, agora no período de penetração imperialista, adquiriram uma projeção muito mais profunda ao se chocar com o sistema político que sustenta a dominação do capital estrangeiro. Destacam-se pela sua extensão e profundidade a guerra camponesa dos Taiping de 1845 a 1864 e a revolta dos boxers de 1898 a 1901. Esta última foi a primeira insurreição camponesa dirigida contra as potências imperialistas e precursora das lutas de libertação nacional que se livrariam depois. *A inevitável derrota desses movimentos populares se deveu à impossibilidade do campesinato formular uma solução ao atraso e à opressão nacional à margem do proletariado que nesse momento estava nascendo.*

A dinastia Manchú, no poder desde 1644, foi derrubada em 1911 por um movimento nacionalista burguês iniciado em 1894. A “Liga Jurada”, que havia dirigido os enfrentamentos, se transformou num verdadeiro partido: o Kuomintang. Em 1912, Sun Yat-Sem, seu principal dirigente, foi eleito presidente da nova República, mas logo teve que abdicar para ser substituído por um representante do exército imperial, supostamente para garantir a unidade nacional. Contudo, o novo poder

degenerou numa ditadura e manteve a fragmentação anterior, dominada pelos “senhores da guerra”, espécie de grandes proprietários cada qual dirigindo seu próprio exército. O fracasso desta primeira república decorreu da tentativa de unificar e democratizar o país sem mexer na propriedade das classes possuidoras aliadas às potências imperialistas.

A seguinte onda revolucionária se iniciou após a primeira guerra mundial e a revolução bolchevique. Desde maio de 1919, motivada inicialmente pela revolta contra os acordos do fim da Primeira Guerra Mundial, que mantinham o estatuto semicolonial da China e que, para piorar, transferiam a área de influência alemã (Shandong) para o Japão. Os protestos, inicialmente protagonizado por estudantes, se estendem com apoio da intelectualidade burguesa urbana e assumiram logo um caráter de “salvação nacional”. Nesta “segunda” revolução, ingressa a classe operária e posteriormente o Partido Comunista Chinês fundado em julho de 1921 sob influência direta da Internacional Comunista. Em 1926, foi assinado um acordo entre a URSS e o dirigente do Kuomintang, Sun Yat-Sem, em que se reconhece que a “China não estava ainda madura para o socialismo, mas para a realização da unidade e independência nacional”. Embora o principal dirigente comunista Chen Tu-Xiu se opusesse, os comunistas, por orientação da IC, ingressam no Kuomintang. Naquela época, a Oposição de Esquerda já se opôs a esta orientação suicida, mas foi derrotada.

Trotsky se refere a esta etapa da seguinte forma: “Desde o início, nós, representantes da Oposição de Esquerda Internacional (bolchevique leninista), nos opusemos ao entrismo no Kuomintang e nos colocamos a favor de uma política proletária independente. Desde o começo do ascenso, revolucionário defendemos que se iniciasse a constituição de soviets operários, soldados e camponeses e se concluísse a revolução agrária. A nossa posição foi rechaçada, nossos partidários foram perseguidos e expulsos da IC; os que estavam na URSS foram presos e exilados. Em nome de quê? Em nome de um bloco com Chiang Kai-Shek”.

A ideia dos estalinistas era transformar a burguesia chinesa em dirigente da revolução nacional contra o feudalismo e o imperialismo. Os resultados desta estratégia foram fatais para a revolução. O proletariado chinês pagou um preço muito alto para aprender que sua burguesia não podia nem queria combater, nem jamais enfrentaria o chamado “feudalismo”, que era na verdade o seu sistema de exploração, nem muito menos enfrentar ao imperialismo, pois era o agente dela e agia sob sua proteção militar.

No período entre 1923 e 1927, ampliou-se a organização operária e camponesa ao ponto de se realizar, em 1925, um Congresso Nacional do Trabalho, representando 540 mil trabalhadores; se organizaram as Associações Camponesas com-

postas por 180.000 combatentes; também nesse ano ocorreu uma greve geral em Xangai contra o massacre de operários pela polícia inglesa e a greve-boicote contra a colônia inglesa de Hong Kong, quer dizer, na luta pela democracia e pela independência os camponeses e operários procuram uma intervenção independente. O PCC atingiu 20.000 militantes, mas a sua política continuou determinada pela sua filiação ao Kuomintang e pela consideração de que ainda restava uma “etapa” a ser cumprida antes da tomada do poder pelos operários e camponeses.

Morreu Sun Yat-Sem e assumiu a direção do partido nacionalista o líder militar Chiang Kai-Shek, que se ligou a velhos aliados das potências estrangeiras. Sob comando deste, avançou a luta pela libertação da China e, até dezembro de 1926, libertou todo o sul do país chegando às portas de Xangai. Essa vitória não teria sido possível contra exércitos incomparavelmente maiores sem o apoio dos movimentos operários e camponeses que destruíram a retaguarda dos “senhores da guerra”. Muitos destes, assustados com a revolução social, en-

xergam em Chiang a sua última esperança e aderiram a seu comando. A tomada de Xangai foi precedida por uma insurreição popular, mas Chiang Kai-Shek entrou como libertador, desarmou as milícias operárias, massacrando os líderes comunistas e sindicais. O Massacre de Xangai (12 de abril de 1927) provocou mais de 5.000 mortos. Este mesmo Chiang assassino havia sido nomeado “presidente de honra” da Internacional Comunista em 1926 por influência direta de



Stalin.

Diante deste desastre, a IC só reconheceu “erros de aplicação” da linha, afastaram o secretário-geral Chen Tu-Xiu (que aderiu posteriormente à oposição de esquerda trotskista) e promoveu em 1927 uma insurreição em Cantão que resultou num novo massacre, pois o movimento estava enfraquecido pelo desastre anterior. Foi uma aventura seguida de outras “insurreições” decretadas pela IC em 1930 que terminam liquidando toda influência política do PCC nos centros urbanos. Mao-Tsé-Tung e Chu Teh dirigiram a retirada do que sobrou de suas forças para o campo onde criaram as “bases vermelhas”, e, por um longo período, toda a sua organização se concentrou nas áreas rurais. As insurreições fracassadas, entre 1927 e 1930, organizadas pela IC, se deveram à orientação denominada pelo estalinismo de “Terceiro Período”, segundo o qual, o capitalismo naquele momento estava prestes a afundar em toda parte, daí a necessidade de se organizar o imediato “assalto ao poder”. Essa orientação ultraesquerdista foi depois abandonada em 1934.

Durante a longa guerra civil e nacional que se seguiu de 1927 a 1949, o proletariado ficou afastado como força social e dirigente das massas exploradas, o que havia se provado des-

de 1919. Isto se deveu aos massacres e à orientação liquidacionista do estalinismo, que continuou insistindo na tese de que na China o que se colocava era apenas uma revolução democrática e que seu dirigente natural era o Kuomintang. Essa orientação prevaleceu durante a longa guerra civil, durante a guerra de libertação contra o Japão e depois da derrota deste no final da Segunda Guerra Mundial.

E embora a direção maoísta tenha resistido a se dissolver no Kuomintang e nos governos de unidade nacional defendidos pela União Soviética (a Internacional Comunista fora dissolvida em 1943), na essência havia incorporado a mesma perspectiva revisionista do estalinismo. No governo da recém proclamada República Popular da China, a viúva de Sun Yat-Sem representava a burguesia nacional e, ainda em 1950, Mao sintetizava a orientação do Partido Comunista chinês nos seguintes termos:

“Nós entendemos que a meta nessa revolução não é a burguesia em geral, mas a opressão nacional e feudal, que as medidas tomadas nesta revolução não visam a abolir, mas a proteger a propriedade privada, e que, como resultado dessa revolução, a classe trabalhadora poderá constituir a força que conduzirá a China ao socialismo, embora o capitalismo possa ainda crescer em certa medida durante um tempo bastante longo. ‘Terra para os pequenos proprietários’ significa a transferência de terra dos exploradores feudais para os camponeses, transformando a propriedade privada dos senhores feudais em propriedade privada dos camponeses, emancipados das relações agrárias feudais, permitindo assim a transformação de um país agrícola em um país industrial”. Vê-se que continuava preso às formulações das “etapas”, ou seja, não abandonara o programa estalinista.

E se o processo posterior de reestruturação da economia, a industrialização acelerada e a energia revolucionária das massas chinesas apressaram o ritmo de alargamento da propriedade socializada, a orientação do maoísmo restringiu a sua perspectiva à construção do socialismo na China, ou seja, à tese do socialismo num só país, negando-se a desenvolver uma política de ampliação da revolução proletária. Interveio nas lutas de emancipação nacional que se generalizaram apenas para disputar com a União Soviética áreas de influência e a intervir em guerras contra países apoiados pelos soviéticos como meios para fortalecer seus interesses nacionais. A cisão entre a China e a União Soviética, quando deviam constituir uma unidade revolucionária, serviu à política restauracionista desenvolvida pelo imperialismo.

A revolução cubana

A revolução cubana se iniciou como uma revolução democrática dirigida pela pequena burguesia, desenvolveu-se devido à dinâmica da luta de classes e dos choques com o imperialismo no sentido da expropriação da grande propriedade privada capitalista, constituindo-se num Estado operário, porém já degenerado desde o começo, pois o poder não se asentava na organização direta do proletariado, mas na burocracia castrista/estalinista. Ao invés de se socorrer da energia do movimento operário mundial para consolidar e avançar a revolução abraçou-se ao apodrecido aparato soviético da era Khrushchev, e concluiu como apêndice dessa burocracia até a dissolução da União Soviética.

Última colônia espanhola da América a conquistar sua independência (1898), continuou submetida aos Estados Unidos

até 1909, ano em que acabou a intervenção direta, mas, se estabeleceu a territorialidade ianque em Guantânamo e se aprovou a infame **Emenda Platt**, que definia a ilha como protetorado norte-americano. A história de Cuba esteve dominada em toda a primeira metade do século XX pela subordinação ao imperialismo e dirigida por governos antinacionais.

Uma característica marcante da história cubana foi a profunda integração de sua economia e estrutura social aos Estados Unidos. Desde a época colonial, a ilha foi “acoplada” aos interesses do nascente império, que, mesmo sob dominação espanhola, explorava a produção açucareira em benefício norte-americano. A dependência da produção do açúcar – ao ponto de ser quase o único item de exportação cubana – facilitou a penetração de capitais ianques na ilha, onde se estabeleceu a modalidade do *engenho*, complexo produtivo que não se limitava a ser uma simples exploração agrária, sequer uma fábrica com a produção de suas matérias-primas ao lado, mas incluía todo um sistema de terras, máquinas, transportes, técnicos, trabalhadores, dinheiros e população para produzir açúcar. A concentração fundiária que implicava a montagem do engenho foi liquidando o pequeno proprietário, independente e próspero; o camponês se proletariizou. Todo o sistema econômico e político girava em torno à produção do açúcar e o monopólio de sua produção e comercialização estava em mãos dos empresários norte-americanos ou seus prepostos. A estrutura social era brutalmente polarizada. Em oposição à minoria possuidora dos engenhos, bancos, comércio e outras empresas, a massa de despossuídos, constituída em sua maior parte por um proletariado rural, mantinha uma tensão latente prestes a explodir em rebeliões, o que acentuava a necessidade da repressão institucional permanente.

A condição de opressão nacional era tão brutal que em Cuba floresceu, desde a época da dominação espanhola, uma tradição de movimentos nacionalistas, encarnados pela pequena-burguesia e que se entroncou com o Movimento 26 de Julho de Fidel Castro. O Partido Comunista, criado em 1925, foi logo estrangulado e substituído pelo estalinismo. Julio Antonio Mella, um dos fundadores do PCC foi assassinado em 1929, suspeita-se que por iniciativa da Internacional Comunista estalinizada, cuja orientação este havia denunciado, ademais de resistir à ideia de transformar a Haya de la Torre em caudilho comunista latino-americano.

O estalinismo cubano caracterizou-se pela sua longa cooperação com Batista. O servilismo estalinista evidenciou-se não só perante Batista. Em 1944, colocaram-se a serviço de Grau San Martín e um dos seus dirigentes foi seu vice-presidente no senado.

As ideias programáticas do estalinismo cubano giravam em torno da consigna central de “unidade nacional”, inspirada nas teses estalinistas de que, nos países atrasados, a burguesia é revolucionária e não se pode nem se deve falar de revolução socialista, pois, se estava na etapa democrático-burguesa. Em Cuba isto foi levado ao extremo: postulou-se a unidade dos camponeses com os latifundiários. Esta era a tese estalinista:

Ao dizer Unidade Nacional nos referimos, pelo contrário, à colaboração entre todas as classes e de todos os setores da nação, por fora e por cima de organizações, de partidos e Governo, a favor de um objetivo nacional como o de prevenir o perigo fascista ou conseguir a libertação nacional, ou salvar o país de uma catástrofe, da

miséria ou da ruína.

Na Unidade Popular só cabem as classes populares: os camponeses, os trabalhadores, os empregados, os profissionais, etc.

Na Unidade Nacional, pelo contrário, cabem todas as classes sociais, desde os trabalhadores até os burgueses, desde os camponeses até os latifundiários.

Esse partido chegou nas vésperas da revolução cubana completamente desmoralizado e integrado ao estado burguês, não podia ser o dirigente das massas exploradas. Este papel foi desempenhado pelos guerrilheiros do Movimento 26 de Julho. O movimento revolucionário cubano se irradiou da Serra Maestra através das camadas camponesas. As forças de Castro marcharam do campo às cidades, fenômeno que também ocorreu durante a terceira revolução chinesa, e as guerrilhas foram obrigadas a colocar na sua marcha a reforma agrária como bandeira de agitação. Mas qual era o seu programa? Tratava-se de uma mobilização camponesa em torno de uma plataforma democrática burguesa, dirigido por um grupo de classe média. O Movimento 26 de julho, que não aspirava ultrapassar os limites democráticos, havia levantado as massas, formulou a declaração de Serra Maestra (12 de julho de 1957) onde se reivindicava:

6) Democratização da política sindical, realizando eleições livres em todos os sindicatos e federações industriais. — 7) Início imediato de uma campanha intensiva contra o analfabetismo e a educação cívica, enfatizando os deveres e direitos dos cidadãos tanto na sociedade quanto na pátria. — 8) Criação de um organismo de reforma agrária para fomentar a distribuição de terras

improdutivas e para transformar em **proprietários a todos os arrendatários, parceiros e colonos que ocupam pequenas parcelas de terra, sejam estes públicos ou privados, com a devida indenização a seus anteriores proprietários.**

Como se vê, não defendiam uma revolução agrária, mas apenas uma limitada reforma nas terras consideradas improdutivas. Os castristas entraram em contato com o povo por necessidade, mas desde o momento em que as guerrilhas se fundiram com os camponeses, abriram-se possibilidades de um desenvolvimento inesperado. A mobilização massiva no campo e na cidade fez com que fossem ultrapassados os limitados objetivos burgueses e preparadas as bases da futura radicalização.

Em 1º de janeiro de 1959, o Movimento 26 de Julho tomou o poder galgado nos ombros do povo oprimido e, desde o começo, a revolução se radicalizou. O avanço revolucionário das massas sobre a propriedade privada dos meios de produção não estava nos planos dos dirigentes guerrilheiros, conforme declaravam na Serra Maestra. O ingresso das forças sociais básicas da revolução, o proletariado e o campesinato, acordados pela comoção revolucionária, imprimiram a esta o seu caráter agrário e anti-imperialista.

As medidas revolucionárias que tiveram de tomar para

enfrentar o problema agrário e nacional logo provocaram a mudança de atitude do imperialismo norte-americano, que inicialmente simpatizavam com a democratização, uma vez que a ditadura de Batista estava esgotada. Os ataques que passaram a sofrer obrigaram o governo de Castro-Guevara a se aproximar do bloco soviético e se submeter. No contexto da “guerra fria”, esta aproximação foi recebida pela burocracia da União Soviética com interesse. Era uma oportunidade de utilizar a ilha como moeda de negociação diante das pressões da “guerra fria”.

Foi dessa forma que o estalinismo usurpou a Revolução Cubana, não para impulsioná-la, nem fazê-la confluir com a revolução latino-americana, mas para torná-la um instrumento da diplomacia soviética. Em 1962, Guillermo Lora escrevia: *“Na prática, a tremenda comoção social do Caribe deixou de se apoiar no movimento revolucionário internacional, quer dizer, o proletariado (que é onde reside a possibilidade de fortalecimento e invencibilidade) para jogar-se completamente nos braços da camarilha estalinista do Kremlin (motivo principal do seu enfraquecimento)”*.

O que ressalta desta experiência é o fato, já verificado em outras ocasiões, do impulso que adquire um processo inicialmente limitado a reformas burguesas, no sentido de se radicalizar e ultrapassar esse horizonte quando nele ingressam as massas exploradas. A decidida intervenção dos camponeses, operários e outros explorados cubanos no processo revolucionário durante a guerrilha e depois da tomada do poder, objetivamente empurraram o regime castrista na direção de ampliar



expropriação da propriedade privada, nacionalização do comércio, os bancos e todos os recursos produtivos. Sem essas medidas, seria impossível resistir à sabotagem e agressão econômica, política e militar do imperialismo. Manifestou-se nesta experiência a dinâmica exposta na teoria da revolução permanente, ou seja, que nos países atrasados *somente a ditadura do proletariado é o instrumento que permite a solução verdadeira e completa de suas tarefas democráticas e nacional-libertadoras*. Era a ditadura do proletariado que as massas cubanas encarnavam em seu movimento objetivo de derrubada da ditadura de Batista e de expropriação da oligarquia opressora e antinacional. E, alguns dos instrumentos dessa ditadura a burocracia castrista/estalinista tiveram de constituir para se manter no poder.

A lição mais dramática da Revolução Cubana é que o seu retrocesso — hoje em vias de restaurar a grande propriedade privada capitalista — se deveu à renúncia da direção pequeno-burguesa de se colocar na perspectiva da revolução mundial, de se fortalecer mediante o impulso da luta de classes nos outros países, principalmente do continente latino-americano, e ter se limitado a ser um peão no jogo diplomático da burocracia soviética. De ter abandonado, em síntese, a premissa de que “a revolução socialista não pode realizar-se nos quadros nacionais”.

O proletariado brasileiro e a Revolução Russa

As notícias sobre a Revolução Russa de outubro de 1917 chegaram à classe operária brasileira em um momento favorável. São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais vivenciavam heroicas greves pela redução da jornada de trabalho, por aumento de salários, pelo fim do trabalho infantil e por melhorias nas condições de trabalho. A luta grevista combinava com os protestos contra a guerra mundial imperialista. Em uma situação convulsiva, as manifestações de solidariedade à vitória da revolução bolchevique ganharam o apoio do proletariado brasileiro.

A pequena classe operária, boa parte analfabeta e com salários impeditivos à elevação cultural, protagonizou a greve de solidariedade em 21 de julho de 1919 à Rússia revolucionária, ganhou as ruas em apoio à Revolução bolchevique e esteve à frente na luta contra os capitalistas e seus governos no Brasil, que assassinavam lutadores e deportavam imigrantes (anarquistas). Sua pequenez, em função do desenvolvimento das forças produtivas no país, não foi obstáculo às lutas anticapitalistas. O que obrigou o governo e a polícia a desfecharem leis severas e, por vezes, sufocá-las em sangue. Os depoimentos das prisões, deportações de militantes anarquistas, proibições aos jornais operários, fechamento das sedes de sindicatos e de sua imprensa não puderam estancar a evolução política do proletariado, que viram na Revolução Russa a possibilidade de pôr fim ao capitalismo.

As notícias sobre a Revolução Russa só puderam alcançar a classe operária brasileira porque houve a combinação de dois acontecimentos decisivos: o avanço da luta grevista e o trabalho ousado dos grupos anarquistas em favor da solidariedade internacionalista. Coube às correntes “libertárias” (como eram denominados os anarquistas) um papel fundamental no nascedouro do proletariado brasileiro, que é o de soldar a luta sindical com as lutas políticas que se desenvolviam na Europa nas duas primeiras décadas do século XX. Os chamados “socialistas”, que conviviam no mesmo período, eram social-democratas imbuídos da política reformista. Os equívocos dos agrupamentos anarquistas, no entanto, vieram à tona com a penetração do marxismo científico, materializado na vitória da Revolução Russa, dirigida pelo partido bolchevique.

O nosso objetivo, nesse artigo, é o de demonstrar a influência da Revolução Russa junto à classe operária. Isso nos obriga a verificar o trabalho dos anarquistas e, conseqüentemente, o seu esgotamento depois da Revolução bolchevique.

Um proletariado embrionário, sob uma política de solidariedade internacionalista

No início do século XX, a industrialização brasileira dava seus primeiros passos. Enquanto o capitalismo entrava em sua fase imperialista, o Brasil continuava como país exportador de matérias-primas. Apesar da crise de superprodução cafeeira de 1906, o café era o principal produto na balança comercial. Embora incipiente, a indústria sofria as conseqüências da dependência ao mercado mundial, enfrentando as crises de superprodução, como as que ocorreram depois de 1913 e no final

da 1ª Guerra Mundial. O proletariado era, assim, constituído de descendentes de escravos, dos colonos que migravam para as cidades e de imigrantes europeus. Foram os imigrantes que trouxeram e fizeram crescer a propaganda dos movimentos sociais internacionais.

A combinação das duras condições de trabalho, do alto custo de vida e a degradação dos centros urbanos foi o terreno que permitiu a constituição das primeiras organizações sindicais, centros de estudos operários e a divulgação de panfletos e jornais, que traziam para o seio do proletariado brasileiro os chamados às manifestações de solidariedade internacionalista. No entanto, a penetração das posições anarcosindicalistas dependia de uma elevação cultural mínima da classe operária. O objetivo inicial foi o de constituir os centros de cultura, por onde os anarquistas educavam a vanguarda, lendo os jornais aos operários semianalfabetos ou analfabetos. Nesses centros eram divulgados boletins, autofinanciados, que continham notícias sobre o movimento socialista internacional. Isso era possível pela relação que guardavam os anarquistas com a imprensa “libertária” de outros países.

Em 1906, o Jornal anarquista “Terra Livre” conclamava os operários a contribuírem com a Revolução Russa de 1905. Dizia: “*Camaradas, auxiliemos de modo eficaz, na medida das nossas forças, os revolucionários que na Rússia se batem desesperadamente pela emancipação própria e, em virtude da solidariedade natural que liga todos os seres humanos, todos os países, todos os acontecimentos, pela emancipação de todos*”. Tratava de uma coleta financeira que foi enviada ao anarquista russo Pedro Kropotkine.

No primeiro Congresso, que fundou a Confederação Operária no Brasil (COB), em 1907, levantou-se a bandeira “*Viva a solidariedade operária*”. Há também depoimentos de que, por ocasião do Congresso Anarquista de Amsterdã, 25 de agosto de 1907, um grupo criou o Jornal “Terra Livre” e propôs que houvesse um Boletim Internacional. Referia-se a importância de um boletim que unisse a luta dos operários em nível mundial.

Por ocasião do fuzilamento do anarquista espanhol Francisco Ferrer, em 1909, os jornais operários conclamaram a solidariedade internacional contra o regime reacionário e denunciando que o clero espanhol “*não tolera que Ferrer (...) espalhe a propaganda da instrução racional e livre de preconceito*”. Como parte dessa campanha, a Federação Operária, dirigida pelos anarquistas, convocou um protesto que reuniu milhares de trabalhadores. Não só os assassinatos de anarquistas europeus constavam das páginas dos jornais dessa corrente como também as greves que ocorriam na Argentina, Uruguai, Itália, etc. Em uma de suas publicações, havia um pedido vindo da China para que divulgasse a escravidão dos Jerinksha, os chamados “cavalos humanos”.

A influência da luta dos marinheiros russos do Encouraçado Potemkin esteve na base da Revolta dos Marinheiros brasileiros em 1910.

Em 1913, por ocasião do 2º Congresso da COB, os delegados o encerraram cantando o hino da Internacional, traduzido

para o português em 1909.

Em agosto de 1914, os anarquistas brasileiros iniciaram uma campanha contra a guerra imperialista, que culminou em outubro de 1915 com um congresso no Rio de Janeiro, aprovando um manifesto dirigido ao proletariado da Europa e da América. Dizia que somente o proletariado “*poderia empreender uma ação decisiva contra a guerra, pois ele é quem proporciona os elementos necessários aos conflitos bélicos, fabricando todos os instrumentos de destruição e morte e proporcionando o elemento humano para servir de carne de canhão*”. No início de 1917, a campanha contra a guerra imperialista ganhou força diante da possibilidade do Brasil ser empurrado à guerra pela pressão dos Estados Unidos. O massivo ato de 1º de maio desse ano teve como bandeiras: “*Abaixo a guerra! Viva a Internacional dos Trabalhadores*”. As greves de 1917 e as manifestações contra a guerra se potenciaram diante da piora das condições de existência da classe operária. A campanha de que a guerra só beneficiava a classe capitalista cravou fundo nos movimentos grevistas desse ano.

Esses exemplos mostram que a classe operária pôde, nos seus primeiros anos de existência, se vincular às experiências do proletariado mundial.

Coube aos grupos anarquistas estabelecer esse vínculo. A sua política da ação direta contra os capitalistas e governos permitia criar uma força capaz de resistir às exigências patronais e aglutinar uma vanguarda em torno do sentimento de solidariedade social, “comunista”.

Por sua ousadia e determinação, a militância anarquista sofreu duros

golpes. As medidas governamentais eram extremamente severas contra os propagadores das ideias revolucionárias e contra as lideranças grevistas. A Lei Adolfo Gordo, que implicava a deportação de militantes anarquistas e expulsão das lideranças brasileiras para a região inóspita da Amazônia, apesar da sua severidade, não foi capaz de impedir que as ideias socialistas chegassem à classe operária. É preciso reconhecer essa contribuição dos anarquistas na formação da vanguarda operária, como também mostrar seus equívocos, particularmente quanto à necessidade de se erguer no país o partido marxista, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

As notícias da Rússia na imprensa burguesa

Em meio à efervescência dos movimentos grevistas de 1917, a imprensa burguesa deu publicidade à revolução russa de fevereiro desse mesmo ano, que derrubou o czarismo e implantou a república sob o comando de Kerenski. O que chamou a atenção era a ideia da implantação de uma república.

Há informações de duas iniciativas. A do Centro Israelita do Rio de Janeiro, que enviou à Duma (Parlamento russo) uma moção de apoio à República, e a exibição de um documentário

nos cinemas da capital, realizado pela Cruz Vermelha, sobre a revolução de fevereiro. A substituição de uma decrépita monarquia por uma república burguesa soou positivamente para os capitalistas e seus meios de comunicação no Brasil.

No entanto, pouco tempo depois do acontecimento de fevereiro, os jornais oficiais começaram uma campanha de difamação, calúnia e falsificação em relação ao dirigente do partido bolchevique, Vladimir Lênin. Não poucas vezes, nas páginas desses jornais, Lênin era vilipendiado como o espião alemão. A falsificação serviu à reação burguesa e aos adversários mencheviques e socialistas revolucionários que procuraram deneigrir o bolchevismo diante do proletariado revolucionário e dos camponeses. Essa falsificação correu o mundo, chegando à imprensa burguesa no Brasil.

No dia 25 de julho de 1917, houve a publicação de um artigo que trazia como título “Quem é Lênin?”. E, em seguida, o jornalista pago para falsificar afirmava que: “*Telegramas de Petrogrado dizem que está apurado que o verdadeiro nome de Lênin é Leão Uliadov e que ele pode ser considerado como chefe da espionagem alemã na Rússia*”.

Na mesma linha, o jornal Correio da Manhã publicou um

artigo com o nome “*Águas sujas da Rússia*”, referindo também a um telegrama de 5 de setembro: “O correspondente da agência Havas entrevistou o Sr. Vladimir Burtzev, líder revolucionário, o qual declarou que o partido maximalista é instrumento da Alemanha, da qual recebe dinheiro”. A denominação de “partido maximalista” era usado para se referir ao partido bolchevique.

A campanha burguesa era acompanhada de fotos falsas e com legendas caluniosas, como a que trouxe uma foto de um suposto Lênin com a legenda: “*O governo russo prende o traidor Lênin...ele é o chefe dos bolcheviques, desse partido anarquista e extremista... O seu modo de vestir é dos mais descuidados...o que não impede de pôr, desde a revolução, diamantes nos botões de punho das camisas*”.

Juntamente com essas mentiras, havia uma política geral dos capitalistas de desinformar. Um dos exemplos foi a conduta do Correio da Manhã, quase às vésperas da revolução, que difundiu a notícia da morte de Lênin. Estampava: “*O célebre agitador Lênin faleceu em 1916 na Suíça e o falso Lênin, que ultimamente tem agitado a Rússia, não é outro senão um certo Zaberlun, antigo amigo de Lênin*”.

No entanto, havia um limite, que era imposto pelos fatos, como ocorreu com a insurreição de Outubro de 1917. O Jornal “A Noite” trouxe a notícia: “*Confirma-se a queda de Petrogrado em poder dos maximalistas*”. Mas, logo em seguida, retomavam a campanha falaciosa. No “O País”, de 9 de novembro, continha um artigo sobre “O desastre moscovita...”. Três dias depois, o mesmo jornal retomava o seu nefasto propósito: “O gover-



no chefiado pelo Sr. Lênin reconhece-se incapaz de deter as formas consideráveis de Kerenski". Dias depois, o "Imparcial" publicou a falsa nota: "*Kerenski vitorioso, os maximalistas perdem todo o prestígio. Confirma-se a prisão de Lênin*".

O "Jornal do Brasil", 15 de março de 1918, trouxe um alerta à classe operária para que não se deixasse arrastar pelas doutrinas que nada dizem respeito ao País.

Na realidade, a imprensa burguesa brasileira reproduzia os noticiários das agências imperialistas, a exemplo da Havas (francesa). Os meios de comunicação tinham a função de deformar os fatos e inventar horrores para impressionar a população. Tratava-se de uma campanha do imperialismo contra a vitória da revolução proletária. A servil imprensa brasileira não fazia senão copiar o que as agências do capital ordenavam ao mundo.

É importante notar que apesar das mentiras e falsificações, os setores mais avançados da classe operária brasileira responderam à altura saudando a revolução como libertação dos explorados. A resposta operária à revolução russa, assim, estabeleceu um marco na luta de classes, que separa o proletariado revolucionário da burguesia contrarrevolucionária.

A repercussão da Revolução Russa na classe operária

O Brasil vivia o "estado de sítio", decretado pelo Presidente da República Venceslau Brás, objetivando estancar as manifestações populares contra a guerra mundial e as greves que se alastravam pelos centros urbanos do país. Assim, os jornais operários estavam proibidos de circular e boa parte de suas direções se encontrava nos cárceres, como Edgard Leuenroth e outros diretores da "A Plebe". Apesar da repressão, os anarquistas procuraram desmentir as falsidades da imprensa burguesa e noticiar o êxito do proletariado russo com a Revolução de Outubro.

Os anarquistas saudaram a Revolução bolchevique como se fosse a materialização de sua política. Em seus jornais, desenvolvia-se a ideia de que a revolução bolchevique era uma revolução libertária, no sentido anarquista do conceito. O que evidenciava o desconhecimento da fusão do programa e da teoria marxista-leninista com o proletariado revolucionário. As lideranças anarquistas não conseguiam compreender a relação entre a classe operária e o partido. Observaram com vigor o levante do proletariado e dos camponeses russos como se fosse tão somente como uma onda espontânea dos oprimidos. Isso porque negavam o partido como a vanguarda consciente do proletariado, os anarquistas se assombraram ao ver que o bolchevismo concretizava o Manifesto do Partido Comunista, nas condições particulares da Rússia. Mesmo assim, uma parcela mais avançada compreendeu que o anarquismo chegava historicamente ao seu fim. A sua derrota política e ideológica havia se dado na 1ª Internacional.

Em função da concepção anarcosindicalista, coube aos sindicatos a tarefa de divulgação da Revolução Russa. Conferências e debates foram convocados pelos organismos sindicais para desfazer as calúnias da grande imprensa e propagandear os acontecimentos da Revolução de Outubro. Nessas reuniões, aprovaram-se moções contra o intervencionismo imperialista na República operária e de saudação aos operários russos. A União dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro impulsionou uma

greve de protesto por 24 horas contra as ações contrarrevolucionárias das potências e em defesa da Rússia.

A Revolução Russa sinalizava para a vanguarda operária brasileira a esperança de derrotar a oligarquia burguesa encastelada na república brasileira. O êxito dos operários russos poderia ser também o êxito do proletariado brasileiro contra o sistema econômico opressor.

Alguns meses depois, por ocasião do 1º de maio de 1918, apesar do "estado de sítio", alguns sindicatos operários romperam a proibição de realização de manifestação de rua e saíram com as bandeiras vermelhas em passeata da Praça Tiradentes até a Estação Central/RJ, com palavras de "Viva à Rússia" e sob o som da Internacional. Fato que também se reproduziu no 1º de maio de 1919, quando cerca de 60 mil trabalhadores deram vivas a "Rússia Nova e a Lênin". Em 1920, manifestantes no Rio de Janeiro, em passeata ao som da Internacional, levantaram palavras de ordem: "Viva a Rússia Soviética", "Viva a Revolução Socialista". O 1º de maio comparecia, assim, diante dos operários como o dia de protesto contra a exploração capitalista e de defesa da Revolução Russa.

O fundamental estava em que a Revolução de Outubro de 1917, apesar da política dos agrupamentos anarquistas, chegou ao insipiente proletariado brasileiro como sendo o caminho para derrotar o capitalismo e seus opressores de classe.

Jornais operários e centros comunistas

Em fevereiro de 1918, a poucos meses do Outubro revolucionário, foi publicado um Folheto, redigido por Astrojildo Pereira, intitulado: "A Revolução Russa e a Imprensa". Tratava de um instrumento para se combater as ideias nocivas que eram divulgadas pela imprensa reacionária.

Em 1919, também os anarquistas Edgard Leuenroth e Hélio Negro divulgaram outro folheto sobre o "maximalismo ou bolchevismo", referindo ao programa "máximo" ("maximalistas"), como radical-bolchevique, comunista e socialista. Havia, assim, muita confusão entre os dirigentes anarquistas, que se identificavam com a república proletária erguida na Rússia.

O Jornal operário Spartacus, no seu primeiro número, em agosto de 1919, reproduziu a "Carta aos Trabalhadores Americanos", de Lênin. Em seguida, o artigo também de Lênin: "A democracia burguesa e a democracia operária".

O jornal da Federação das Classes Trabalhadores de Pernambuco, a "Hora Social", em 1º de novembro, publicou o texto sobre a Primeira Constituição Soviética.

O diário Vanguarda/SP, de 11 de março de 1921, propagou o discurso de Clara Zetkin, no congresso de criação do Partido Comunista Francês.

O imigrante português anarquista Nemo Vasco fez a primeira versão em português de "A Internacional", que começou a circular a partir de 1920.

As ideias da Revolução de Outubro contribuíram para que uma vanguarda se colocasse pela formação de centros comunistas. Em 1918, surgiu em Porto Alegre a "União Maximalista". Em Santana do Livramento/RS, foi criada a Liga Comunista. Em Recife, organizou-se o Círculo de Estudos Marxistas. Em Maceió, constituiu-se a "Congregação Libertadora da Terra e do Homem". Em São Paulo, os dirigentes do Jornal "A Plebe" criaram um agrupamento Comunista, que se reproduziu em

algumas cidades do interior do estado. Em 1919, os jornais e panfletos traziam os apelos à formação de soviets de soldados e operários, numa tentativa de reproduzir os acontecimentos que antecederam a Revolução Russa.

Não podemos deixar de nos eferir sobre as iniciativas dos intelectuais da pequena burguesia, a exemplo da criação do Grupo Clarté, em 1920, que serviram para divulgar a Revolução Russa.

Confusões anarquistas: A insurreição de 1918

Em novembro de 1918, no Rio de Janeiro, aproveitando um surto grevista no país, decidiu-se por uma insurreição para derrubar o governo e criar no Brasil uma República Soviética de Operários. O plano iniciaria com uma greve geral e no curso de sua radicalização, os soldados seriam chamados a se aliar aos trabalhadores e a facilitar a invasão da Intendência de Guerra e a ocupação da fábrica de cartuchos de Realengo, onde se obteriam as armas. O plano foi descoberto e o governo desfechou uma brutal repressão, com prisões, fechamento das sedes de sindicatos e a morte de três operários.

Em outubro de 1919, em São Paulo, novamente os anarquistas se colocaram por realizar uma insurreição, que iniciaria a partir de uma greve geral. A tentativa fracassou antes de se concretizar. Relatos apontam a violenta repressão do governo e as torturas sofridas pelos dirigentes.

Os anarquistas transferiram mecanicamente, como os fatos demonstram, o levante revolucionário da Rússia. Não puderam analisar a complexidade do processo histórico da revolução, do qual fazem parte os partidos como expressão das classes sociais. A incompreensão e a negação da teoria marxista da revolução não permitiam às lideranças anarquistas desenvolver a estratégia, os métodos e a tática de destruição do poder burguês e de constituição do Estado operário. Nisso residiu o voluntarismo e o mecanicismo da experiência da “insurreição de 1918”, no Rio de Janeiro, e a de 1919, em São Paulo.

Tentativa de criação de um “Partido Comunista do Brasil”

Em 9 de março de 1919, grupos que congregavam a Aliança Anarquista se colocaram por constituir o Partido Comunista do Brasil. De um lado, era a influência da revolução bolchevique e, de outro, a tentativa de formar um agrupamento nacional sobre a base dos sindicatos e das ideias “libertárias”. Aprovou-se um “programa”, que dizia: “Este programa... é suscetível de reformas de acordo com a evolução que se operar ao povo, e, para obter sua realização, o partido adota como meio de ação a propaganda falada e escrita a todas as pessoas do Brasil, até

estabelecer uma aliança de indivíduos de diversas classes que possam garantir o êxito da transformação que o Partido Comunista do Brasil se propõe a realizar”. Tratava-se de reunir anarquistas, socialistas e simpatizantes das ideias revolucionárias. As distorções do que era o partido leninista e de que a revolução de Outubro era protagonizada pelos anarquistas russos culminou com sua antítese. Ou seja, os anarquistas que rejeitavam a ideia de partido, sob influência da Revolução Russa, se propuseram a constituir um partido comunista no Brasil. Daí suas confusões em torno do que é o partido e do programa para a revolução no Brasil.

Os erros políticos dos anarquistas e o avanço das concepções leninistas de partido levaram às cisões. A partir de 1920, os movimentos grevistas, sob intensa repressão, refluíram. É nesse quadro que um grupo de ex-anarquistas se pôs a constituir o partido comunista, nos moldes do que tinha ocorrido no México (1919), na Argentina (1920) e no Chile (1921).

Conclusões

A divisão internacional do trabalho reservou ao Brasil à condição de país semicolonial agroexportador. Nas duas primeiras décadas do século XX, a reduzida classe operária se deparou com as consequências do atraso industrial e com as crises econômicas do capitalismo mundial. As greves, manifestações e levantes operários marcaram o nascimento da classe instintivamente revolucionária. Esse proletariado pôde vivenciar a experiência do anarquismo, por meio dos imigrantes europeus. Coube a essa corrente política impulsionar a organização sindical, mas não pôde ir além, porque negava o princípio fundamental do marxismo, que é o partido. Contribuiu para o esgotamento do anarquismo, o impacto da revolução russa no Brasil e no mundo.

A repercussão da vitória da Revolução Russa de Outubro de 1917 permitiu que a criação dos

embriões do comunismo, por meio da formação dos centros comunistas em algumas capitais do País, a partir de 1918. E, ao mesmo tempo, foi se desprendendo do anarquismo uma vanguarda que se identificava com a construção do partido. Sob a influência da Revolução Russa e da criação da III Internacional (1919), essa vanguarda pôde se colocar pela construção do partido comunista. Em março de 1922, no Rio de Janeiro, foi erguido o Partido Comunista.

A superação do anarquismo e a criação do Partido Comunista são obras do avanço da luta de classes mundial e das posições do marxismo-leninismo. O fundamental está em que essa experiência reforçou a essência do marxismo, que é a de que o proletariado não poderá se transformar em força social, dirigente da maioria explorada, sem que seja por meio de seu partido revolucionário.



Influências de Outubro na Argentina:

Da decomposição do Partido Socialista da Argentina ao surgimento e degeneração do Partido Comunista da Argentina

A revolução russa aconteceu em meio a um novo ascenso da luta de classes na Argentina e da classe operária mundial, que começava uma nova etapa de combates aos capitalistas no pós-guerra. Outubro demonstrava para os explorados e parte da vanguarda socialista no país que era possível vencer os capitalistas e levantar um Estado operário sobre a base da propriedade social dos meios de produção e da democracia soviética. Fundamentalmente, comprovava a importância do partido bolchevique (de seus métodos e táticas) como o instrumento capaz de dirigir a insurreição das massas e conduzi-las à conquista do poder. O enorme passo dado pelo proletariado mundial, que significava pôr em pé a III Internacional Comunista (IC), por sua vez, se ergueu como um comando centralizado da revolução mundial, capaz de orientar os passos do proletariado em cada país alicerçado no programa socialista, como sua direção mundial na luta contra as burguesias nacionais.

O bolchevismo ergueu-se como farol que projetava as massas à conquista do poder em todo mundo em oposição à degeneração nacional-imperialista dos partidos socialdemocratas e da II Internacional.

Essa luta a morte entre o marxismo e a revisionismo expressara-se na luta de duas frações do Partido Socialista Argentino (PSA) ao redor das lições de Outubro. Lembremos que o PSA era até então o único partido político de filiação socialista e marxista no país. Por isso é que, sob as tendências objetivas da luta de classes mundial, da radicalização do proletariado nacional e do surgimento de uma vanguarda política que se educava sob os métodos e as táticas bolcheviques, a revolução russa se refletirá na forma de uma cisão interna dessa organização. Cisão da qual surgiu o Partido Socialista Internacional (PSI). E que, logo depois, levaria a formar o Partido Comunista da Argentina (PCA), há 1918-19.

Esse processo de luta interna na vanguarda socialista se combina com a experiência da vanguarda proletária diante do governo burguês de Yrigoyen, que impulsionava uma política de colaboração e cooptação de parte do movimento operário, e de feroz repressão sobre suas frações mais radicalizadas e politizadas. O ponto alto dessa política será a violenta repressão contra a greve metalúrgica Vasena, que terminará com o massacre de centenas de operários pela ação coordenada das forças militares e da Liga Patriótica (grupo nacionalista de direita), conhecida como a *Semana Trágica*. Soma-se o massacre dos operários agrícolas em greve contra os latifundiários ingleses na Patagônia.

Esse processo de luta interna na vanguarda socialista se combina com a experiência da vanguarda proletária diante do governo burguês de Yrigoyen, que impulsionava uma política de colaboração e cooptação de parte do movimento operário, e de feroz repressão sobre suas frações mais radicalizadas e politizadas. O ponto alto dessa política será a violenta repressão contra a greve metalúrgica Vasena, que terminará com o massacre de centenas de operários pela ação coordenada das forças militares e da Liga Patriótica (grupo nacionalista de direita), conhecida como a *Semana Trágica*. Soma-se o massacre dos operários agrícolas em greve contra os latifundiários ingleses na Patagônia.

A Revolução Russa sob a lente do socialismo reformista

A consolidação do Estado operário e suas conquistas foram

recebidas com entusiasmo pelos explorados no país. Por sua vez, a burguesia nacional reagiu diante do perigo que a revolução bolchevique representava para sua existência. Uma feroz campanha de imprensa foi acenada para atacar os bolcheviques, detratando-os como bandidos e o regime soviético como a anarquia social. Entre a pressão exercida pela vanguarda operária e a pressão da burguesia, oscilava o PSA. Vacilações que se acentuaram pela corrupção institucional e legalista de seus quadros dirigentes. Essas pressões condicionaram a direção socialista a desvirtuar a revolução de Outubro, mas sem expor-se abertamente à ruptura com o setor mais avançado do movimento operário. O PSA rechaçou a revolução e ditadura proletárias, assim como a insurreição de massas. Procurou distorcer a sua impressão entre as massas, substituindo-a pela demagogia do socialismo abstrato, que privilegiava a “dimensão ética” do socialismo acima dos métodos revolucionários. Tratava-se de uma manobra política para direcionar a luta de classes que despontava no país para a via eleitoral e das reformas legais.

A relação do PSA com a revolução russa atravessou duas etapas. A primeira se manifestará com a vitória da Revolução de

Fevereiro e se expressará na separação no PSA da vanguarda do “populismo” e “eseristas” (socialistas-revolucionários), que “corporizariam” a imagem da minoria heroica e culta que “despertava”, com sua ação e ideias, a rebeldia democrática do povo. Tal



ideário fundia suas raízes num setor dos exilados russos que escaparam à repressão czarista de 1905 e os pogroms. E nos diversos grupos de exilados da Europa de tradições anarquistas, sindicalistas e reformistas da socialdemocracia. Posição essa que estreitava seus laços ideológicos com a sustentada pelos anarquistas que reivindicavam os atos “heroicos” do terrorismo individual como uma via para criar as condições para “tirar o povo” de sua letargia e secular embrutecimento. De certa forma, ambas as correntes expressavam sua filiação comum ao reivindicar a cultura, a moral e o radicalismo pequeno-burguês como motor das transformações sociais. O que equivalia a negar a luta de classes como processo histórico protagonizado pelas massas e dirigido por sua vanguarda constituída em partido político.

Com a chegada dos bolcheviques ao poder, a idealização da vanguarda revolucionária foi substituída pela idealização dos soviets como portadores dos “novos valores humanos”. Enrique del Valle Iberlucea, no seu editorial para o jornal socialista *A Vanguarda*, assinalou sobre a Revolução de Outubro que “a revolução moscovita importará o advento de um novo regime social, onde não existirá o contraste da riqueza e da miséria, porque a propriedade será um direito real dos produtores, que gozarão todos do bem-estar necessário”. Nada se disse sobre os métodos e táticas bolcheviques como a única via para conquistar esse “novo re-

gime social". Pelo contrário, para Iberlucea a revolução russa não passava de uma "etapa superior" da revolução burguesa. Em um discurso afirmará que "(...) se a revolução francesa foi uma comoção política que emancipou o povo, a russa deve ser uma revolução social que dê ao produtor o produto íntegro de seu trabalho...". Esta operação retórica não é gratuita. Nela, pretende-se demonstrar que a "emancipação do trabalho" é um resultado "natural" da "evolução da sociedade" (do capitalismo ao socialismo) e o controle operário um "resultado lógico" da "evolução da indústria moderna". Se se tratava de uma "evolução natural" – e não de uma ruptura revolucionária –, então era possível unir ambos os pólos dessa unidade por uma política de reformas graduais. Nesta operação ideológica, se encontrava a base do revisionismo do PSA sobre o marxismo.

Apesar de que em outro momento afirmasse que a via reformista e parlamentar estavam "esgotadas como meios para a conquista do poder", Iberlucea tentará sempre "traduzir" a linguagem da luta de classes e do bolchevismo na do parlamentarismo burguês e do socialismo democratizante. Como senador, Iberlucea apresentou um projeto de lei propondo criar o *Conselho Econômico do Trabalho* que estaria formado por delegados dos sindicatos operários e do Estado, visando a planificar a atividade econômica do país e a socialização de algumas atividades econômicas. Como se vê, para o PSA seria possível avançar no caminho da "democracia dos produtores" de forma pacífica e gradual em base às reformas sociais. A mesma ideia encontrara-se em Augusto Bunge, no seu texto "*Democracia política e Democracia econômica*", publicado em 1920, onde diz que a revolução russa impunha um novo equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil. O que significava, tanto para Bunge como quanto para outros dirigentes do PS (Ingenieros, Iberlucea, Justo), que os soviets poderiam coexistir com o parlamento burguês, que continuaria a legislar sobre questões gerais da sociedade.

Foi esta deformação dos princípios do socialismo revolucionário que levará uma fração do PSA a romper e formar o PSI e logo o PCA. Mais tarde, o PSA sofrerá em 1927 uma nova ruptura, desta vez pela direita. Esta ala, liderada por Antonio De Tomaso, acabara como instrumento de apoio ao golpe militar de 1930.

Formação e degenerescência do Partido Comunista da Argentina

Em agosto de 1917, a fração socialista liderada por Codo-villa, Khun e Gioldi começou seu trabalho de combate à capitulação do PSA editando o jornal *A Internacional*, onde se colocavam pela defesa do bolchevismo e da derrubada revolucionária do regime burguês. Assim, declararam guerra contra o revisionismo da direção. A luta interna levará à cisão em 1918. A fração "comunista" formará nesse mesmo ano o PSI,

que no seu II Congresso (1919) aprovou uma resolução de incorporação à IC. Mas foi no III Congresso (1919) que se aprovaram as "21 condições" exigidas pelo Comintern e o PSI trocará seu nome pelo de Partido Comunista da Argentina - Seção da Internacional Comunista. Dois meses após da fundação, o PCA tinha duplicado seus filiados com a incorporação do grupo russo de origem judeu "*Vanguardia*", de militantes expulsos do PSA e do *Grupo Comunista Russo* (GCR). Esse processo veio se combinar com a formação de uma ala esquerda sindical que editava o jornal "*Trabajo*". Nele, chamava-se à unificação das centrais sindicais e sua filiação a Internacional Sindical Vermelha. A discussão entre essa ala esquerda sindical e os comunistas levará à formação do *Comitê de Unidade Sindical*, onde os comunistas alcançaram a maioria. O que permitiu ampliar depois sua influência com a formação de frações comunistas nos sindicatos de marinheiros, dos metalúrgicos, dos gráficos, dos calçados, etc.

Uma das características do PCA era que reunia em suas fileiras socialistas, anarquistas e sindicalistas. Tratava-se do setor da vanguarda sindical e proletária que expressou politicamente a influência da Revolução de Outubro na classe operária Argentina. De fato, até 1918 o movimento operário continuava

sob a hegemonia dos anarquistas e sindicalistas. Os primeiros contatos com a IC foram estabelecidos por um grupo de sindicalistas: a *Federação das Organizações Operárias Russas da América do Sul* (FOORSA), ligada ao PSI, que enviou Mijail Komin-Alexandrovski ao I Congresso da IC para ser reconhecido como único representante do proletariado russo emigrado no continente. Outra organi-

zação de emigrados russos, a *União Russa dos Operários Socialistas* (UROS), ligada ao PSA, exigia o mesmo reconhecimento através de seu representante Mayer Mashevich. Em 31 de agosto de 1920, o Bureau Pequeno (BP) do Comitê Executivo da IC (CEIC) escolheu Alexandrovski como seu representante na Argentina. Porém, só no IV Congresso (1922) o PCA será admitido como membro. O seu trabalho como centro coordenador das frações "comunistas" da América Latina (coordenava de fato ao *Partido Socialista Operário do Chile* -PSAOCH- e ao *Partido Socialista de Uruguai* -PSAU-) levará finalmente o BP adotar a decisão. O atraso refletiu as divergências internas entre a cúpula do PCA e Alexandrovski. E apesar dos imprecisantes informes de Alexandrovski sobre o PCA (apropriação indevida de fundos da IC e de não impulsionar os movimentos grevistas, a exemplo da greve dos operários agrícolas da Patagônia. O BP adotou a resolução visando a fortalecer o núcleo comunista que já tinha alcançado influência no movimento operário.

Outra característica na sua estruturação histórica foi a de se integrar à IC sem antes sua militância ter conseguido se elevar para cumprir a tarefa de elaboração programática. Assim, as



sucessivas crises internas foram resolvidas pela intervenção da Comintern, portanto, não pela luta interna de frações consolidadas em base a documentos políticos e programas. A intervenção da IC passou a constituir um mecanismo de subordinação política e consolidou-se com a vitória do estalinismo sobre a Oposição de Esquerda Russa. Constituiu-se, assim, uma cúpula que manteve sua posição aplicando mecanicamente a linha vinda de fora e apoiando-se nos métodos ditatoriais do intervencionismo direto do Kremlin para resolver as disputas internas.

Observa-se que a influência da revolução russa entre as massas foi uma poderosa alavanca para o surgimento do PCA, assim como para a luta política de frações comunistas latino-americanas contra as direções reformistas, anarquistas e sindicalistas. A constituição do PCA refletiu, assim, um processo mais geral que atravessou a vanguarda socialista latino-americana. O PCA fosse o primeiro partido comunista que aderiu à III IC na América Latina. No entanto, o fundamental desse processo está em que a luta política por erguer os partidos comunistas não conseguiu romper com as deformações dos partidos nos quais tinham se formado as frações em combate contra as direções reformistas. O PCA demonstrara não ter assimilado a experiência bolchevique que diz respeito à elaboração do programa da revolução proletária e da generalização teórica das experiências da luta das massas contra a burguesia semicolonial e a opressão imperialista. As profundas deficiências políticas, as disputas entre os agrupamentos que formaram o partido em torno da representação da IC (que comportava prestígio político, além de uma via de financiamento e aparelhamento), a relativa “independência” do PCA em face às lutas fracionais no seio do PCUS (à espera do resultado delas para se posicionar), dentre outros fatores, levaram à degenerescência do PCA desde seu nascedouro.

Foram essas falhas de origem que impossibilitaram preparar-se e fortalecer-se (política e ideologicamente) diante da luta que se desenvolveu no PCUS entre a fração revolucionária bolchevique (Oposição de Esquerda) e a fração burocrática (o estalinismo). Uma vez derrotada a oposição de Esquerda russa e avançada a degeneração burocrática do PCUS, o PCA passará a espelhar acriticamente no país as brucas viradas à esquerda e à direita da camarilha do Kremlin.

A primeira virada aconteceu quando o PCA adotou a linha ultra-esquerdista do “terceiro período” (luta de “classe contra classe”, segundo o V Congresso da IC estalinizada) que colocava a revolução proletária como tarefa imediata (no marco de um refluxo da luta de classes), que ignorava o trabalho dos comunistas nos sindicatos reformistas pela conquista das massas e pela derrota das direções traidoras (contrária à política sectária dos Sindicatos Vermelhos ultra-

minoritários impulsionada pelo estalinismo) e que levava os Partidos Comunistas ao putsch e golpes aventureiros (Brasil, Alemanha, China, etc.). Porém, o crescimento do PCA continuou firmando-se no proletariado, organizando os primeiros sindicatos por ramo de atividade produtiva, ganhando sindicatos operários importantes (como o dos trabalhadores da alimentação e da construção). A grande influência da revolução bolchevique continuava presente nas massas, apesar da degenerescência do Estado operário e do PCUS que passara desconhecido para as massas. Isso explica, em parte, por que o PCA refletiria mais à frente a virada “direitista” do VII Congresso da IC (1935) e mesmo assim continuaria a representar uma das maiores forças políticas e sindicais de massas no país.

Já afundado na linha estalinista do “quarto período” (VII Congresso da IC), o PCA passou da luta contra a burguesia à colaboração com sua “ala” progressista. Trocou a estratégia da revolução proletária (hegemonizada pelo proletariado, apoiado no campesinato e na pequena burguesia) pela da revolução democrático-burguesa (hegemonizada pela burguesia e apoiada na colaboração entre as classes). Essa política oportunista e claudicante resultava da importação do programa da IC, que obrigava os partidos comunistas a aplicarem a linha da “revolução por etapas”. Segundo essa concepção, a Argentina conservava “restos feudais, semifeudais e pré-capitalistas”. A “realização das tarefas democráticas” passaria pela eliminação desses “restos”. O proletariado teria, então, de se aliar aos setores que, pelos seus interesses, “se chocavam” com o imperialismo, incluindo alguns “setores da burguesia nacional”.

Em consequência, os partidos comunistas deveriam esforçar-se para criar uma “Frente Democrática Nacional” e lutar por um governo “democrático e popular” que realizaria a “independência política da nação, fomentaria o desenvolvimento da indústria nacional, elevaria o nível de vida do povo, democratizaria as instituições e desenvolveria uma política externa independente”. O PCA, sob as ordens do estalinismo, se subordinar à burguesia dita de “democrática” e submeteria os setores proletários que dirigia a sua hegemonia. Em face da marcante ausência dessa fração, o PCA acabou apoiando qualquer fração que pudesse se apresentar demagogicamente como “democrática” perante as massas.

Em resumo. O PCA nasceu do choque das tendências reformista e bolchevique no seio do PSA. No entanto, acabou na trincheira contrarrevolucionária ao refletir o revisionismo da camarilha estalinista e moldar sua organização aos cânones burocráticos. O que impedirá à vanguarda proletária que se organizou sob suas fileiras traduzir as experiências da revolução russa em teoria e programa da revolução proletária no país capitalista atrasado e semicolonial.



As lições da Revolução Russa

Guilherme Lora

A vitória da revolução de Outubro, a estruturação da ditadura do proletariado, em um país atrasado como a Rússia – com uma maioria camponesa e um pequeno proletariado – as conquistas alcançadas até se converter em uma potência mundial (apesar da presença negativa da burocracia estalinista contrarrevolucionária e do isolamento da revolução internacional) demonstram incontestavelmente a viabilidade da revolução social dirigida pela classe operária. A Revolução de Outubro confirma a teoria marxista revolucionária, apesar do momentâneo retrocesso pela qual a Rússia passa na etapa do nascimento da nova sociedade.

Para nós, revolucionários bolivianos, a revolução de 1917 tem lições valiosas, que vêm ratificar a validade e vigência de nossas colocações políticas, o acerto de nossa luta retilínea, férrea e intransigente. Estamos corretos quando assinalamos como perspectiva estratégica a revolução protagonizada pela nação oprimida, sob nossa direção e como objetivo central a conquista do poder político e a estruturação da ditadura do proletariado, do governo operário-camponês.

Temos elaborado apaixonadamente, mas com muito cuidado, a teoria da revolução social em nosso país. Ao revisar a experiência da revolução russa – e a análise que faz Trotsky em: “O que é a Revolução de Outubro?” –, nos surpreendemos que os bolcheviques já falavam como nós, chegaram às mesmas conclusões que tão dificilmente coloca o POR. A conclusão: nossa linha política é correta, é marxista.

Trotsky disse: “A Rússia é um país atrasado; mas, apesar de tudo, a Rússia não é mais do que uma parte da economia mundial, um elemento do sistema capitalista mundial. Nesse sentido, Lênin resolveu o enigma da revolução russa com a seguinte fórmula lapidária: a cadeia se rompeu no seu elo mais débil. Uma demonstração clara: a grande guerra, originada das contradições do imperialismo mundial, arrastou em seu turbilhão os países que se achavam em distintas etapas de desenvolvimento, mas aos quais impôs, a todos, as mesmas exigências. É claro que o peso da guerra devia ser particularmente insuportável para os países mais atrasados. A Rússia foi o primeiro país obrigado a ceder terreno. Mas para sair da guerra, o povo teria de derrotar as classes dominantes. Assim foi como a cadeia da guerra se rompeu pelo lado mais débil”.

No caso da Bolívia, podemos aplicar esta análise diante das tremendas consequências da crise econômica capitalista sobre o País.

Essa pergunta sobre a Rússia vale também para a Bolívia: “Como em um país atrasado poderia triunfar a revolução socialista?”. No desenvolvimento das nações e dos Estados, dos Estados capitalistas em particular, não existe nenhuma igualdade ou uniformidade. Diferentes graus de cultura, até os pólos opostos se aproximam e se combinam, com muita frequência na vida de um país... Se existem países atrasados e avançados, há também uma ação recíproca entre eles; há a necessidade para os países atrasados de alcançar os países desenvolvidos, de assimilar-lhes a técnica, a ciência, etc.”. A urgência do desenvolvimento das forças produtivas para a Bolívia se concretiza na necessidade de alcançar as grandes metrópoles

imperialistas, de adquirir um ritmo acelerado nesse processo, o qual nos levará além do capitalismo.

A Rússia provou – os fatos são irrefutáveis – a validade da lei do desenvolvimento combinado, na qual se baseiam nossa teoria e ação. Esta lei é a materialização da lei do desenvolvimento desigual nos países atrasados. Há que assinalar que para a Bolívia atrasada – como o foi para a Rússia de 1917 – “a revolução é um meio heróico de superar sua própria inferioridade econômica e cultural”. O objetivo central é o de superar o atraso, como repetimos todos os dias.

Não se trata de saltar as etapas históricas (democrático-burguesa, socialista), mas as intermediárias, os detalhes do processo burguês, por exemplo, nisto está a possibilidade de acelerar o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Isso se provou na Rússia e é isto o que justifica nossos prognósticos teóricos.

Dizemos que o proletariado revolucionário – ainda que numericamente débil – se potencia e poderá tomar o poder graças à ação e ao impulso do campesinato, enraizado no pré-capitalismo. Isso foi dito na Rússia em 1917. “Uma burguesia numericamente débil, que não tinha nenhuma raiz nacional, se encontrava oposta a um proletariado ... com profundas raízes no povo. Ao caráter revolucionário do proletariado contribuiu o fato de que a Rússia, precisamente como país atrasado, obrigada a acoplar os adversários, por outro lado, não tinha chegado a elaborar um conservadorismo social e político próprio... O proletariado russo, jovem e resolutivo, não constituía, contudo, senão uma ínfima minoria da nação. As reservas de sua potência revolucionária se encontravam fora de seu próprio seio: na classe camponesa, que vivia em uma semi-servidão, e nas nacionalidades oprimidas”.

A semelhança entre a Bolívia de hoje e a Rússia de 1917 está baseada no fato de se tratar em ambos os casos de países atrasados típicos. Daí se depreende que o que propomos hoje na Bolívia, o que irá se realizar no dia de amanhã, já foi realizado pela vitoriosa revolução de Outubro. Os bolivianos não têm outra saída – para poder solucionar efetivamente os grandes problemas nacionais – a não ser realizar a revolução proletária, que expressará politicamente e resolverá os grandes problemas do campesinato: o da terra e o direito à autodeterminação das nacionalidades atualmente oprimidas pelo minoritário Estado brancóide, herdeiro dos escravizadores dos séculos XV e XVI, etc.

Daí se depreende que a rebelião camponesa contra a oligarquia latifundiária constitui o elemento clássico da revolução burguesa e não da proletária, que por esse caminho não pode chegar ao socialismo. Trotsky responde por nós: “completamente justo; assim aconteceu no passado. Mas, precisamente, a impotência do capitalismo para viver em um país atrasado se expressa no fato de que o levante camponês não impulsiona para a frente as classes burguesas da Rússia, mas, pelo contrário, as empurra para o campo da reação”. Isso foi demonstrado pela revolução altiplana de 1952 e confirmada pela nova lei agrária proposta pelo atual governo burguês.

INVASÃO



Exército Vermelho corre em direção à sede do governo provisório russo

TOMADA DO PODER



Liderados por Trotski, os rebeldes tomam o palácio. Kerenski foge

Revolução vermelha na Rússia

Manchete do Jornal do Brasil na época da Revolução Russa, em que descreve a tomada da sede do governo

Continua Trotsky: “Ao campesinato, para não fracassar, não lhe resta outro caminho que não seja a aliança com o proletariado industrial (o Partido Operário Revolucionário diz que a aliança operário-camponesa constitui a viga mestra de sua estratégia). Se a questão agrária tivesse sido plenamente resolvida pela burguesia, com toda certeza o proletariado não teria conquistado o poder em 1917. Tendo chegado demasiadamente tarde, caído precocemente na decrepitude, a burguesia russa, egoísta e covarde, não teve a ousadia de levantar a mão contra a propriedade feudal. Com isso, a burguesia deixou o poder para o proletariado e ao mesmo tempo o direito de dispor da sorte da sociedade burguesa”.

Temos dito, muitas vezes, que se a reforma agrária movimentista de 1953 se tivesse realizado plenamente, teria sido possível no país o pleno e livre desenvolvimento do capitalismo, o florescimento da democracia formal – atualmente não existe e foi substituída por sua caricatura -, à espera da formação da classe operária majoritária e madura para dar um salto para o socialismo.

Sobre a revolução combinada: “Para que o Estado soviético fosse uma realização, era, de qualquer ponto de vista, necessária a ação combinada destes dois fatores de natureza histórica distinta: a guerra camponesa, isto é, um movimento que é característico do protagonismo do desenvolvimento burguês, e o levante proletário, que anuncia o crepúsculo da sociedade burguesa. Nisso reside o caráter combinado da revolução russa”. Nós trotskistas bolivianos dizemos que isso ocorrerá em um futuro imediato, partindo dos germens que nesse sentido já se revelaram ao longo da história contemporânea do país.

Temos dito, muitas vezes, que o campesinato é a força fundamental da revolução proletária, mas que carece de capacidade para expressar por si mesma seus interesses gerais, isto é, para formular uma política própria e de longa duração; que está obrigado a fazê-lo por meio do proletariado, a classe revolucionária da sociedade de nossos dias. Esta lição assimilamos

das grandes rebeliões camponesas, que ocorreram através dos séculos.

Em Trotsky, encontramos uma apreciação semelhante quando assimila a experiência da revolução russa: “Basta que o urso camponês se levante, apoiado sobre suas patas traseiras, para mostrar a terrível arremetida. No entanto, o urso camponês carece da capacidade de dar à sua indignação uma expressão consciente: tem sempre a necessidade de um dirigente. Pela primeira vez na história do movimento social, a classe camponesa rebelada encontrou na pessoa do proletariado um dirigente leal. Quatro milhões de operários da indústria e dos transportes conduzem cem milhões de camponeses. Tal foi a relação natural e inevitável entre o proletariado e a classe camponesa na revolução. A segunda reserva revolucionária do proletariado estava constituída pelas nacionalidades oprimidas, integradas, isoladas, pelos camponeses em sua maior parte”.

Não por acaso, coube ao trotskismo do último período enunciar com clareza que a opressão das nacionalidades indígenas obriga colocar seus direitos à autodeterminação e, inclusive, a sua separação do Estado boliviano, que se ergue sobre a base da submissão dessas nacionalidades.

A rica e valiosa experiência deixada pela revolução russa de 1917 nos permite assegurar que o caminho que percorrerá a Bolívia para vencer o atraso será o da revolução proletária, protagonizada pela nação oprimida pelo imperialismo e, particularmente, pelos camponeses. São muitos os motivos para que estejamos seguros da vitória da revolução, por isso trabalhamos de maneira sistemática para resolver a fundo o problema do armamento das massas.

Novembro de 1991

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LVI, 1991, Edições Massas)